

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Laiz Perrut Marendino

O *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* E A IMPRENSA BRASILEIRA DO INÍCIO DO
OITOCENTOS (1808 – 1837).

JUIZ DE FORA

2016

LAIZ PERRUT MARENDINO

O DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO E A IMPRENSA BRASILEIRA DO INÍCIO DO
OITOCENTOS (1808 – 1837).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Silvana Mota
Barbosa

JUIZ DE FORA

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Marendino, Laiz Perrut.

O Diário do Rio de Janeiro e a Imprensa brasileira do início do Oitocentos (1808 – 1837) / Laiz Perrut Marendino. -- 2016.
117 p.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2016.

1. Diário do Rio de Janeiro. 2. História da Imprensa. 3. Brasil Império. I. Barbosa, Silvana Mota, orient. II. Título.

LAIZ PERRUT MARENDINO

O DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO E A IMPRENSA BRASILEIRA DO INÍCIO DO
OITOCENTOS (1808 – 1837).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em História.

Juiz de Fora, 23/09/2016

Banca examinadora:

Prof(a) Dr(a) Silvana Mota Barbosa - Orientadora

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata - Presidente

Prof (a) Dr(a) Beatriz Piva Momesso (UFF)

Aos meus pais, Helenice e Reinaldo, que fizeram de
tudo para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradecimentos

Com esse trabalho, encerra-se um ciclo em minha vida. É difícil expressar em palavras meus agradecimentos a todas e todos que fizeram parte dessa etapa da minha vida. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, especialmente meus pais, Helenice e Reinaldo, e minha irmã, Letícia, por terem lutado para que eu ingressasse em uma universidade e, depois, terem me dado todo o apoio necessário para que pudesse concluir o tão sonhado - não só meu, mas deles também - mestrado.

Um agradecimento especial à minha querida orientadora, Silvana Mota Barbosa, que nesses quase seis anos de orientação, desde início de 2011, foi muito mais do que uma professora, foi amiga, mãe e exemplo de ser humano e uma mulher que me inspira. Junto a esse agradecimento, acho justo um reconhecimento: sem você, nada disso teria sido possível, pois estava ao meu lado desde a escolha do meu tema de pesquisa até os muitos puxões de orelha que contribuíram para o meu crescimento enquanto pesquisadora.

Agradeço também aos membros da minha banca de qualificação, Alexandre Barata e Ronaldo de Jesus, pelas dicas e orientações que sem dúvida contribuíram muito para a versão final dessa dissertação. E ao Alexandre Barata e Beatriz Momesso por terem gentilmente aceito o convite para comporem a banca de defesa.

Enquanto mestranda, não pude abrir mão de uma tarefa social que é a luta para mudar a vida das mulheres e batalhar por um mundo melhor para todas e todos. Conciliar a militância no movimento feminista e a pós-graduação só foi possível porque eu tenho as melhores companheiras, que compartilhavam as tarefas e, uma sendo solidária a outra, conseguimos sincronizar todas essas coisas. Assim, deixo aqui todo o meu agradecimento às meninas do Coletivo Maria Maria- Mulheres em Movimento pelo apoio, a amizade e por me fazerem ser uma pessoa melhor a cada dia.

Fundamentais também foram meus amigos e companheiros da Democracia Socialista e do Partido dos Trabalhadores, que seguiram me dando forças e não me deixando desistir de terminar esse trabalho, mesmo em um momento político crítico que o nosso país vive e com os muitos atos de resistência ao Golpe político de 2016, que, muitas vezes, deixaram-me cansada e sem ânimo para continuar. Em especial, destaco algumas pessoas, como Mateus, Victor, Mirelly, Leonardo, Richard, Rodrigo, Ana Carolina, Isadora, Carina, Giliard, Fabiola, Ana Pimentel, Murilo, Cristiane e Aline.

Especialmente, gostaria de agradecer a todos os meus amigos e amigas que, de alguma forma, fizeram parte dessa história, sejam amigos da vida toda ou aqueles e aquelas que ganhei nessa caminhada de 2009 até hoje, amigos de faculdade que levarei para a vida. Em especial, lembro aqui de Ingrid, Maria Clara, Luísa Moreira, Igor, Lindemberg, Larissa, Jacqueline, Diogo, Ana Paula, Thiago, Allony, Clara, Luisa, Manoela, Pedro, Marcelo e, por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos a Mariane e Mariana – Mariane, por ter lido tudo que eu escrevi e me dado dicas e ajudas fundamentais e Mariana também, pelas ajudas e dicas, mas também por dividir a casa e o sonho de se tornar mestre junto comigo.

Agradeço à UFJF, ao programa de pós-graduação em História e todas as professoras, os professores, as funcionárias e os funcionários que fizeram parte da minha formação. Especial agradecimento para os integrantes do NEHSP (Núcleo de Estudos em História Social da Política) pelos ensinamentos e por me fazerem uma apaixonada pela História do Brasil Império.

Por fim, agradeço aos governos Lula e Dilma pela ampliação nos recursos da pós-graduação no Brasil, possibilitando a CAPES nos financiar ao longo do primeiro ano do mestrado e a Fapemig, no último ano - incentivo que foi essencial para a conclusão dessa dissertação.

Resumo

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a trajetória do periódico intitulado *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal diário a ser impresso no Brasil, entre os anos de 1821 -1837. Poucos estudos se dedicaram a tratá-lo em seus anos iniciais, sendo alvo de pesquisas apenas para seu momento posterior, com o viés literário que se iniciou no final da década de 1840. E firmou-se como veículo da propagação da literatura nacional a partir da década de 1850, em que foram publicados importantes clássicos, como “O Guarani” de José de Alencar. A historiografia afirma ter sido o *Diário do Rio de Janeiro*, nesses anos iniciais, uma folha meramente informativa e que não interferia na vida cotidiana da corte. Em contrapartida, é nosso objetivo demonstrar que, sendo um jornal marcadamente informativo, ele contribuiu para a vida cotidiana da população da corte, na medida em que trazia ao público uma ideia da vida em sociedade ao reunir em suas páginas grande quantidade de anúncios variados, notícias oficiais do governo imperial, notícias dos países estrangeiros, invenções, novidades das ciências, da medicina, da literatura e tudo o mais que considerava útil ao público leitor. Foi um jornal de expressiva difusão por seu baixo preço e sua considerável utilidade por seus numerosos anúncios. Observamos também que, no final da década de 1820 e o início da década de 1830, ele se transformou em um jornal que serviu claramente à propagação das ideias de um grupo político bem definido, os chamados Caramurus. Foi importante para esta dissertação perpassar o universo da imprensa do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado, a iniciação da atividade impressa no Brasil, seus primeiros periódicos e adentrar no período das Regências, quando o *Diário* se dedicou mais decisivamente à discussão política, sem deixar de lado seu viés informativo, comercial e seus embates com os demais jornais então existentes.

Palavras-chave: Imprensa; Diário do Rio de Janeiro; Brasil Império.

Abstract

The present study aims to analyze the trajectory of the periodical titled *Diário do Rio de Janeiro*—the first daily newspaper ever printed in Brazil—between the years of 1821-1837. Few studies have been dedicated to the initial phase of its printing, while most studies focused on the latter part, with the literary bias that started in the 1840's and then later when it took root as a vehicle of propagation of national literature in the 1950's, where many important classics such as José de Alencar's "O Guarani" were eventually published. Historiography supports the claim that during its initial years, the *Diário do Rio de Janeiro* was merely informative and did not interfere with the court's quotidian life. Contrary to this belief, our objective was to illustrate that as a markedly informative newspaper, it did in fact contribute to the quotidian life of the court in the sense that it brought the idea of life in a society by combining great quantities of various ads, news from the imperial government and from other countries, inventions, novelties in science, medicine and literature, and all that was considered to be most useful to the readership. It was a widespread periodical because of its low price and considerable usefulness in light of its numerous ads. Additionally, it was observed that during the tail end of the 1820's and the beginning of the 1830's, it would indeed become a newspaper that clearly served to propagate the ideas of a well-defined political group called the Caramurus. It was important for this thesis to pervade the universe of the press of Rio de Janeiro during the First Kingdom, delve into to the beginning of the printing press period and the era in which the first newspapers were published, and to permeate into the Regency period—the period when the *Diário* dedicated itself more exclusively to political discussion without leaving its information and commercial bias and its clashes with other existing newspapers behind.

Keywords: Press; *Diário do Rio de Janeiro*; Brazil Empire.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Obras impressas no rio de janeiro, 1808 – 1822.....	29
FIGURA 2 - Número de Publicações da Imprensa Nacional.....	30
FIGURA 3: Capa do primeiro número dos periódicos Gazeta do Rio de Janeiro e O Correio Braziliense.....	36
FIGURA 4: Capa do primeiro número do periódico O Patriota.....	38
FIGURA 5: Extrato da notícia que teria incentivado o atentado contra Meirelles.....	48
FIGURA 6: Cabeçalho de quatro jornais do período regencial.....	64

TABELA

Tabela 1 - Membros das Juntas diretoras da Imprensa Nacional.....	28
---	----

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - Os primeiros caminhos da Imprensa na corte do Brasil – 1808 a 1822	22
1.1 – A instalação da Impressão Régia.....	22
1.2 - As primeiras experiências periódicas impressas	31
1.3 - O homem de letras, gazeteiro, redator, jornalista.....	40
CAPÍTULO 2 - O <i>Diário do Rio de Janeiro</i> e suas temporalidades (1821 – 1838)	46
2.1 – O Diário da Manteiga e do vintém – um painel informativo e útil aos leitores (1821 – 1831)	46
2.2 – A Experiência das Regências (1831 – 1833)	60
2.3 – O Processo de abuso de liberdade de imprensa contra Nicolau Lobo Viana (1832).....	67
2.4 – A Experiência das Regências a partir de 1833	71
CAPÍTULO 3 - O <i>Diário do Rio de Janeiro</i> e a imprensa da Corte durante a Regência	81
3.1– As polêmicas correspondências publicadas pelo <i>Diário do Rio de Janeiro</i> (1831 – 1832)	83
3.2 – Caramurus, Moderados e Exaltados, a disputa pelo poder regencial e seu reflexo nos periódicos.	90
3.3 – Moderados, Caramurus, exaltados e o Regresso Conservador	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
ANEXO I - Decreto de 13 de Maio de 1808 – Institui a Impressão Régia no Rio de Janeiro	105
ANEXO II - Periódicos que circularam no Rio de Janeiro entre 1808 – 1822	106
ANEXO III - Exemplos de Seções de anúncios do <i>Diário do Rio de Janeiro</i> em sua primeira década	108
FONTES E BIBLIOGRAFIA	112

INTRODUÇÃO

“A política de que o Diário tem de ocupar-se é uma política útil, porque toda ela não tem outras bases senão a sustentação do Trono Constitucional e a felicidade da Nação¹.”²

Pensar a história da imprensa no Brasil é pensar propriamente na sua construção enquanto Nação. Por isso, entendemos a imprensa brasileira, desde seus primórdios, não apenas como fonte historiográfica, mas também como sujeito social ativo. Os primeiros jornais que circularam em terras da América portuguesa não apenas registraram em suas páginas a transformação do Brasil de colônia para Império, mas construíram essa transformação em suas páginas com os escritos que fomentaram o aparecimento da “opinião pública”, que nascia ao mesmo tempo em que o Império no Brasil. O *Diário do Rio de Janeiro* é parte desse processo, primeiro jornal diário do Brasil, a partir de 1821 se construindo como um periódico de grande alcance de espectadores, sendo eles de variadas classes.

Primeiramente, precisamos estabelecer o que entendemos do significado dessa “opinião pública” das primeiras décadas do século XIX, no Brasil. A fim de entendermos o seu funcionamento e o papel dos periódicos, contamos com os trabalhos de Marco Morel e Lúcia Neves.

Segundo Neves (2009, p. 1011-1023), a América Portuguesa de finais dos Setecentos e início do Oitocentos foi profundamente marcada por traços que podemos identificar como de Antigo Regime, somando-se à peculiaridade da escravidão. Por ser uma sociedade sem muito acesso ao letramento e a alfabetização a cultura oral foi muito determinante. Para entender a nascente opinião pública no Brasil, é necessário, de acordo com Neves, partir das transformações políticas dos séculos XVIII e XIX, desde a administração portuguesa de Pombal, a transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, os movimentos constitucionais do Porto iniciados em 1820 e o processo de independência do Brasil em 1822.

Procurando tal expressão nos dicionários brasileiros do período, não encontramos um significado para “opinião pública”, o mesmo aconteceu para

¹Optamos por atualizar todos os termos de época contidos nas transcrições desta dissertação para facilitar a compreensão do texto.

²*Diário do Rio de Janeiro*, 02 de Janeiro de 1838. P. 1.

“jornalista”, “jornal”. Tanto no de Antônio de Moraes Silva (1813)³ quanto no de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), ainda não apareceu um verbete para tais termos, sendo que “jornal” está definido apenas como “o que se dá pelo trabalho de um dia ao jornaleiro⁴”. De acordo com Neves, durante um longo período, a concepção de opinião ficou vinculada à “voz popular” ou “voz geral”; seguindo a pesquisa do significado de “opinião” nos dicionários, a autora encontra no de Raphael Bluteau, um dos primeiros dicionários destinados ao lexicográfico luso-brasileiro, escrito ainda no século XVIII (1728), no verbete “Opinião” o sentido da palavra vem vinculado a “o que se entende e se julga alguma coisa, conforme notícias que se tem; ou é um conceito que formam os homens em matérias não determinadas, ou se estão para uns e não estão averiguadas para todos⁵”. Sentido esse que se mantém com as atualizações do dito dicionário por Antônio de Moraes Silva, durante o século XIX, aparecendo como “parecer, ditame, sentimento, juízo que se forma de alguma coisa⁶”. No Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), o verbete “opinião” foi bem mais simples, contendo apenas duas linhas “parecer, o juízo que se faz de alguma coisa. Reputação, presunção⁷”. Ainda segundo a autora, apenas em 1890, com a oitava edição do dicionário de Antônio de Moraes Silva, esse conceito teve uma reforma: “o que o público pensa; o que se diz ou julga em geral a respeito de uma questão social, política, econômica, patriótica ou de interesse nacional” (NEVES, 2009, p. 1011-1023).

Entretanto, mesmo que não constasse nos dicionários o conceito de opinião pública, o que vemos é que, na prática, ele já foi utilizado, como podemos observar nesse anúncio do *Diário do Rio de Janeiro* já em 1825: “Jamais seria capaz a anunciada por irrepreensível probidade, e reconhecida virtude, obrar dolosamente sem cingirem-se

³SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/diccionario/edicao/2>. Consultado em 25/05/2016.

⁴PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/3/jornal>. Consultado em 25/05/2016.

⁵BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. P. 87. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/1/opini%C3%A3o> Consultado em 23/07/2016.

⁶SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da linguaportugueza*. Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813. P. 367. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/2/opini%C3%A3o>. Consultado em 23/07/2016.

⁷PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/3/opini%C3%A3o> Consultado em 23/07/2016.

aqueles princípios que a opinião pública dos homens sensatos abraça (...)”⁸; e em 1830: “Manoel José de Barros, para justificar-se na opinião pública do mau conceito que lhe pode resultar do anúncio inserido neste Diário, declara que (...)”⁹.

Reinhart Koselleck (1992, p. 136) afirma que a história dos conceitos tem como problemática questionar quando um conceito é resultado de um processo de teorização e, para analisar essa questão, é possível tratar empiricamente por meio de fontes. Segundo o autor, para elaboração do Dicionário de Conceitos, eles consideraram três grupos de fontes, levando em consideração as estruturas temporais desses textos, pois é importante perceber quando estruturas que se repetiram indicariam forças diacrônicas e quando apenas um uso da língua não deixaria de ter um significado que se repetiria. As primeiras fontes seriam as linguagens do cotidiano, como uma carta informando um acontecimento, coisas que são únicas e não acontecem todos os dias, ou um artigo de jornal, suas notícias são fatos específicos de um dia que perdem a força com o avançar das publicações. Essas fontes seriam as de tipo primária, segundo Koselleck, pois suas estruturas se ligam ao cotidiano e o objetivo seria uma única leitura.

O segundo grupo de fontes seriam os dicionários e as enciclopédias, de acordo com o autor (KOSELLECK, 1992, p. 144), nessas encontramos o que cada palavra significa, podendo encontrar diversos significados para cada uma em uma mesma edição e, se analisarmos as sucessivas edições, perceberemos as alterações no sentido desses conceitos no decorrer do tempo. Por fim, o terceiro grupo de fontes seriam os textos que permanecem inalterados no decorrer de suas sucessivas edições, por exemplo, o texto bíblico, no qual encontramos as estruturas que se repetem em seu sentido (KOSELLECK, 1992, p. 144).

Para nosso caso, utilizamos os jornais e os dicionários de modo a perceber o uso cotidiano dos conceitos, compreendendo suas mudanças semânticas e também das práticas políticas, através da leitura no dia a dia dos jornais.

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (situative Verwendung) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo

⁸*Diário do Rio de Janeiro*, 27 de Julho de 1825. P. 3.

⁹*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de Setembro de 1830. P. 2.

são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua. (KOSELLECK, 1992, p. 141)

Sobre o início da construção desse conceito na sociedade luso-brasileira, concordamos com Lúcia Neves e Marco Morel (2005, p. 203) que, segundo Neves (2009, p. 1012), deu-se quando as discussões políticas ultrapassaram o domínio privado da Corte para passarem a ser debatidas nos espaços públicos de sociabilidades que então se formavam, como praças públicas, cafés, livrarias, sociedades e associações, até mesmo as secretas, e as tipografias. Essa utilização do significado moderno de “opinião pública” não se deu imediatamente com o surgimento da imprensa, em 1808, mas sim quando o contexto político se alterou com os movimentos do Porto, a partir de 1821, seguidos da independência em 1822.

Nesse momento, como veremos no primeiro capítulo deste trabalho, a liberdade de imprensa começou a ser exercida no mundo luso-brasileiro, com a aceitação das bases para a constituição em 1821, levando em conta os avanços e retrocessos que tal liberdade teve no Brasil. De acordo com a autora, foi por meio dessa maior propagação e circulação de escritos, através de panfletos e jornais, que as ideias saíram do plano privado para alcançar a praça pública:

Con la adhesión de las provincias del Pará y de Bahía, luego seguidas por Río de Janeiro, a principios de 1821, este año se convirtió en el de la predicación de una cultura política del liberalismo. Por medio de una amplia y hasta entonces casi inédita circulación de literatura de circunstancias, bajo la forma de panfletos baratos, que se imprimían en Río y en Bahía o que llegaban de Lisboa, las noticias y, junto a ellas, las ideas pasaron a alcanzar una asistencia socialmente más ancha y variada, que dejaba de presentarlas como novedades del dominio privado para verlas como pertenecientes al dominio público. (NEVES, 2009, p. 1013)

Segundo Marco Morel, também foram nesses marcos, entre os movimentos constitucionais do Porto iniciados em 1820 e os debates sobre a Independência política do Brasil em relação a Portugal, que tivemos a alteração do modelo de imprensa até então presente, temática que trataremos mais detalhadamente no primeiro capítulo desta dissertação:

A passagem do Brasil de um Império ao outro – (...) – correspondeu, quase simetricamente, à mutação do modelo de imprensa periódica; das chamadas gazetas, já tradicionais e típicas das monarquias absolutistas europeias, para os jornais que se pretendiam, por meio do debate e do convencimento político, formadores de povos e nações dentro das perspectivas do moderno liberalismo constitucional. (MOREL, 2009, p. 153)

Foi nesse momento que, ainda de acordo com o verbete “Opini3n P3blica: Brasil” de L3cia Neves (2009, p. 1013) no *Diccion3rio Pol3tico y Social Del Mundo Iberoamericano*, os jornais, panfletos e folhas começaram a veicular a ideia de opini3n p3blica como sendo uma ampla forçã política, impulsionada pelo progresso das “Luzes” e avesso a bruscas transformaç3es, defendeu que a ordem e a prud3ncia deveriam ser mantidas. Podemos ver esse aspecto nos escritos de Jos3 da Silva Lisboa, em seu peri3dico, lançãdo em 1821, com o nome de *O Conciliador do Reino Unido*. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* e no *Correio Braziliense* de Hip3lito da Costa, analisaremos com mais f3lego esses jornais, em nosso primeiro cap3tulo.

Jos3 da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, tratou a opini3n p3blica como a “rainha do mundo”, sendo que os “homens de letras”, ilustrados, deveriam dirigir os desacertos populares e as efervesc3ncias, controlando o “bem da ordem”. Com isso, a opini3n p3blica se transformou em uma opini3n verticalizava, deixando de ser o julgamento p3blico que o indiv3duo compartilhou com a sociedade para ser a construç3o privada das ideias sobre as coisas p3blicas, e apenas os ilustrados seriam capazes de guiar a “Opini3n p3blica” como um “farol” (NEVES, 2009, p. 1014).

Foi nesse contexto que, em 1821, surgiu o primeiro peri3dico di3rio da cidade do Rio de Janeiro e de toda a extens3o do mundo luso-americano, o *Di3rio do Rio de Janeiro*. Seu propriet3rio e redator chefe foi Zefferino Vito de Meirelles, portugu3s nascido em Lisboa, personagem que anteriormente havia integrado parte do cen3rio das tipografias brasileiras, trabalhou na Imprensa R3gia desde a sua fundaç3o, tamb3m colaborou com a *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁰ começãdo como alçador¹¹ e, mais tarde, tornou-se vice administrador, segundo Sacramento Blake.

Poucos autores dedicaram ao *Di3rio* mais do que atenç3o parcial em estudos de maior f3lego. 3 o caso de Nelson Werneck Sodré, cuja *Hist3ria da Imprensa no Brasil* (1966) aborda o *Di3rio do Rio de Janeiro* brevemente, visto que sua intenç3o foi fazer uma grande apanhados da hist3ria da imprensa, desde o seu surgimento at3 o s3culo

¹⁰ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccion3rio Biogr3fico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. Disponibilizado em CD elaborado pela coleç3o Mineiriana. “Diccion3rio Bibliogr3fico Brasileiro – Ediç3o Eletr3nica”.

¹¹ Segundo o diccion3rio de Moraes e Silva: “Alçador: O que se alça com dividas; o que levanta alguma coisa. Alçador de forças: o que desfaz o forçãmento, emenda a forçã, viol3ncia.” O que nos leva a crer que Alçador seria um trabalhador braçal da tipografia. SILVA, Antonio Moraes. *Diccion3rio da linguaportuguesa - recompilado dos vocabul3rios impressos ate agora, e nesta segunda ediç3o novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813. Dispon3vel em: <http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/edicao/2>. Consultado em: 23/07/2016.

XX. Também brevemente, Carlos Rizzini (em *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, 1945) e Hélio Vianna (*Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, 1945) refletiram sobre o periódico.

Novos trabalhos sobre a história da imprensa foram fomentados pelos debates em torno da “Nova História Cultural” e da “Nova História Política”, esvaziadas nas décadas anteriores em favor da História Econômica, que significou, entre as décadas de 1850-1870, a maior parte dos estudos historiográficos. A partir da década de 1980, as temáticas cultural e política voltaram a representar um universo grande de pesquisas.

Especificamente a respeito da história da imprensa, dos jornais e periódicos no Brasil temos uma série de livros e estudos fundamentais, como os de Marco Morel, Marcello Basile, Lúcia Neves, Tania Bessone, Lúcia Guimarães, Gladys Ribeiro e todos as coletâneas reunidas por pesquisadores do CEO (Centro de estudos do oitocentos), hoje chamada SEO (Sociedade Brasileira de estudos do oitocentos), que nos ofereceram novas abordagens para a História da Imprensa do Século XIX no Brasil.

A maioria desses estudos é voltada para as folhas “políticas” e de opinião, deixando para segundo plano, ou apenas como fonte documental, os jornais entendidos como comerciais ou informativos, desconsiderando sua importância para as transformações no campo das relações sociais. Nesse sentido, o *Diário do Rio de Janeiro* foi contemplado e diversas vezes citado. O que nos faltava era uma análise do jornal enquanto sujeito ativo das transformações da cena pública do Brasil do século XIX.

Nesse sentido, mostrou-se importante dedicar esta dissertação a conhecermos um pouco mais desse curioso periódico, que, durante seus 57 anos de funcionamento, passou por várias tendências políticas, redatores e editores. Ao longo de sua trajetória, começou como um jornal marcadamente informativo, em 1821, sendo útil ao público no sentido de levar as informações necessárias sobre comércio, agricultura, medicina, botânica, invenções; seus muitos anúncios, gratuitos, forneciam ao comércio privado e às relações sociais um grande fomento.

No início da década de 1830, o *Diário do Rio de Janeiro* passou por importantes transformações, juntamente ao Império do Brasil. Mesmo que o periódico já fosse entendido por nós, como um defensor da ordem da monarquia de D. Pedro I e dos portugueses que viveram no Brasil, os chamados adotivos. Só a partir do início da década de 1830, esse jornal passou a se dedicar publicamente às polêmicas da cena política que antes “evitou” ou foi subjugado aos outros temas, vinculando-se ao grupo

político chamado Caramuru, que existiu concomitantemente com as outras facções¹² do início do período regencial, os liberais moderados e os liberais exaltados¹³.

A cena política da Corte Imperial era dividida em três grupos, ou três facções - exaltados, moderados e caramurus - que disputaram o poder durante o período que precedeu a Abdicação de D. Pedro I e a Regência, segundo Gladys Ribeiro (2011, p. 255), até 1833, entretanto em nossas pesquisas encontramos esses grupos políticos se denominando com tais até o ano de 1835. A autora denomina esses grupos como “*campos políticos* que se relacionavam, antagonizavam e se recompunham de acordo com interesses socioeconômicos” (RIBEIRO, 2011, p. 231). Segundo ela, esses “*campos políticos*” tinham grande fluidez, tanto de membros quanto de ideias, o que se refletiu nos jornais, com as dinâmicas dos assuntos que foram tratados por cada periódico, que normalmente eram vinculados ou simpáticos a uma das facções.

Moderados, Exaltados e Caramurus se denominavam uns aos outros e a si mesmos dessa forma, como veremos nas análises dos jornais. A esse respeito, Ribeiro afirma que estes usavam essas nomenclaturas, fossem elas dadas a si mesmos ou atribuídas e posteriormente assumidas pelas facções (RIBEIRO, 2011, p. 232).

Nos jornais Caramurus ou Restauradores, incluindo o *Diário do Rio de Janeiro*, percebemos a inclinação de defesa dos “adotivos”, portugueses que viveram no Brasil, criticaram a forma com que o governo regencial moderado administrou a relação entre esses cidadãos brasileiros e portugueses, afirmaram que incentivaram a discriminação contra os portugueses que aqui viveram (RIBEIRO, 2011, p. 235). Segundo Ribeiro, muitos dos membros da facção Caramuru eram portugueses que haviam conseguido o direito de serem cidadãos brasileiros com a constituição de 1824 promulgada por D. Pedro I e, de acordo com a autora, buscaram no conservadorismo seu espaço na sociedade, exaltando o ex-Imperador, o que lhes custou a estigma de quererem a recolonização, o que afirmaram veementemente, nas páginas das folhas ligadas a esse grupo, que não queriam (RIBEIRO, 2011, p.238).

¹² A expressão “facção” era bastante utilizada pelos jornais para denominar os grupos políticos no momento.

¹³Tais classificações foram muito demarcadas por Marcello Basile (2004); utilizamos aqui, assim como o autor, não apenas de forma didática, mas por perceber em nossas leituras dos jornais, em especial o *Diário* e a *Aurora Fluminense*, que se identificavam por esses nomes. E, ainda sobre os Caramurus e Exaltados, ver: *Aurora Fluminense*, 18 de Setembro de 1833. P. 2. Ver: BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Rio de Janeiro, 2004 [Tese de Doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A análise do *Diário do Rio de Janeiro* vai até o ano de 1837, com as já extintas facções, caramuru, moderada e exaltada, que se remodelaram no processo político chamado “Regresso”. Tal rearranjo permaneceu ao longo dos últimos anos das Regências e, depois, consolidando-se no Segundo Reinado a dualidade entre Conservadores e Liberais. Paramos nossas análises nesse período, entretanto, alguns levantamentos sobre os últimos anos desse periódico foram feitas e podem ser apresentadas de forma sumária.

A partir da década de 1840, o *Diário do Rio* se transformou em um jornal voltado para difundir a Literatura Nacional e publicou folhetins que, posteriormente se tornaram grandes clássicos da nossa literatura, por exemplo, *O Guarani*¹⁴ de José de Alencar (1857). Entre 1856 e 1858, foi dirigido por José de Alencar, nesse momento, parte de suas páginas - normalmente o rodapé da primeira página de cada edição - eram destinadas a esses folhetins (SODRÉ, 1966, p. 220). Nesses espaços, diversos autores, que mais tarde viriam a se tornar escritores reconhecidos em todo o Brasil, tiveram espaço para escrever seus romances, contos e crônicas, como o próprio editor chefe José de Alencar e Machado de Assis. Este colaborou para a redação do *Diário* entre os anos de 1860 e 1867, nos quais que a redação do periódico era chefiada por Saldanha Marinho, até 1866, e, depois, por Quintino Bocaiuva¹⁵.

Os anos entre 1858 e 1860 foram turbulentos economicamente para a Empresa do *Diário do Rio de Janeiro*, tanto a tipográfica quanto o jornal. Em 10 de dezembro de 1858¹⁶, saiu às ruas sua última publicação e só reapareceu em 16 de dezembro do mesmo ano com o nome de *O Velho Diário do Rio de Janeiro*¹⁷. Na primeira página desta edição, fez o esclarecimento dos fatos que levaram à falência do Jornal. Seu redator chefe na época, Luiz Antônio Navarro de Andrade, expôs que o jornal sofria perseguições do Ministério¹⁸e, segundo ele, “*por felicidade da paz e de suas instituições [o Ministério] jaz hoje na eternidade, condenado por todos e até por aqueles que lhes prestaram apoio*”. Afirmou, ainda que, “O ex-ministro da fazenda¹⁹,

¹⁴*Diário do Rio de Janeiro*, 01 de Janeiro de 1857. P. 1.

¹⁵*Diário do Rio de Janeiro*. Leitura dos anos de 1855 - 1867. Rio de Janeiro.

¹⁶*Diário do Rio de Janeiro*, 10 de Dezembro de 1858.

¹⁷*Diário do Rio de Janeiro*, 16 de Dezembro de 1858. P. 1.

¹⁸ O Gabinete Ministerial desse período era presidido pelo Marquês de Olinda, membro do Partido Conservador. Ver em: Ferraz, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. UFJF. 2013. Dissertação de Mestrado. P. 152.

¹⁹ O Ministro da Fazenda era Bernardo de Souza Franco. Ver em: SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros ilustres*. – Brasília. Senado Federal, 199. V.I. p. 120. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1027/209292_vI.pdf?sequence=7 Consultado em 20/08/2016.

que se denomina progressista, levou o rancor ao ponto de hostilizar-nos só porque fazíamos oposição franca e decidida à sua fatal administração”.²⁰ Ao que tudo indica, pelos exemplares que temos, o *Diário* volta à circulação efetivamente em março de 1860, já sob chefia de Saldanha Marinho.

Em 1867, foi vendido novamente e sabemos, através de suas páginas, que seu proprietário passou a ser Sebastião Gomes da Silva Belfort²¹. Sabemos, ainda, de acordo com o dicionário escrito por Sacramento Blake, que o jornal contou com cinco redatores nessa época, sendo um deles Caetano Alves de Sousa Filgueiras.²² Finalmente, em 31 de outubro de 1878, sob a chefia da redação de Augusto de Carvalho²³ foi editado seu último número, com promessa de que não seria ressuscitado mais uma vez. Sua Tipografia passou a se chamar “Imprensa do Jornal do Povo” e, nessa última publicação, indicou que seus leitores acompanhassem as publicações do novo “Jornal do Povo”²⁴.

Esta dissertação tem por objetivo a análise do *Diário do Rio de Janeiro*, que circulou na corte entre os anos de 1821-1878. No entanto, nossa pesquisa compreendeu os anos de 1821, sua fundação se estendendo para o período Regencial até 1837, momento em que entra em cena o “Regresso Conservador”, concomitantemente à extinção das três facções então atuantes na cena pública imperial.

A motivação para tal pesquisa veio do projeto de Iniciação Científica em que estive envolvida na graduação, coordenado por Silvana Mota Barbosa²⁵, e no qual estudamos as identidades políticas através da Imprensa no século XIX. Comecei a perceber que poucos historiadores se dedicaram a estudar o *Diário do Rio de Janeiro* em seus anos iniciais, anos em que foi habitualmente tratado como um jornal meramente informativo e que não interferia na vida cotidiana da Corte. Em contrapartida, constatei que não podíamos afirmar que esse periódico não se dedicou, em suas duas primeiras décadas, aos assuntos políticos do Império. O *Diário* foi um jornal que atraiu um grande público para aquela época, com seus baixos preços, numerosos anúncios e seções que pretendiam informar a população e levar a ela as

²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de Dezembro de 1858. P. 1.

²¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 01 de Janeiro de 1867. P.1.

²² BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> Consultado em 20/08/2016.

²³ *Diário do Rio de Janeiro*. Edição: 205, 31 de Outubro de 1878. Rio de Janeiro. Microfilmes sob a guarda da Biblioteca Nacional, disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

²⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de Outubro de 1878. P. 1.

²⁵ Silvana Mota Barbosa é professora Dr^a do departamento de história da UFJF.

modernidades das Ciências e das Luzes, da literatura, do comércio e das Artes. Não abandonando suas preocupações, a partir de 1831, com a Abdicação de D. Pedro I, passou a se dedicar também ao exercício mais claramente de afirmar suas opiniões em relação à política regencial, o que fomentou grandes debates com os jornais contemporâneos.

Tendo em vista o que foi exposto, esta dissertação se estrutura da seguinte forma: no Capítulo I, procuramos apresentar os primórdios da imprensa periódica no Brasil, a instalação da primeira tipografia em 1808, a edição dos primeiros jornais, analisando seu conteúdo e forma. Também incluímos nesse capítulo o debate com a historiografia sobre a imprensa do Primeiro Reinado, principalmente nos atendo às conclusões relacionadas ao possível atraso de instalações de tipografias e da imprensa periódica propriamente dita em terras da América Portuguesa em diálogo com as atividades da imprensa na Europa. Por fim, destacamos o papel dos “Homens de Letras” no Brasil do início do século XIX.

Para o Capítulo II, construímos a trajetória do *Diário do Rio de Janeiro* desde sua criação, em 1821, até o ano de 1837, mostrando ao leitor as diversas transformações do periódico nesse intervalo de tempo proposto. Além disso, apontamos que nem sempre o *Diário* foi uníssono, mas foi um jornal de diversas fases, de “diversas cores”, sendo marcadamente informativo e comercial na década de 1820. Muito preocupado com seu propósito de ser universal e chegar a todas as camadas da sociedade, o jornal contribuiu para a vida pública do Rio de Janeiro, anunciando as modernidades do período, fomentando, juntamente aos demais jornais do período, a nascente esfera pública brasileira. Passando na década de 1830 a ser um jornal que, para além de seu conteúdo já tradicional, incidiu seus esforços também em debater ideais dos grupos políticos, tendo como meta de suas publicações o que está na epígrafe desta introdução, de ocupar-se de uma política útil à população e que sustentasse a Monarquia, a Constituição e a “felicidade da nação”.

No Capítulo III, trabalhamos o *Diário de Rio de Janeiro* na visão de algumas folhas que circularam no período regencial, com o objetivo de entendermos o jornal por outra perspectiva que não a que o próprio dizia sobre si ou pelo que a historiografia já retratou. E também a compreensão da imprensa periódica nos anos de 1831 – 1837 no Brasil.

Para a realização dessa pesquisa utilizamos como fonte documental, principalmente, os jornais que circularam no Brasil entre os anos de 1821-1837,

disponibilizados online pelo site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Procuramos fazer a análise desses jornais através de sua leitura contínua e, em conjunto, analisamos o que temos de estudos na historiografia sobre essas fontes. Para nós, o periódico *O Diário do Rio de Janeiro*, em especial, foi mais que uma fonte, foi nosso objeto principal, assim o tratamos, buscando a compreensão de seus propósitos e o diálogo com os demais jornais.

Para a compreensão do período estudado, também recorreremos à leitura dos decretos, decisões e leis que envolveram a Imprensa periódica para todos esses anos de 1808 a 1837, que estão disponíveis nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado. Tais decretos e leis, como o que autorizou a instalação da primeira tipografia no Brasil em 1808, as Bases da Constituição elaborada pelas cortes portuguesas em 1821, foram necessários para a formulação das nossas conclusões acerca do caminho trilhado pela imprensa do primeiro reinado, com seus avanços e retrocessos em termos de liberdade. No segundo capítulo, exploramos também o processo de abuso de liberdade de imprensa contra o dono do jornal e da Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, Nicolau Lobo Viana de 1832, documento que se encontra sob guarda da Biblioteca Nacional na seção de manuscritos. Esse processo foi fundamental, pois, além de nos servir como exemplo da aplicação da lei, também nos ajudou a desvendar as opiniões políticas de Viana.

Sendo assim, este trabalho busca contribuir para a história da imprensa no Brasil com uma análise do *Diário do Rio de Janeiro*, que foi o primeiro diário do Brasil, bastante difundido, com uma longa duração e diversas cores, no sentido de que serviu a várias tendências políticas ao longo de sua trajetória, ao contrário da maioria dos seus congêneres.

CAPÍTULO 1

Os primeiros caminhos da Imprensa na corte do Brasil – 1808 a 1822

1.1 – A instalação da Imprensa Régia

A cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX, estava em constante transformação, não só física, mas também em sua dimensão social, cultural e política. Já em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para os trópicos, temos diversos exemplos dessas mutações. O Rio, ao mesmo tempo Corte e *polis*, nas palavras de Morel (2005, p. 157), foi marcado pelo hibridismo entre as permanências de valores e práticas do que passou a ser chamado de Antigo Regime e outros que se pretenderam modernos.

Nessa época, o Rio de Janeiro contava com uma estrutura ínfima, delimitado por quatro morros - Conceição, Castelo, São Bento e Santo Antônio. O núcleo urbano central começou a se concretizar a partir do morro do Castelo, de onde se espalhou as primeiras quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. Sabemos também que não contava com mais de quarenta e seis ruas, seis becos, quatro travessas e dezenove largos ou campos (SCHWARCZ, 2015, p. 176).

É certo que a cidade do Rio de Janeiro não tinha estrutura suficiente para atender as necessidades da sede do Império Português. Mas, obviamente, já havia algumas instituições básicas que se aprimoraram e outras tantas tiveram que ser criadas para atender as novas demandas de uma corte. Entre essas criações estão o Banco do Brasil e a Imprensa Régia, ambos iniciados já no primeiro ano de instalação da corte, em 1808 (SCHWARCZ, 2015, p. 182).

Segundo Morel (2005), os festejos, celebrações religiosas e monárquicas, que se intensificaram com a chegada da família real, dividiram espaços com a agitação das ruas, praças e largos, que misturaram diversas camadas da população, mesmo a chamada “plebe”. Ainda segundo o autor, as “concepções políticas e culturais transformavam a cena pública e não eram apenas transformadas por esta” (MOREL, 2005, p. 165).

Ruas ocupadas numa mesma época de diferentes maneiras (celebrações dinásticas e religiosas, festejos diversos, “desordens” e revoltas, vozes, clamores, tentativas de manifestações cívicas), revelando assim a pluralidade de tempos num mesmo tempo histórico e apontando para transformações dos

espaços públicos em suas dimensões políticas, isto é, de relações de poder como fatores importantes para a elaboração da história das cidades que, afinal, são elementos-base na construção de uma nação. Cidadania e nacionalidade se entrelaçam. (MOREL, 2005, p. 166)

Todo esse contexto, da instalação da corte no Rio de Janeiro, de como funcionou a cidade nesse período, nos é interessante para buscar as origens, o desenvolvimento e o aprimoramento da imprensa periódica no Brasil, em especial no Rio de Janeiro do início do século XIX.

Desde o século XV, já existiam tipografias em solo europeu, no entanto, imprensa e periódica propriamente começou a surgir apenas no século XVII. E somente no século seguinte, nas Américas inglesa e espanhola, nas quais as atividades foram altamente reprimidas pela censura de suas metrópoles. No caso da América Portuguesa, a imprensa periódica só passou a ser uma realidade a partir do início do século XIX, apesar de existirem livros de autores brasileiros, impressos anônimos e alguns jornais estrangeiros circulando (MOREL, 2015, p. 23).

Os periódicos tidos como de opinião começaram a se estabelecer muito perto do momento em que a imprensa iniciou o seu desenvolvimento no Brasil. Na França, por exemplo, isso só aconteceu mais de um século e meio após o estabelecimento da imprensa, com os preliminares na Revolução Francesa (HESSE, 1996, p. 127).

Segundo Hesse (1996, p. 127), só com a Revolução Francesa é que se expandiu a produção editorial com a proliferação dos números de jornais publicados. Em Paris, até 1788 existiram apenas quatro jornais, no ano seguinte, 1789, o autor identificou cento e oitenta e quatro e, passado mais um ano, em 1790, trezentos e trinta e cinco jornais. Muitos cessaram suas publicações e, no ano de 1791, estabilizaram-se cerca de duzentos e trinta e seis. Em Portugal, não foi muito diferente, segundo Lúcia Neves (2003, p. 43), antes do Vintismo, 1820, poucos jornais saíram dos prelos e, nesse período, conheceram 39 novos jornais, que foram publicados principalmente nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

No Brasil, esse advento da imprensa de opinião também começou em um momento de efervescência política, no período que antecede a independência e, claro, incentivada pela maior abertura da censura a partir da Revolução do Porto, quando se teve uma legislação mais aberta em relação à imprensa. Cerca de 20 periódicos saíram à luz no Brasil entre 1821 – 1822, sendo 12 deles publicados já em 1821²⁶. E, com a

²⁶ Ver Anexo II dessa dissertação.

exceção do *Diário do Rio de Janeiro*, da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Correio do Rio de Janeiro*, sendo o *Diário* e o *Correio* saíam diariamente e a *Gazeta* duas vezes por semana, todos os outros periódicos eram quinzenais ou semanais.

Isso nos leva à conclusão de que podemos falar em atraso em relação à instalação de tipografias, mas seria um exagero, em discordância à historiografia, em relação à atividade periódica propriamente dita. Com os exemplos acima, vimos que a atividade periódica, tanto na França quanto em Portugal, só se expandiu em momentos de efervescência política, o mesmo aconteceu com a América Portuguesa. E, se pensarmos que a diferença dessa expansão da imprensa na América Portuguesa se deu apenas trinta anos após a ocorrida na França, levando em consideração todo o processo que aconteceu nessas terras no período (de colônia passa a ser metrópole, mas ainda com grande subordinação a Portugal e suas leis, que não permitiam a atividade tipográfica no Brasil), não foi uma experiência que demorou muito a acontecer em relação às demais regiões do mundo de que se tinha notícia aqui. Mesmo assim, isso não impossibilitou de circularem jornais e livros clandestinamente antes desse período.

Segundo Morel (2015), a imprensa no Brasil não surgiu em um vazio completo, pois grande parte dos indivíduos que começaram a produzir na imprensa brasileira tiveram contato pleno com a imprensa portuguesa, tendo a maioria estudado em Coimbra. Argumentando assim, segundo o autor, a visão simplista coloca em contraponto o surgimento da imprensa com as repressões do sistema de Antigo Regime.

É expressivo levar em conta a pluralidade e a intensidade dos escritos nas sociedades de tipo absolutista que, manuscritos, circulavam de formas variadas, através de correspondências particulares, cópias de textos, papéis e folhas que pregavam em paredes e muros ou rodavam de mão em mão, muitas vezes através da atividade de copistas. Tais formas de transmissão manuscritas e orais, típicas daquelas sociedades, marcavam e relacionavam-se à imprensa periódica, que não se afirmara ainda como o principal meio de transmissão, embora tenha alterado bastante e dado outras feições à cena pública em sua dimensão cultural. (MOREL, 2015, p. 28)

É sabido que alguns jornais, muitos livros e folhetos produzidos na Europa circularam em terras brasileiras, pelo menos, desde o século XVIII, como por exemplo a *Gazeta de Lisboa*. Ou seja, mesmo que a imprensa brasileira ainda não tivesse se desenvolvido, algumas formas de impressos chegaram até aqui (MOREL, 2015, p. 30).

Durantes os 300 anos que a tipografia foi proibida no Brasil, desde a colonização portuguesa, algumas tentativas de instalar oficinas tipográficas, mesmo que frustradas, aconteceram, como é o caso da tipografia holandesa, na época de Nassau, no segundo

quartel do século XVII em Pernambuco; uma tipografia no Recife, em 1706; a do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, em 1724; a de Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, em 1747 e ainda a impressão do Padre José Joaquim Viegas de Meneses, em Vila Rica, no ano de 1807 (IPANEMA, 2007, p. 15).

A atividade tipográfica no Brasil só foi permitida meses depois da chegada da corte, em 1808, através de um decreto expedido por D. João VI em 13 de Maio, instalando a “Impressão Régia”. A criação dessa oficina tipográfica teve o objetivo de servir ao Império, pois, com a estadia da corte em terras americanas, uma série de decretos, leis, atos reais, documentações oficiais em geral deveriam ser impressas para gerar mais agilidade. Esse mesmo decreto permitiu que se imprimissem quaisquer outras obras, levando em consideração toda a censura que existia²⁷.

Decreto de 13 de Maio de 1808 - Cria a Impressão Régia. Tendo-me constado, que os prelos que se acham nesta capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão neste meus Estados, sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente da Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma secretaria D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra [...]. Palácio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1808.²⁸

Segundo Isabel Lustosa, Antônio de Araújo, que mais tarde se tornaria o Conde da Barca, secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. João VI até a chegada da família Real, trouxe para o Brasil, nas embarcações da vinda da corte, uma tipografia completa, que se destinou àquele ministério. Tal decreto transcrito acima indicou que D. João só ficou sabendo da carga já em terras brasileiras, quando inicia com: “tendo-me constado, que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (...)” (LUSTOSA, 2000, p. 66). A essa altura, segundo a autora, Antônio de Araújo já não era mais o Secretário do Império. Todavia, mesmo após o decreto que introduzia a tipografia no Brasil, as dificuldades

²⁷ Interessante notar que Sodré suprimiu uma frase do decreto quando o transcreveu em seu livro – “e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras”. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966. P. 22.

²⁸ BRASIL. Leis etc. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. P. 29-30. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html> Ver anexo I dessa dissertação.

implantadas pela censura e o monopólio do serviço tipográfico da impressão régia, fizeram com que só jornais oficiais fossem impressos. Porém, sabemos que, em termos de circulação, houve outros jornais como o *Correio Braziliense* e outros que eram importados clandestinamente.

Com o movimento do Porto, em 1821, a situação começou a mudar com a aceitação das bases para a constituição que as Cortes elaboraram (SLEMIAN, 2006). Essa adesão provocaria de imediato a extinção da censura prévia sobre os impressos. Ao analisar esse documento, as bases da Constituição elaborada pelas cortes, percebemos que ele copiou, alterando apenas algumas palavras, a declaração francesa dos direitos dos homens no que se refere à Liberdade de Expressão²⁹. A lei afirmou:

Seção I – Dos direitos individuais do Cidadão: §8 - A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria; contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e na forma, que a lei determinar³⁰.

Já na Declaração dos direitos dos homens e do cidadão, de 1789, vem escrito dessa maneira:

Artigo 11º- A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei³¹.

Contudo, a liberdade de circulação dos impressos, no Brasil, não ocorreu imediatamente após esse documento das cortes. Demorou mais dois meses para que D. João a regulamentasse através de um decreto em 02 de março de 1821³². O efeito prático desse decreto foi a agilidade para que pudesse ser impresso os escritos e não a extinção total da censura como poderia parecer. Embora, no texto do decreto, afirmasse-se que não existiria censura prévia, também estava escrito neste texto que os

²⁹ A Constituição de Cádiz (1812), que muito influenciou as bases constitucionais (1821) e mais tarde a Constituição do Império do Brasil (1824), também traz um artigo semelhante: “Art. 371. Todos los españoles tienen libertad de escribir, imprimir y publicar sus ideas políticas sin necesidad de licencia, revisión ó aprobación alguna anterior á la publicación, baxo las restricciones y responsabilidad que establezcan las leyes.” Constitución Política de la Monarquía Española, 1812. Cadiz en la Imprensa Real: MDCCCXII. P. 104. Disponível em: <http://www.congreso.es/docu/constituciones/1812/P-0004-00002.pdf> Consultado em 20/11/2016.

³⁰ Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa. Lisboa. Tipografia de J. F. M. de Campos, 1821. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/992.pdf> Consultado em 18/07/2016

³¹ Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos de 1789. Disponível em: <http://www.ambafrance-br.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem> Consultado em 19/07/2016.

³² Coleção de leis do Império, 2/3/1821. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> Consultado em: 19/07/2016

impressores deveriam, ainda, enviar duas cópias de todo material produzido nas tipografias para a verificação de que não conteve nenhum atentado contra a moral pública, religião, constituição ou ao soberano (NUNES, 2010, p. 37).

Até 1821, apenas a tipografia régia teve a autorização prévia para imprimir no Rio de Janeiro e uma exceção para a Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva em Salvador, Bahia, aberta em 1811. A partir desse ano, 1821, surgiram mais duas tipografias no Rio de Janeiro, a “Nova tipografia” e a de “Moreira e Garcez”. No ano seguinte, em 1822, surgiram mais quatro: a “Silva Pôrto e cia.”, de Felizardo Joaquim da Silva Morais e Manuel Joaquim da Silva Pôrto, oriundo da Imprensa Régia e livreiro; a de “Santos e Sousa”; a do “Diário do Rio de Janeiro”, de Zeferino Vito de Meireles, também oriundo da Imprensa Régia; a de “Tôrres e Costa”, de Inocêncio Francisco Torres e Vicente Justiniano da Costa (SODRÉ, 1966, p. 42).

Até então a imprensa era regida segundo as leis portuguesas, leis estas que indicavam a censura prévia de qualquer escrito, com isso poucos jornais foram editados no Rio de Janeiro e os poucos que existiram nesse início eram financiados, direta ou indiretamente, pelo governo Joanino (SODRÉ, 1966, p. 35-36).

Já no ano de 1821, com o fim da censura prévia, encontramos diversos periódicos editados, devido a essa recente “liberdade” da imprensa brasileira, pudemos catalogar doze jornais que saíram à luz no Rio de Janeiro³³ nesse ano, dez foram novos, saindo apenas naquele momento e dois já existiam, o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A maioria desses periódicos tiveram uma vida efêmera, contando com pouquíssimos números, desses apenas o *Diário* permaneceu por muitos anos, até 1878, e outros como *A Malagueta* (1821 – 1823; 1828 – 1829; 1832), que não tiveram tão poucos números, mas não tiveram uma periodicidade certa, saindo entre esses espaços de tempo alguns exemplares da *Malagueta Extraordinária*; e *O espelho* (1821 – 1823) que teve dois anos contínuos de publicações.

A Imprensa Régia foi gerida por uma Junta diretora composta a partir da Decisão real, publicada em 24 de junho de 1808³⁴, que nomeou os deputados das mesas da inspeção do Rio de Janeiro e Bahia, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa e o Oficial da Secretaria de Negócios estrangeiros e da Guerra José Bernardes de Castro, para, entre outros, o “encargo de examinar os papéis e livros que se mandassem

³³ Jornais que encontramos para o ano de 1821 através do site Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ver anexo I.

³⁴ Coleção das Leis do Império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html> Consultado em: 18/06/2016.

imprimir e de vigiar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. Nessa mesma Decisão, regulamentou provisoriamente aspectos administrativos e econômicos da impressão. Em 1815, nomeou mais um homem para a direção da Tipografia, Silvestre Pinheiro Ferreira e nomeou, no lugar de Mariano José Pereira da Fonseca, que havia pedido demissão, José Saturnino da Costa Pereira (CABRAL, 1881, p. 22)

Tabela 1
Membros das Juntas diretoras da Imprensa Nacional

Juntas diretoras da Imprensa Nacional	
1ª Junta diretora 1808 – 1815	José Bernardes de Castro, natural de Portugal José Mariano Pereira da Fonseca, depois Marques de Maricá. José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu
2ª Junta diretora 1815 - 1830	José Bernardes de Castro José Mariano Pereira da Fonseca José da Silva Lisboa Silvestre Pinheiro da Ferreira (Depois, substituindo José Mariano, José Saturnino da Costa Pereira. Substituindo Silvestre Pinheiro, Francisco Vieira Goulart. Substituindo José Saturnino, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Substituindo José da Silva Lisboa, Januário da Cunha Barbosa

Fonte: CABRAL, A. do Valle. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822.** Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881.

Mais adiante, em 27 de Setembro do mesmo ano de 1815, atendendo à proposta da Mesa de desembargo do Paço³⁵, D. João nomeou os Censores Reais, que agiriam conjuntamente com os deputados das mesas da inspeção, são eles o Frei Antônio de Arrábida, o Padre João Manzoni, Luiz José de Carvalho e Melo e, novamente, José da

³⁵ Coleção de leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>

Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu). Segundo Sodré (1966, p. 23), “(...) era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais, Frei Antônio de Arrábida, o padre João Manzoni, Carvalho e Melo, e o infalível José da Silva Lisboa”.

A Impressão Régia imprimiu uma diversidade de escritos, toda a vida burocrática da corte recém chegada ao Rio de Janeiro, a legislação produzida, como decretos, alvarás, decisões, cartas régias etc. Imprimiram livros e, além disso, saíram daquela tipografia folhetos que foram considerados úteis à colônia, como a Tabela de dias das partidas dos correios para o interior e com as demais capitânias, folhinhas de calendário a nomeação de cargos, entre outros (SILVA, 2007, p. 178).

Seguem duas tabelas extraídas da obra de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves contendo interessantes dados sobre as atividades tipográficas da Impressão Régia entre os anos 1808-1822, no Rio de Janeiro. Percebemos que, dentre todas as obras impressas nesses primeiros anos, vigorou a produção dos documentos oficiais e os livros de “Belas Letras”, que trataram, segundo o Dicionário de Antonio de Moraes Silva, dos livros sobre humanidades, filosofia, retórica, poesia, história³⁶

FIGURA 1

OBRAS IMPRESSAS NO RIO DE JANEIRO, 1808 – 1822.

QUADRO Nº 1: OBRAS IMPRESSAS NO RIO DE JANEIRO, 1808 – 1822		
CATEGORIAS	QUANTIDADES	PERCENTAGEM
Jurisprudência	50	4.2
Ciências e Artes	127	10.6
Belas Letras	397	33.1
História	206	17.2
Teologia	35	2.9
Periódicos	38	3.2
Documentos Oficiais	347	28.9

Fonte: A. do Valle Cabral. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881. A. do Valle Cabral. *Suplemento aos Anais da Imprensa Nacional: 1808 – 1823*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 73:109-115, 1954. Ana M. de Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia no Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, 2 v. BN-DOR. *Catálogo das tipografias Nacionais*.³⁷

³⁶SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/diccionario/edicao/2>. Consultado em 25/05/2016.

³⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro. Revan: Faperj, 2003. P. 35

FIGURA 2³⁸

NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DA IMPRENSA NACIONAL

1808 - 33	1813 - 29	1818 - 41
1809 - 46	1814 - 25	1819 - 44
1810 - 74	1815 - 37	1820 - 41
1811 - 63	1816 - 38	1821 - 236
1812 - 58	1817 - 40	1822 - 280

Fonte: A. do Valle Cabral. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro: 1808 – 1822*; Ana M. de Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia no Rio de Janeiro*. BN – DOR. Catálogo das tipografias nacionais.

A segunda tipografia autorizada no Brasil foi a pertencente a Manuel Antônio da Silva Serva em Salvador, Bahia (SILVA, 2010, p. 17). Em 1809, adquiriu na Europa os materiais necessários para se construir os prelos em terras brasileiras, tendo em vista ser uma “boa oportunidade” de negócio a área de impressão. Encaminhou, assim, uma petição ao Governador da Bahia, Conde dos Arcos, pedindo a autorização para instalar seus prelos, o pedido seguiu para a corte, no Rio de Janeiro, e foi autorizado em 1811, mesmo ano em que saiu à luz também em Salvador, sua gazeta intitulada *A Idade d’ouro do Brasil*³⁹.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (2007, p. 183), era mais barato, nessa ocasião, imprimir um livro ou folhinhas e qualquer papel, por exemplo, na Bahia ou em Lisboa do que na Imprensa Régia no Rio de Janeiro,⁴⁰ o que entendemos ser mais um

³⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro. Revan: Faperj, 2003. P. 93. Os números são das obras publicadas apenas pela Imprensa Régia, nos últimos dois anos, 1821 – 1822, pois, com o advento de tipografias particulares, mais títulos saíram à luz através dessas tipografias.

³⁹ “Decisão de 29 de Março de 1811. Ilm.º e Exmo. Sr – O Príncipe Regente Nosso Senhor, atendendo ao que lhe representaram os Officiaes desta Secretaria de Estado [Dos Negócios e da Guerra] que em conformidade do privilégio exclusivo de só eles poderem imprimir e publicar gazetas e papéis periódicos de qualquer natureza, tem convencionado com Manuel Antônio Da Silva Serva, que ora vai estabelecer uma impressão nessa cidade, de ali imprimir e publicar a gazeta. É servido ordenar que V. Ex. permita ao referido Manoel Antônio da Silva Serva a publicação da gazeta que ele houver de imprimir em consequência da convenção feita com os Officiaes dessa secretaria de Estado, devendo V. Ex. nomear para revisor da mesma uma pessoa de reconhecida capacidade, luzes e fidelidade, e de princípios que nada haja a reçar. (...)”. Coleção de leis do império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Consultado em 23/06/2016.

⁴⁰ Carta disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_056_1934.pdf. P. 48. Consultado em 08/07/2016.

entreve para o maior desenvolvimento da atividade impressa nesse período no Rio de Janeiro. A *Gazeta do Rio de Janeiro* do dia 30 de Novembro de 1816 trouxe um anúncio do próprio dono da tipografia da Bahia, Manoel Antônio da Silva Serva, que também sugeriu que os preços em Salvador seriam cômodos e anunciou, assim, que estava na cidade do Rio de Janeiro e que poderia levar serviços de grande escala para serem impressos naquela tipografia⁴¹.

Com tudo isso, entendemos que o efeito da censura foi notável, devido aos baixos números de periódicos que havia em 1808, quando se instalou a primeira tipografia, até 1821, com as novas leis inspiradas na Revolução do Porto, quando começou a proliferar a criação de jornais. Entretanto, essa situação não era exclusividade da América portuguesa. Como vimos, França e Portugal só passaram a conviver com a imprensa com grande produtividade em épocas de Revolução, o que também aconteceu por aqui, pois às vésperas da independência se criou o ambiente propício para propagação dessa forma de a sociedade se comunicar.

1.2 - As primeiras experiências periódicas impressas

Já nos primeiros meses após a implantação da “Impressão Régia” (que mudaria de nomenclatura algumas vezes⁴²), temos a publicação do primeiro periódico impresso em terras brasileiras⁴³, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, saindo pela primeira vez em 10 de Setembro de 1808. Publicação pertencente aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros e da Guerra, declarou, entretanto, não ser oficial do governo e que este “somente responde por aqueles papeis que nela [na *Gazeta*] mandar imprimir em seu nome”.⁴⁴ Referimo-nos a ele como primeiro jornal impresso no Brasil, pois, há dois meses antes, já havia chegado à Corte um jornal direcionado ao público que aqui vivia, mas era impresso em Londres. Trataremos desse periódico ainda neste primeiro capítulo.

Durante muito tempo, *A Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Brasiliense* foram os únicos papéis a circular com alguma periodicidade no Rio de Janeiro, aparecendo,

⁴¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*. 30 de Novembro de 1816. P. 4.

⁴² Depois do Movimento Constitucional do Porto de 1821 passou a se chamar Tipografia Nacional ou Imprensa Nacional.

⁴³ Anteriormente chegou ao Brasil o *Correio Braziliense*, que mesmo sendo impresso na Inglaterra, consideramos ser o primeiro periódico brasileiro.

⁴⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*. 10/09/1808. Página 4.

em 1813, *O Patriota*⁴⁵, com intervalos mensais e com aproximadamente 100 – 110 páginas, ou seja, bem diferente da *Gazeta*, aproximando-se do formato do *Correio braziliense*. E, depois disso, só em 1821 começaram a aparecer novos periódicos, de vários modelos.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, como podemos observar lendo suas publicações, teve bem o aspecto de jornal oficial, de divulgação do governo e, como Morel (2009, P. 153–181) chama, uma “Gazeta de Antigo regime”, ao menos até 1821. O autor compreende que, no princípio da produção impressa no Brasil, a concepção de “Imprensa da Ilustração” foi ainda predominante. O conceito de imprensa ilustrada era ligada a dois parâmetros, que são o aprimoramento da técnica de imprimir e a dimensão cultural, *esclarecedora* de propagação “das ciências, das artes, do pensamento – do progresso humano” (MOREL, 2009, p. 154), ideia essa que também vai permear *O Patriota* a partir de 1813. Ainda segundo Morel, essa foi a visão presente no verbete *imprimerie* na *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert⁴⁶.

Morel (2009, p. 156) apresenta-nos o modelo que julga predominante de imprensa nas monarquias absolutistas. Segundo o autor, a imprensa foi um produto da Coroa ou do Estado moderno em formação. Tal imprensa se apresentava de duas maneiras: uma era a gazeta oficial ou oficiosas, de caráter noticioso ou de crônicas, e a segunda maneira eram os periódicos científicos, literários ou culturais e de entretenimento. As Gazetas oficiais ou oficiosas normalmente foram financiadas pela monarquia, mesmo que indiretamente.

Até o século XVIII, não era comum impressos de opinião, que buscaram ganhar a opinião da população, até mesmo pelo modelo dos espaços públicos dos regimes absolutistas:

Somente com a emergência da noção de opinião pública como instância de legitimidade, a partir do contexto que antecede a Revolução Francesa, a imprensa periódica passa a ter tal característica de opinião, consolidando-se nessa tendência durante a Revolução Francesa (...). (MOREL, 2009, p. 157)

Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que no início do século XIX os leitores sabiam claramente a diferenciação entre uma Gazeta e um Jornal. Enquanto a gazeta tinha o papel apenas de divulgar notícias, sejam elas nacionais ou estrangeiras, o jornal

⁴⁵ Consultas realizadas ao periódico através do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁶ <http://xn--encyclopedie-ibb.eu/index.php/histoire/1614321522-histoire-moderne/773350469-GAZETTE> (Consultado em 08/06/2016)

deveria ser mais erudito e fazer análises de várias temáticas, como história natural, comércio, economia política, e também trazer em seus escritos poesias e literatura (SILVA, 2010, p. 16).

A *Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): cultura e sociedade*, livro de Maria Beatriz Nizza da Silva (2007, P. 8.), nos oferece uma grande contribuição a cerca desse periódico ao analisar seu conteúdo desde seu lançamento até seu último número. Mostra a utilidade de uma Gazeta e o que julga ser o real papel desse tipo de periódico: “não competia ao gazeteiro exhibir seus conhecimentos, caso os possuísse, mas tentar apagar sua individualidade como letrado”.

A autora elabora essa conclusão do ofício do gazeteiro pela fala de um dos redatores que, no número 55 de 1816 da *Gazeta*, explica que o seu trabalho foi ser o mais fiel expositor das notícias sem suas opiniões. Por isso, era difícil perceber quando um redator era trocado por outro, pois foram apenas relatores de notícias. Suas opiniões não ficaram explícitas na *Gazeta do Rio de Janeiro* e o necessário para ser um gazeteiro seria sua fluência em línguas estrangeiras, na época, principalmente francês e inglês, alguma erudição para relatar festas reais e cortejos fúnebres da corte e aptidão para selecionar notícias a serem transcritas dos muitos periódicos que deveria consultar.

A autora, ao passar pelas seções, avisos, notícias, extratos, e tudo que *A Gazeta* publicou, durante todos os seus anos, revela a riqueza desse tipo de jornal para o trabalho dos historiadores. Afirma que, por mais que não trouxesse artigos de opinião ou seções de Literatura, artes e ciências, é uma fonte preciosa, pois nos informa sobre os hábitos daquela sociedade, seus modos de vestir, comer, morar, vender, etc. Segundo ela, é uma fonte muito mais rica do que inventários por ocasião de morte, pois, nos inventários, as informações foram contidas com a finalidade de avaliação, enquanto, nos anúncios, pretenderam vender. Por isso, foram mais detalhados, com mais informações, com a finalidade de seduzir possíveis compradores (SILVA, 2007, p. 23).

A seleção das notícias referentes ao Brasil em geral, ou à cidade do Rio de Janeiro em particular, não pode ser encarada apenas como uma formação de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio governante. Ela mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado. Embora muitas notícias resultassem de documentos enviados pela secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não se trata de pura propaganda oficial, pois muitos temas surgem em outros periódicos e eram de interesse geral, como a abertura de estradas e canais, os projetos de colonização, os incentivos à agricultura, a domesticação dos índios etc. (SILVA, 2007, p. 23-24)

Tal afirmação da autora nos leva a parecer semelhante ao analisarmos os primeiros anos do *Diário do Rio de Janeiro*, mesmo que tenham sido jornais completamente diferentes, o que veremos com mais detalhes no próximo capítulo. Esses periódicos, como ferramenta para análise da sociedade do início dos Oitocentos no Brasil, são úteis, pois ali encontramos todo tipo de questão que foi comum para as pessoas desse período, como se deram as relações comerciais de troca, das sociedades filantrópicas, dos decretos e leis do império, tudo esteve naquelas páginas, como um mosaico em que o historiador procura pelo que interessa à sua pesquisa. Por isso, é surpreendente quando se encontra os adjetivos utilizados por Nelson Werneck Sodré para se referir a esses periódicos: “insossos”, “omisso” e “sem atrativos”. Em nossa opinião, tal análise tem um pouco de anacronismo, pois este foi o modo de se fazer imprensa que prevaleceu nas duas primeiras décadas do século XIX no Brasil: uma imprensa informativa e comercial, o que só muda com os debates sobre a independência que fizeram ser publicados diversos periódicos, folhetos e panfletos destinados a propagar as ideias políticas acerca da temática.

Não entendemos, aqui, o *Diário do Rio de Janeiro* como um jornal omissos às questões políticas, nem ao menos em seus anos iniciais 1821 – 1831, até então com o papel de informativo e comercial. Os anúncios contidos nesses periódicos, em especial no *Diário do Rio de Janeiro*, tornaram-se parte fundamental para o desenvolvimento econômico e social da colônia e, posteriormente, do Império, e se constituíram como espaços para a ampliação do comércio em geral, do comércio livreiro, das associações e sociedades, dos serviços como médicos, carpinteiros, etc.

Os historiadores que investigam a independência do Brasil, por exemplo, não recorreriam a esses periódicos como fonte principal, mas a tardia notificação ou a não notificação desses acontecimentos, as pequenas notas que esses periódicos trouxeram podem revelar pretensões de grupos ou dos governantes. Podemos, com isso, perceber nuances e intenções de como esses personagens, redatores, editores e possivelmente governantes, quiseram que a população enxergasse tais fatos como a Independência.

Maria Beatriz Nizza Silva (2007, p. 199) chama atenção para a pouca publicidade que a *Gazeta* deu ao *Diário do Rio de Janeiro* que, segundo ela, foi seu principal concorrente em matéria de anúncios e de público leitor. A *Gazeta* noticiou títulos que saíam à luz, mas pouco mencionava o *Diário*. Como sabemos, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou gratuitamente os anúncios dos leitores, enquanto a *Gazeta* cobrava por linha de cada anúncio, o que pode ter retirado parte dos rendimentos da *Gazeta*, mesmo

não sendo costume os anúncios serem a maior parte dos recursos monetários dos jornais desse período. Quando o *Diário* se instalou na corte, em 1821, passou a ser o grande anunciador das questões cotidianas como compra, vendas, aluguéis, serviços, etc.

Quase concomitantemente à *Gazeta do Rio de Janeiro*, três meses antes, surgira outro periódico, o *Correio Braziliense*. Tratava-se de um jornal diferente das gazetas e diários, contendo longas crônicas do redator sobre diversos temas, entre eles educação, economia, comércio, artes e literatura, e, apesar de ser escrito e impresso em solo estrangeiro, na Inglaterra, foi o primeiro jornal escrito por um brasileiro para o público brasileiro e aos ingleses com interesses em Portugal e Brasil.

Nelson Werneck Sodré (1966, p. 32.), ao apresentar o *Correio Braziliense* em seu livro, fala das diferentes visões entre os historiadores acerca da inserção do periódico no Brasil. Ele questiona a influência do referido jornal, sua circulação, para quem escreve, qual a finalidade e ainda as posições pessoais de Hipólito José da Costa. O autor entende que Hipólito da Costa servia aos interesses da burguesia inglesa por estar inserido naquele meio.

Entretanto, afirma que, quando começou a circular, ainda não existia no Brasil as condições para o aparecimento da imprensa, era proibida, a população não era letrada o suficiente e não existiam prelos. Quando essas condições foram minimamente alcançadas, o *Correio* perdeu a razão de existir. Entendemos ser justamente essa a importância do *Correio Braziliense*, pois, enquanto a imprensa foi altamente censurada e pouco existia, ele cumpria o papel de levantar questões, o que outros jornais não faziam em terras brasileiras.

Além disso, Sodré (1966) caracteriza o pensamento de Hipólito como igual aos da classe dominante no Brasil e da burguesia inglesa e afirma que esse teve um discurso muito mais moralizante do que transformador. O autor considera um exagero o enquadramento do *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa Brasileira.

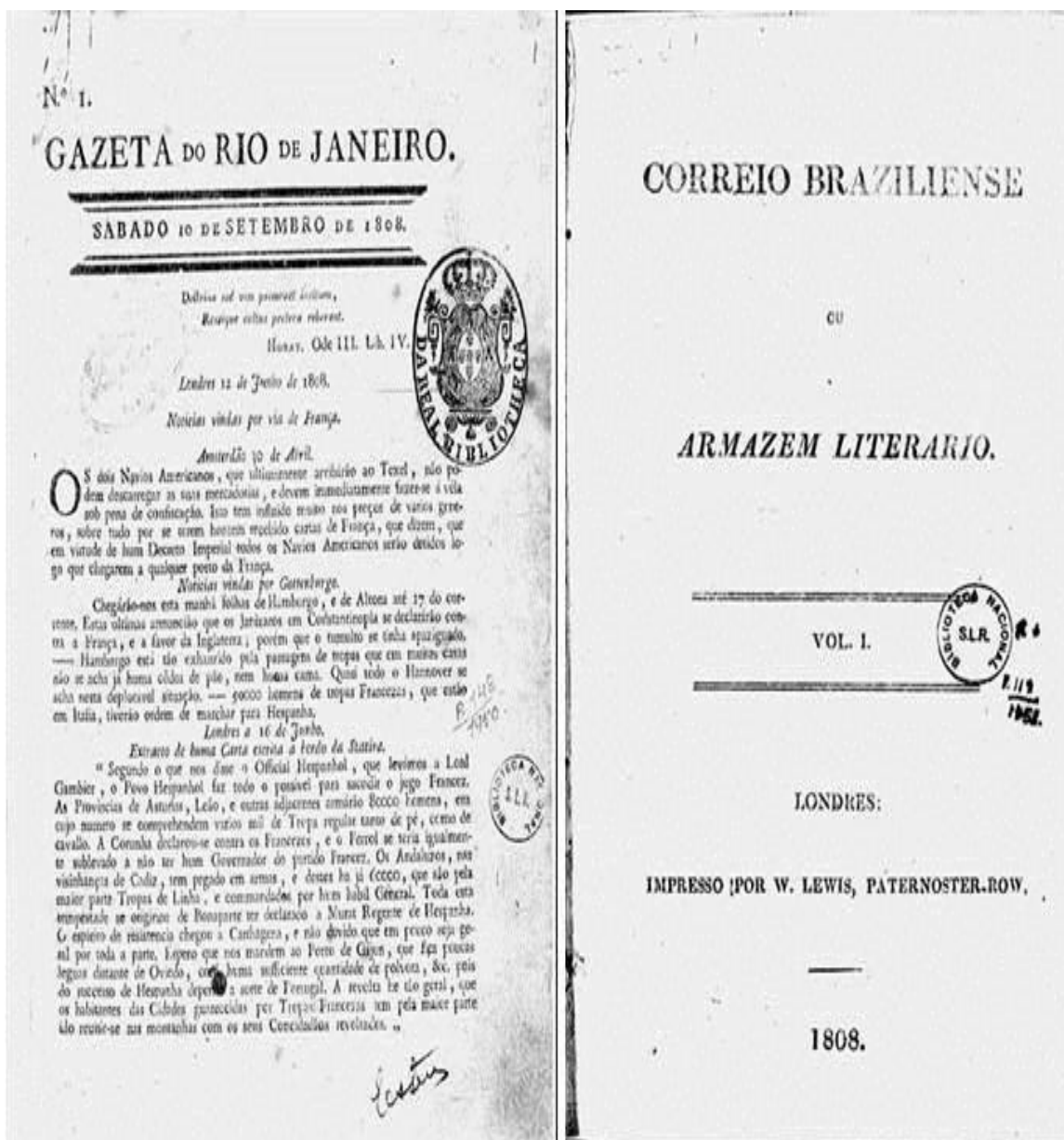
A influência do *Correio Braziliense*, pois foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram apareceu aqui a imprensa adequada. E por isso é que só por exagero pode enquadrar o *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa brasileira. Quando começou a circular com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu – clandestinidade porque proibido ou clandestinidade porque pouco lido. (SODRÉ, 1966. P. 33)

É interessante a explicação do formato de cada jornal, o *Correio Braziliense* foi um jornal de formato in 8º com aproximadamente 140 páginas, de capa azul brochura

com publicações mensais (SODRÉ, 1966. P. 28). A *Gazeta do Rio de Janeiro*, com um formato completamente diferente, com quatro páginas e em formato in 4° (SODRÉ, 1966, p. 23), mudando sua formatação em junho de 1811, passou a ser mais largo (SILVA, 2007, p.13).

FIGURA 3

Capa do primeiro número dos periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Correio Braziliense*.



Felizmente, a tese de Sodré não se sustenta diante das análises seguintes. Muitos outros autores, como Marco Morel, demonstraram, ao contrário, a importância desse jornal para o cenário brasileiro, visto que o mesmo foi lido sistematicamente no Brasil e exerceu influência no arranjo político do momento. Morel ainda faz uma análise que aproxima a *Gazeta do Correio Braziliense* e afirma que uma comparação atenta indica, para além das críticas e das divergências que um jornal manteve com outro, alguns pontos de convergência, como a defesa da dinastia dos Bragança. Segundo Morel, ambos os periódicos apoiaram a mesma forma de governo, a monarquia, repudiaram a ideia de revolução e ruptura, apoiando a união entre Brasil e Portugal. Para esses jornais, o conceito de independência era colocado como sinônimo de autonomia e liberdade e não como separação, “os dois faziam parte do mesmo contexto político e mental e, ainda que com diferenças partilhavam um universo de referências comuns” (MOREL, 2015. P. 31).

Alguns anos depois, outro jornal surgiu na corte, *O Patriota*. Seu prospecto foi lançado em 1812 e distribuído junto com a *Gazeta*⁴⁷, mas começou a circular em Janeiro de 1813. Esse periódico se propôs e nomeou como um jornal literário, político & Mercantil. Custou inicialmente 800 réis a edição avulsa e 4\$000 réis a assinatura semestral⁴⁸, passando a custar 1\$200 réis a edição avulsa e 6\$000 réis por seus últimos seis meses⁴⁹. Saiu à luz durante 18 meses, três semestralidades, sendo assim, temos 18 edições desse jornal.

O Patriota foi um jornal mensal com números de páginas variante, nos primeiros seis meses continha entre 110 e 127 páginas, nos demais meses de 1813, entre 70 e 90 páginas, já em seus últimos seis meses de vida, voltou a circular com mais de 100 páginas. Dividido em seções como artes, agricultura, medicina, literatura, história, política, comercio, hidrografia, química, matemática e botânica, finalizando sempre com um índice de todas as seções presentes na edição. Nem sempre todas essas seções apareceram todos os meses, as mais comuns eram as artes, literatura, agricultura, medicina, política e história.

⁴⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*. 02 de Dezembro de 1812. P. 4.

⁴⁸ *O Patriota*. Nº1 – Janeiro de 1813. P. 1.

⁴⁹ *O Patriota*. Nº1 – Janeiro e Fevereiro de 1814. P. 1.

FIGURA 4

Capa do primeiro número do periódico *O Patriota*



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Sobre o título do periódico *O Patriota*, Tania Bessone afirma que, apesar de o “patriota” naquele momento pudesse ter outro significado, seu redator escolheu utilizar o conceito de forma positiva:

Logo de início optou por um conceito positivo da palavra “patriota”, mais do que qualquer outro sinônimo que o nome pudesse significar à época. (...) A tendência do significado pendia para aqueles que amavam a sua terra, muito mais que para aqueles que teriam um desejo revolucionário de ruptura. (FERREIRA, 2007, p. 45)

O Patriota foi um “jornal enciclopédico” nos moldes internacionais, reunindo o que havia de mais atualizado na Europa em relação à história natural, agricultura e medicina. Segundo Kury (2011, p. 115 - 214), a densidade de artigos que o jornal trouxe foi um resultado da política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho⁵⁰ para incentivar as atividades científicas no Brasil. Analisando a lista de subscritores, que, no final de cada semestre o periódico trazia em suas últimas páginas, vemos que foram personagens conhecidos da corte, como, por exemplo, altos funcionários do Império. Com isso, aprofundamos no pensamento de quem era o público leitor daquele momento e, ainda mais, que tipo de leitor seria capaz de ler e discorrer sobre hidráulica, medicina e literatura.

Assim, entendemos mais uma faceta de característica dos periódicos das três primeiras décadas do Século XIX, 1808 – 1830, não foram periódicos especializados ou com linguagem rebuscada, os periódicos que mais circularam nesse primeiro momento foram periódicos pequenos, de quatro páginas na média, que trouxeram assuntos diversos, anúncios, curiosidades ou, mais para o final desse período, os assuntos políticos que incitaram a opinião pública que ia se formando e nascendo no Brasil. Entretanto, *O Patriota* cumpriu um importante papel ao trazer à luz essas especialidades e incentivar o espaço público das letras e das ciências.

As discussões pela independência no Brasil trouxeram o seu bojo diversas mudanças significativas para a imprensa brasileira. Com isso, a imprensa periódica do Brasil foi se modificando e, cada vez mais, distanciando-se das “gazetas de antigo regime”, com o aparecimento dos jornais de opinião, que pretenderam disputar a opinião pública da população brasileira daquele momento.

Para Lúcia Neves (2003. P.52.), os jornais, folhetos políticos e panfletos são as principais fontes para identificação da cultura política luso-brasileira da época, suas ideias, conceitos, valores e símbolos foram muito bem expressos pela imprensa do período. Segundo ela, o movimento de 1820, em Portugal, foi um momento privilegiado

⁵⁰D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi, a partir de 1808, titular da pasta da Secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros e da Guerra.

para o aparecimento de uma nova linguagem política, novas palavras entraram no dia-a-dia da sociedade pelos papéis impressos.

E, ainda, segundo a autora, o despotismo foi encarado como passado, o que deveria ser regenerado, e o liberalismo/constitucionalismo, a imagem do futuro que pretendiam construir. Isso traduziu o ideário político português de 1820 a 1823, o que não foi difícil para a elite brasileira, educada na tradição das “Luzes portuguesas”, incorporar. As ideias separatistas só se tornaram mais visíveis a partir da Revolução de 1820, quando Portugal, ao pretender regenerar também o Brasil, mas com uma constituição que atendia muito mais aos interesses portugueses do que brasileiros, acabou por fortalecer o enraizamento das ideias de independência. E, a partir de 1821, ganhou publicidades dos jornais que, em sua maioria, aderiram ao separatismo em apoio à ação de D. Pedro.

1.3 - O homem de letras, gazeteiro, redator, jornalista

Nesse novo contexto brasileiro, de advento da imprensa periódica surgiu um novo ator histórico, o escritor dos jornais. Chamado de redator, gazeteiro, homem de letras e, um pouco menos utilizado, mas já incorporado ao vocabulário brasileiro, o jornalista⁵¹.

Costuma-se dizer, na historiografia, que nesse período não foi comum à utilização da palavra jornal ou jornalista (MOREL, 2015, p. 36), mas, desde 1808, já encontramos essa palavra publicada, seja na *Gazeta* ou no *Correio*, por exemplo: “O jornalista deve ser o censor e não o conselheiro intrometido dos homens públicos⁵²”. Na *Gazeta*, também aparecem alguns exemplos da utilização de “jornalista” e “Jornal”:

Senhor, o abuso que o editor do Correio Braziliense fez do meu nome, implicando-me nos ataques indecentes que tem feito ao nosso Embaixador nesta corte, obrigou-me a escrever-lhe uma carta com a data de 8 de Setembro, mostrando-lhe o erro em que tinha caído e pedindo-lhe que a imprimisse no próximo número. Porém, faltando a primeira obrigação de um jornalista imparcial, recusou o dito editor, até o dia de hoje, de inserir a minha carta em seu jornal⁵³.

⁵¹*Correio Braziliense*. Dezembro de 1808 - Vol. I Nº7. P. 596. Nessa edição do *Correio Braziliense* já encontramos a palavra jornalista. Também encontramos a utilização da palavra jornalista em: *Gazeta do Rio de Janeiro*. 17/08/1811. P. 4. Exemplificando, essa edição traz a expressão jornalista ao se referir ao redator do Correio Brasiliense.

⁵²*Correio Braziliense*. Dezembro de 1808 - Vol. I Nº7. P. 596

⁵³*Gazeta do Rio de Janeiro*. 17 de Agosto de 1811. P. 4.

Nos dicionários da época, tanto o de Antônio de Moraes Silva (1789)⁵⁴, quanto o de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) não apareceu o verbete “jornalista” e “Jornal” ainda foi definido como pagamento por dia de serviço: “o que se dá pelo trabalho de um dia ao jornaleiro⁵⁵”.

Já a palavra “gazeta” apareceu em ambos os dicionários, no de Antônio de Moraes Silva, trazendo o seguinte significado: “papel de notícias públicas, que sai regularmente”; e “gazeteiro” seria “o que compõe a gazeta”. Já no dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, “gazeta” aparece como “relação impressa das notícias públicas de várias partes”. Tal definição, contudo, é o contrário daquilo que se definiu como gazeta aqui neste capítulo, nas afirmações de Maria Beatriz Nizza da Silva (2010, p.16), que diferenciou “Gazeta” de “Jornal”, a primeira sendo um recorte de notícias estrangeiras ou locais e, a segunda, ser mais erudito e trazer notícias mais variadas, como literatura, economia e comércio.

O verbete “Folheto” apareceu no dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) com a seguinte definição: “Papel impresso, que ordinariamente consta de uma folha e contem alguma notícia⁵⁶”.

Quando pesquisamos pelo verbete “Imprensa” e “Impresso”, os dois dicionários que estamos utilizando aqui trouxeram o significado do primeiro como “máquina de imprimir livros” e, do último, apenas como “representado ou retratado” e só trouxe exemplos de frases como “a tua imagem impressa em minha alma: palavras impressas na memória”. E não relacionou a algo parecido com um jornal.

Entretanto, não sabemos exatamente o efeito que essas definições tiveram na prática cotidiana do Rio de Janeiro de início dos oitocentos. Na leitura desses periódicos, o que nos transparece é que, ora usaram a palavra jornal, ora outra palavra, como folha ou periódico, para designar o mesmo significado. Por exemplo, muitos anúncios do *Diário do Rio de Janeiro* trouxeram a palavra jornal para denominar o

⁵⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>. Consultado em 25/05/2016.

⁵⁵ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/jornal>. Consultado em 25/05/2016.

⁵⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/3/folheto>. Consultado em 25/05/2016.

Diário: “(...) uma das casas já anunciada neste jornal⁵⁷”; “(...) que por este jornal anunciou querer comprar uma casa térrea⁵⁸”; “(...) Deseja saber onde deve subscrever para o seu jornal intitulado o Martello⁵⁹”. Temos a sugestão de que não foram bem definidos esses conceitos e não seguiram um modelo já existente, deram seus primeiros passos na construção das novas práticas discursivas.

Jefferson Cano (2001, p. 5), em sua tese, discute o papel e o que significava ser um homem de letras, que atuava na literatura e imprensa periódica e recuperou a transformação desse conceito a partir dos dicionários Oxford e Larousse. Segundo Cano, o século XIX presenciou uma grande transformação no universo das letras, que ele nota não só pelo novo conceito de literatura que se fazia presente no dicionário de Oxford, mas também por uma nova definição de “Homem de Letras” trazida pelo dicionário de Pierre Larousse, que compara esses homens com os gramáticos da Antiguidade, mas traz um sentido muito mais restrito ao termo. Segundo o dicionarista, para ser homem de letras não bastaria ser apenas um homem dedicado às letras, mas era preciso que vivesse disso, da sua venda de livros e não mais sob a “tutela do poder”. Na França de finais do Século XVIII e início do século seguinte, havia um grande mercado editorial que conseguiu emancipar esses escritores de forma que não precisavam mais viver do poder, o que passou a substituir o patronato da aristocracia, que segundo o autor, financiou a maior parte dos escritores de antes da Revolução, para um mercado livreiro que foi capaz de sustentar financeiramente tais homens.

Para o Brasil do século XIX, esse conceito de homens de letras não se aplica, pois como sabemos, a maioria dos homens que escreviam, seja literatura, ciências ou na imprensa, foram “tutelados pelo poder”. Durante um bom tempo, foram homens que escreveram, mas também desempenharam papel na função pública do Estado, com cargos elegíveis ou de administração. Entretanto, mesmo que no Brasil não existisse esse mercado editorial que permitisse a esses homens viver de suas letras exclusivamente, podemos falar que havia “Homens de Letras” em terras brasileiras, mesmo que diferenciados das definições europeias.

Jefferson Cano (2001, p. 6) prossegue, mostrando como os Homens de Letras deste lado do Atlântico não pretenderam abrir mão da “tutela do poder”. Segundo Cano, em 1810, fundou-se em Salvador a Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras que,

⁵⁷*Diário do Rio de Janeiro*. 09 de Agosto de 1821. P. 5.

⁵⁸*Diário do Rio de Janeiro*. 11 de Agosto de 1821. P. 5.

⁵⁹*Diário do Rio de Janeiro*. 11 de Setembro de 1821. P. 7.

segundo seus estatutos, estava sob proteção dos reis de Portugal e conteve até mesmo em seu nome a palavra “Real”, assinou entre seus sócios fundadores José Bonifácio e sua presidência foi um membro da família Real. Suas atribuições foram muito diversificadas e Cano nos apresenta como uma extensão da função dos Homens de Letras, ser útil à pátria, promover artes, ciências, agricultura, portando-se pelo “bem da humanidade por meio da indústria, da economia e dos descobrimentos úteis, tendo sempre em primeiro lugar a filantropia”.

Jefferson Cano (2001, p. 12) liga essa experiência da Bahia com as do Rio de Janeiro, quando em 1827, temos a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, um pouco mais tarde, como desdobramentos dessa Sociedade, a criação do IHGB, no Rio de Janeiro. Tais instituições foram diferentes daquela da Bahia, tiveram suas funções bem limitadas ao tema inicial a que se propuseram. Por exemplo, a Auxiliadora da Indústria teve como principal finalidade, como diz seu nome, o auxílio à indústria. O Instituto Histórico Geográfico foi proposto inicialmente como uma “filial” da Sociedade Auxiliadora e ambos, como eram em prol da pátria, estiveram sob proteção real e tiveram a atuação dos Homens de Letras.

Os Homens de Letras do Brasil, no início dos oitocentos, buscaram sua consagração com escritos de diversas temáticas, drama, poesia, romance, história, economia, política, ciências, etc. Esses homens também, em sua maioria, fizeram a imprensa funcionar. São exemplos desses homens: José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), José Bonifácio, o próprio imperador D. Pedro I, Evaristo da Veiga, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves Ledo, Luís Augusto May, Francisco Vieira Goulart, entre outros.

É perceptível o quão diferente se deu a composição desses homens do Brasil em relação aos da Europa. Enquanto na Europa existia cada vez mais o distanciamento em relação aos governos, ao poder público, aqui no Brasil, os laços entre governo e homens de letras se fortaleceram. Foram homens que escreveram seus livros, escreveram para a imprensa e para se manter foram funcionários públicos, juízes, promotores, Padres ou desempenharam uma função pública em cargos elegíveis como, deputados, senadores e até mesmo Imperador, eram Homens de Letras.

Marco Morel (2015, p. 36) também corrobora com essa noção de homem de letras, que foi portador de uma missão política e pedagógica, mas que diferiu dos filósofos iluministas. Segundo o autor, após a onda revolucionária, o perfil dos novos intelectuais de início do século XIX se dividiam em duas tendências- a nostálgica da

República das Letras, tal qual ela se colocou no século XVIII, e os escritores patrióticos e liberais, que formaram um conjunto heterogêneo de homens. Essas foram características moldadas pelos rescaldos dessa onda revolucionária do século XVIII, nos espaços públicos que estiveram em mutações. E, segundo ele, foi nesse contexto “amplo de mutações culturais (e não exatamente como *iluministas*) que se encontra a primeira geração de redatores brasileiros”.

As primeiras décadas do século XIX no Brasil, apesar da pouca alfabetização da população, foram marcadas pelo desenvolvimento e o crescimento da imprensa periódica, da expansão do público leitor e, conseqüentemente, da tiragem e da quantidade de jornais que aqui circulavam. Concordamos com Morel (2015, p. 39), quando diz que devemos ver com cautela o rótulo de que a imprensa periódica foi inicialmente apenas consumida pela “elite”, pois sabemos que os custos para se comprar um jornal eram baixos e, para superar a alfabetização, também que foram lidos de forma coletiva, em praça pública, e não individualmente como fazemos hoje.

Foi de especial interesse nesse capítulo discutirmos os primórdios da imprensa no Brasil, a instalação da primeira tipografia, no início do Século XIX, o desenvolvimento e a produção dos primeiros jornais que circularam no Rio de Janeiro nesse período. Como se deram as publicações desses primeiros jornais, seu conteúdo, quem foram seus redatores, as contribuições da historiografia e nossas conclusões a respeito do assunto.

Levantamos também hipóteses acerca do possível, ou não, atraso das atividades tipográficas na América Portuguesa. Nossas análises nos levaram à conclusão de que temos um atraso em relação à instalação de tipografias, que, em muitos lugares já existiam desde o século XV e, aqui, apenas a partir de 1808. Entretanto, a imprensa periódica propriamente dita, com a produção de muitos jornais, de variados temas e que interferiram na vida em sociedade se deu em um momento de efervescência política, nos rumores da independência. Foi um caminho parecido com o que Portugal trilhou até a Revolução do Porto, em 1821, quando apenas poucos jornais circularam e muitas vezes também chegavam ao Brasil, como era o caso da *Gazeta de Lisboa*. O mesmo aconteceu, como vimos, na França, que, antes do período revolucionário, contou com apenas quatro jornais e, só a partir de 1789, passou a existir mais de trezentos. Assim, entendemos que o processo de consolidação da imprensa periódica no Brasil não se deu

tão distante das demais experiências de que se teve notícias em terras da América portuguesa.

Por fim, também nos preocupamos em entender o papel que tiveram os homens que produziram a imprensa periódica nesse período no Brasil, os chamados “Homens de Letras”. Tais homens foram ao mesmo tempo redatores, editores e colaboradores de jornais e exerceram funções na administração pública, seja em cargos eleitos como senadores e deputados, como juízes de paz, promotores, padres, etc. Um conjunto heterogêneo de pensamento, mas que, na maioria das vezes, teve em comum uma aproximação com o poder real.

No próximo capítulo, analisaremos mais a fundo o periódico *Diário do Rio de Janeiro*, traçando sua trajetória de 1808 a 1837 e suas transformações ao longo desse período.

CAPÍTULO 2

O *Diário do Rio de Janeiro* e suas temporalidades (1821 – 1838)

“Tranquilo pois, e confiando na retidão dos Juizes que a sorte me deparar e sobretudo seguro do imparcial julgamento do Soberano Tribunal da Opinião Pública, eu passo a contar com toda a verdade quanto tenho sofrido”⁶⁰

Nicolau Lobo Vianna,
Diário do Rio de Janeiro, 1832.

2.1 – O *Diário da Manteiga e do vintém* – um painel informativo e útil aos leitores (1821 – 1831)

Saiu à luz pela primeira vez, no dia 1º de junho de 1821, o *Diário do Rio de Janeiro*, periódico que mais persistiu, existindo por 57 anos. Permaneceu sob o comando de Zeferino Vito de Meirelles, que foi ainda seu primeiro redator até o ano seguinte, quando, por meio de um atentado, veio a falecer. Seu substituto foi Antônio Maria Jourdan⁶¹, dirigindo-o durante os anos seguintes, nos quais o periódico se consolidou conforme as propostas editoriais criadas por Meirelles⁶².

No plano de estabelecimento do *Diário*, o proprietário enfatizou que o jornal serviria para informar e ser útil ao leitor:

Zeferino Vito de Meirelles convencido da utilidade, que ao público resultará de um diário, no qual gratuitamente se imprimam todos e quaisquer anúncios ou notícias particulares (que convenham e sejam lícito imprimir), inclusive os dos divertimentos e espetáculos públicos⁶³.

O jornal saía ao público até oito horas e meia da noite e, para tanto, como nos explicou o próprio Meirelles, aqueles que quisessem publicar anúncios ou notícias no jornal deveriam depositar seu texto “na Caixa que estará exposta ao público na Loja de Livros de Manoel Joaquim da Silva Porto”; e o que “fosse lícito”⁶⁴ imprimir sairia

⁶⁰ Pronunciamento de Nicolau Lobo Vianna, dono do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1832 por ocasião de sua prisão por crime de abuso de liberdade de imprensa escrito em: *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de Julho de 1832. p. 1.

⁶¹ Antônio Maria Jourdan, de origem francesa, além de redator, também era tipógrafo. Em 1829, já se encontrava em Minas Gerais, onde foi redator de *O amigo da verdade*, jornal de orientação “absolutista ou caramuru”. Ver em: Anais da biblioteca Nacional – volume 117, p. 274. 1997.

⁶² Zeferino Vito de Meirelles. “Plano para estabelecimento de um útil e curioso *Diário* nesta cidade”. *Diário do Rio de Janeiro*. 1º de Junho de 1821.

⁶³ Zeferino Vito de Meirelles. “Plano para estabelecimento de um útil e curioso *Diário* nesta cidade”. *Diário do Rio de Janeiro*. 1º de Junho de 1821.

⁶⁴ Zeferino Vito de Meirelles. “Plano para estabelecimento de um útil e curioso *Diário* nesta cidade”. *Diário do Rio de Janeiro*. 1º de Junho de 1821.

divulgado, sem custo⁶⁵, em suas páginas.⁶⁶ Nos primeiros meses, o jornal foi impresso na Tipografia Régia, mas logo em seguida, em 1822, Meirelles abriu a sua própria empresa com o nome do periódico, “Typographia do Diário do Rio de Janeiro”, uma das primeiras particulares a serem abertas no Brasil (SODRÉ, 1966, P. 42).

Nos seus primeiros anos, o periódico conservou-se na diretriz do seu “Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade”, que foi publicado juntamente com seu primeiro número em 1º de junho de 1821. Imprimindo anúncios como de compra, venda ou aluguel de escravos, amas de leite, leilões, perdas, achados, preços de produtos como a manteiga, os navios que estavam para partir e ofereciam-se para levar cargas e passageiros, bem como notícias a respeito de publicações diversas. Inicialmente, de suas quatro páginas três foram destinadas aos anúncios e em sua primeira página trouxe as informações meteorológicas consideradas úteis aos leitores, anúncios e publicações oficiais do império ou de instituições que interessassem publicar.

Na edição de 28 de Julho⁶⁷ do seu primeiro ano, o *Diário* trouxe os limites dos seus distritos - por distrito entendemos os limites das ruas por onde se encontram a venda e sua distribuição, no dicionário de Moraes e Silva: “*Districto, ou distrito: a extensão, espaço de terreno dentro de certos limites, sujeita a certos magistrados, prelados, juízes.*”.

Nesta edição, de 28 de Julho de 1821, podemos ter a noção do alcance inicial do jornal, que contou com sete distritos de distribuição e em todos eles havia uma botica que vendia avulsamente e também fazia sua subscrição em troca de cinco por cento da venda. Nesta edição, Meirelles pediu que os interessados em assinar o *Diário* o fizessem nas boticas de seus respectivos distritos para não prejudicar financeiramente os seus donos e também para facilitar as entregas.

O nome de seus redatores, editores e colaboradores durante os anos são ainda um pouco misteriosos para nós, normalmente não assinavam os escritos dos jornais. Às vezes, conseguimos identificar alguns nomes através de outros jornais, que mencionam esses redatores. Assim, uma publicação do *Correio do Rio de Janeiro* indicou que, em

⁶⁵ Esta norma de não cobrar pelos anúncios pode ser comprovada, para além do seu prospecto de criação, por exemplo, em um artigo na edição 39, 29 de Setembro de 1824 do periódico “*O Spectador brasileiro*”, que fala sobre os anúncios do Diário e nos afirma ainda ser gratuito a publicação desses.

⁶⁶ Segundo Sacramento Blake, Manoel Joaquim da Silva Porto, no início do século XIX, traficou no “comércio das letras”, de nacionalidade portuguesa que se fixou no Brasil e, em 1822, abriu sua própria oficina tipográfica.

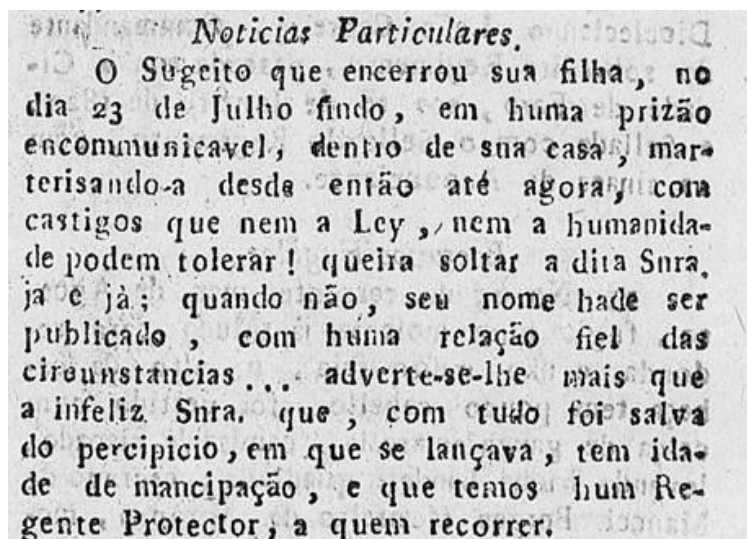
⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de Julho de 1821. P. 6.

1822, o *Diário* contou com a redação de João Soares Lisboa⁶⁸, além do próprio dono, e depois do seu novo redator, Jourdan. No entanto, analisando as publicações do *Correio* e do *Diário*, não encontramos outros vestígios de que João Soares Lisboa tenha escrito para o *Diário* e fosse concomitantemente Redator principal do *Correio*, pois na leitura deste último periódico ficou claro que Lisboa era o seu redator. Todavia, como sabemos, a maioria dos escritos desses jornais eram anônimos ou assinados por pseudônimos, o que poderia ocorrer com João Soares Lisboa. Com isso, ao que tudo indica, o *Diário do Rio de Janeiro* contou, nesse momento, com escritos de Zeferino Vito de Meirelles, que se encontrava acamado, com auxílio de João Soares Lisboa e de Antonio Maria Jourdan que passaria ser o redator principal logo em seguida, com a morte de Meirelles.

A morte de Meirelles, ao que tudo nos indica, esteve diretamente relacionada ao seu ofício. Tudo começou com uma nota na seção “Notícias Particulares”, publicada pelo *Diário*, no dia dezenove de Agosto de 1822, na qual o autor do anúncio anônimo denunciava uma importante família da cidade.

FIGURA 5

Extrato da notícia que teria incentivado o atentado contra MEIRELLES⁶⁹:



Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1822.

O texto foi, na verdade, um aviso para que o tal pai soltasse a moça, sob ameaça de que, se isso não acontecesse, iriam ser publicados seus nomes. Dez dias depois, o

⁶⁸*Correio do Rio de Janeiro*, 27 de Setembro de 1822. P.1.

⁶⁹*Diário do Rio de Janeiro*, 19 de Agosto de 1822. P. 3.

redator do *Diário* sofreu um atentado, sendo alvejado por um tiro na cabeça. Zeferino Meirelles, ainda em vida, passou a redação e a administração de sua folha e tipografia para Jourdan, que faleceu em novembro do mesmo ano.

Previne-se ao público atento ao grave impedimento em que se acha o Redator; e que a administração e redação deste periódico será feito de hoje em diante por Antonio Maria Jourdan, morando interinamente na mesma impressão, com quem se poderão entender as pessoas que tiverem a tratar, relativamente ao mesmo⁷⁰.

Na edição de 14 de novembro daquele ano, foi anunciada a morte de Meirelles, que acreditamos ter ocorrido no dia 12 de Novembro (RIZZINI, 1988, P. 374). O *Diário* ficou apenas um dia sem sair à luz, dia 13, e já no dia 14 voltou com um aviso que dizia da impossibilidade do *Diário* ter saído no dia anterior devido à morte de seu redator, que agora “continua na forma costumada, ficando interinamente o Sr. Antônio Maria Jourdan⁷¹, servindo de redator, responsável por todo e qualquer anúncio, cobranças, e administração da mesma oficina.”⁷².

Não encontramos nas páginas dos jornais, existentes naquele momento, alguma notícia sobre o ocorrido. Não encontramos também algum processo que se remeta ao caso nos arquivos. E a historiografia que já nos trouxe alguma versão dessa história nunca menciona documentação para comprovar. Então, o que temos é o pouco do que o *Diário do Rio de Janeiro* nos contou em suas páginas e uma forte suposição, levando em consideração também essa historiografia, dos motivos levados ao assassinato de Zeferino Vito de Meirelles dentro de sua própria casa.

Um ano depois, encontramos uma menção ao caso no *Correio do Rio de Janeiro*⁷³, mas é apenas uma citação comparando-o à tentativa de assassinato de Luís May, redator da *Malagueta*, citação essa que vem após um longo texto contra José Bonifácio e conclui dizendo que esses dois crimes foram creditados à vingança da opinião pública, mas, na verdade, fizeram isso para esconder os reais motivos. Segundo Rizzini (1988, P. 393), os burburinhos das ruas incidiram sobre os Andradas devido às

⁷⁰*Diário do Rio de Janeiro*, 30 de Agosto de 1822. P. 3.

⁷¹Antonio Maria Jourdan foi, mais tarde, redator do Jornal *O Amigo da Verdade*, segundo periódico que existiu na cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais. Temos essa informação através de outro jornal dessa cidade, o *Astro de Minas*, que, no dia 16 de Fevereiro de 1832, trouxe uma notícia sobre um processo envolvendo os redatores do *O Amigo da Verdade*, em que escreve ser Jourdan o responsável por tal redação. Não encontramos outras informações a respeito desse redator. Ver na hemeroteca digital: *O Astro de Minas*. 16 de Fevereiro de 1832. P. 4.

⁷²*Diário do Rio de Janeiro*, 14 de Novembro de 1822. P. 4.

⁷³*Correio do Rio de Janeiro*, 19 de Agosto de 1823. 3-4.

grandes manifestações de May sobre estes. Ainda supõem que D. Pedro teve participação nesse crime, suspeita da própria vítima, mas nada foi comprovado.

Contudo, mesmo não obtendo maiores detalhes, a versão mais plausível para o crime é mesmo a de vingança pelo anúncio do dia 19 de Agosto de 1822. O *Diário*, nesse momento, trazia pouquíssimas opiniões sobre o governo e, em suas páginas, não travou nenhuma polêmica que envolvesse política mais geral do governo. Por isso, acreditamos na hipótese de vingança por parte do ofendido com a “notícia particular” publicada pelo jornal.

Jourdan sofreu diversas críticas ao assumir a administração e a redação do periódico. Podemos encontrar em alguns números uma nota sua em que diz não ser tão bom quanto Meirelles, mas que estava se esforçando e que as ameaças não o desanimariam, muito pelo contrário:

Aos senhores subscritores: A. M. Jourdan encarregado da redação do Diário do Rio de Janeiro e administrador da mesma tipografia por conta da Senhora D. Maria Luiza Viúva Meirelles, participa aos Senhores subscritores que a folha continua debaixo de sua direção; não obstante os desejos que indivíduos mal “fazejo” tem lhe manifestado: ele reconhece a sua insuficiência para preencher semelhante encargo, mas os meios que se tem procurado para que ele o abandonasse tem servido a excitar o seu zelo; fazendo que a folha contenha com a possível brevidade os anúncios dos seus subscritores, e se algumas vezes há demora nas suas publicações, é ocasionado pela grande abundancia que ha (...) ⁷⁴.

Antes desse aviso, Jourdan havia impresso outro aviso no qual se diz ameaçado por anúncios anônimos que chegaram até a redação do diário ⁷⁵ e, após alguns meses, trouxe novamente uma publicação parecida. Em tal publicação, de Fevereiro de 1823, em nome de Jourdan, afirmou que continuava como antes, que os anúncios deveriam ser assinados, mesmo que fossem por subscritores, pois não iria inserir nenhum anúncio sem assinatura em sua folha.

Ao investigar o que outros jornais do período escreveram sobre o *Diário*, encontramos, realmente, muitas reclamações de assinantes que enviaram seus anúncios e não os viram publicados nas páginas do periódico. Quase sempre, o *Diário* publicou notas desculpando-se e dizendo que, pela alta quantidade de anúncios que recebiam, não teriam espaço nas quatro páginas que saíam diariamente e sempre prometia que, no dia

⁷⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de Dezembro de 1822. P. 4.

⁷⁵ “Ente das trevas, os teus tenebrosos e homicídios projetos não fazem em minha alma a impressão que em outra fizeram, não tenho suas qualidades, não tenho seu temor (...) teus ameaços anônimos não me farão largar o posto que preencho, prometo fazer tudo o que possível me for para aumento e extensão do mesmo estabelecimento. (...)” *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de Dezembro de 1822. P. 4.

seguinte, o faria como foi o caso explicitado na citação acima. Entretanto, segundo as reclamações publicadas em outras folhas, tendemos a pensar que nem todos os anúncios foram impressos e que, possivelmente, havia uma seleção para que os anúncios fossem publicados, porém, não sabemos como a seleção era feita:

Recomenda-se por obsequio ao Sr. Redator do Diário do Rio, uma vez que o não tem querido fazer por obrigação, que haja de inserir na sua folha o anúncio que lhe entregou (...) e já se lhe foi a segunda vez pedir para que o insira, e com efeito até hoje Quinta feira 5 de fevereiro o não tem inserido; por isso se lhe pede por obsequio, por ser anúncio de um assinante, e não conter o dito anúncio coisa alguma que embarace o ser inserido⁷⁶.

Recusando-se o Redator do Diário do Rio de Janeiro à resposta dada a um anúncio inserido naquela folha, dando por causal sua extensão, quisera dever-lhe o obsequio de inserir em sua apreciável folha(...)⁷⁷.

Os anos se passaram e o *Diário do Rio*, ao menos até 1831, se constituiu, afinal, como um verdadeiro mosaico de informações consideradas úteis ao público leitor. Sua função de painel informativo ganhou ainda mais sentido ao notarmos que seus valores de subscrição e compra avulsa foram baixos quando comparados aos de seus congêneres, o que fomentou o aparecimento do apelido “Diário do vintém” para o periódico (SODRÉ, 1966, p. 59).

Os dados disponíveis em suas páginas, principalmente o preço baixo, inalterados por vários anos e a quantidade de anúncios que o jornal publicou sinalizam o maior alcance potencial em número de exemplares vendidos deste periódico em relação a seus concorrentes. Uma edição avulsa do *Diário* custava em torno de 40 réis diários ou 640 réis mensais, na época de sua fundação, contando já em seu primeiro ano com uma tiragem de mil exemplares⁷⁸, sendo oitocentos subscritores fixos e outros duzentos de venda avulsa nas boticas. Seu preço permaneceu o mesmo até a primeira edição de 1830, quando passou a custar 60 réis diários e sua assinatura 800 réis mensais⁷⁹. Enquanto os demais jornais de grande circulação tinham um valor de subscrição bem maior no final da década de 1820 e início da década de 1830, sem contar que os demais que utilizei para a comparação não saíam diariamente. Por exemplo: a *Aurora Fluminense* em 1827, quando foi inaugurada, custava 80 réis a folha avulsa e sua

⁷⁶*Diário Mercantil*, 5 de fevereiro de 1825. P. 2.

⁷⁷*Astrea*, 21 de Fevereiro de 1828. P. 1.

⁷⁸*Diário do Rio de Janeiro* 05 de Julho de 1821. P. 7.

⁷⁹*Diário do Rio de Janeiro*, 02 de Janeiro de 1830. P. 1.

subscrição trimestral era de 2\$000 reis.⁸⁰ A *Astrea*, no seu ano inicial, 1826, custava 800 réis a subscrição⁸¹; o *Correio Mercantil*, saiu à luz pela primeira vez em dezanove de Agosto de 1830, diário, com o valor de subscrição e 4\$000 reis por quatro meses⁸².

Na edição 05 de julho de 1821, o redator já nos informava a capacidade que o *Diário* tinha. Apenas um mês após sua criação, já contava com mais de oitocentos subscritores e no total se imprimiam mil exemplares. Seu redator pediu desculpas à população leitora, pois devido ao funcionamento da Impressão Régia, nenhum jornal conseguiu imprimir mais de mil cópias sem que a tipografia parasse seus demais serviços⁸³. Sendo assim, o jornal não tinha capacidade de expandir sua tiragem para além de mil exemplares diários.

Podemos comprovar sua capacidade de ser um periódico muito utilizado, “universal” e atingir a todos os tipos de pessoas e classes sociais pela quantidade e variedade de seus anúncios e por alguns frequentes escritos de outras folhas sobre seus anúncios e publicações:

Dois periódicos verdadeiramente úteis dividiam entre si a tarefa de nos avisarem dos preços dos gêneros, das entradas e saídas dos navios, perdas, achados, escravos fugidos, e outros objetos de interesse popular, e de todo inocentes. O primeiro até na antiguidade (o *Diário do Rio*) conservando a sua cor primitiva, continua a limitar-se aos fins, para que se destinou, e a sua carreira monótona, mas tranquila, lhe granjeia a benevolência universal. (...) ⁸⁴.

Outro frequente apelido que encontramos nas leituras dos jornais e na historiografia é o “*Diário da Manteiga*”, que Sodré (1966) afirma ter relação com o frequente anúncio do preço da manteiga. Entretanto, em nossas pesquisas, encontramos poucos números do periódico anunciando esse produto ou seu preço, pois os itens mais comuns nos anúncios foram tabaco, açúcar e o algodão. Não conseguimos identificar quais outras causas poderiam existir para esse apelido. Todavia, esse foi um apelido altamente difundido entre os jornais concorrentes. Entre esses periódicos, era mais comum a referência ao *Diário do Rio de Janeiro* por apelidos do que por seu título oficial e, entre eles, o mais frequente era o “*Diário da Manteiga*”. Confirmando o que diz a historiografia a respeito do apelido, encontramos algumas vezes o apelido sendo

⁸⁰ *Aurora Fluminense*, 21 de Dezembro de 1827. P. 1.

⁸¹ *Astrea*, 17 de Junho de 1826. P. 1.

⁸² *Correio Mercantil*, 19 de Agosto de 1830. P. 1.

⁸³ *Diário do Rio de Janeiro* 05 de Julho de 1821. P. 7.

⁸⁴ *Aurora Fluminense*, 08 de outubro de 1828. P. 2.

usado por jornais como, por exemplo, no *Spectador* do dia 24 de Setembro de 1824⁸⁵, e mais tarde no *Sete d'Abril*⁸⁶ e na *Aurora*⁸⁷.

Sendo Constante a todos os Cidadãos o irrecuperável prejuízo que causa geralmente o Diário da Manteiga em publicar os prêmios das Loterias, pelos muitos erros, servindo só de dispostos, e desordens, e não de utilidade; rogasse portanto a Mesa da Santa Casa da Misericórdia em lugar de os mandar lançar diariamente no impostor Diário, publiquem só no fim da roda uma lista geral impressa, como costuma em todas as Nações (...) ⁸⁸.

Desde Novembro de 1824, o *Diário do Rio* passou a enfrentar a concorrência direta do *Diário Mercantil*, folha com as mesmas características, mesmo preço e que também publicava gratuitamente os anúncios. Em 1827, após sua compra por Pierre Plancher, o *Diário Mercantil* se incorporava ao *Jornal do Commercio*⁸⁹, que já existia há pouco mais de um mês com a proposta de jornal informativo e seguindo as características de que praticamente era monopolizada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, de anúncios gratuitos e de caráter informativo.

Essa competição pode nos explicar algumas “rusgas” entre o *Diário* e o *Spectador Brasileiro*⁹⁰ (SODRÉ, 1966, p. 126), que pertenceu ao mesmo dono do *Jornal do Commercio*, como podemos perceber ao chamar o periódico de “Diário da Manteiga” e também por outras críticas que podemos ler nas páginas daquele jornal relacionadas ao tipo de notícias que o *Diário* reproduziu ou publicou nas seções das notícias particulares e dos anúncios.⁹¹ No *Jornal do Commercio*, não encontramos debates com o *Diário do Rio de Janeiro*, talvez por suas características de jornal informativo, enquanto o *Spectador Brasileiro* já se demonstrou um periódico de opinião.

Por sua vez, o *Diário* respondeu a tais críticas:

⁸⁵ *O Spectador Brasileiro*, 24 de Setembro de 1824. P. 4.

⁸⁶ Frequentemente citam algum anúncio ou notícia do *Diário* e utilizam o apelido, como por exemplo: *O Sete d'Abril*, 16 de Abril de 1833. P. 4.

⁸⁷ Assim como o *Sete d'Abril*, a *Aurora* também utiliza alguns apelidos como, Diário de anúncios e folha da manteiga podemos encontrar em diversos números, exemplificando: *Aurora Fluminense*, 30 de novembro de 1832. P. 3.

⁸⁸ *O Spectador Brasileiro*, 24 de Setembro de 1824. P. 4.

⁸⁹ *Diário Mercantil*, 31 de Outubro de 1827. Em sua última página notifica os Srs. Assinantes que aquele fora o seu último número e que seus subscritores receberiam, do dia 02 de Novembro em diante, o *Jornal do Comércio*.

⁹⁰ O autor afirma que Plancher usava o pseudônimo de “Hum francês brasileiro” para escrever nesse periódico.

⁹¹ *O Spectador Brasileiro*, 24 de Setembro de 1824. P. 4.

Observações do Redator: As notícias, que este Diário publica são todas oficiais; e as marítimas enviadas de Ordem de S. M. I., pela pessoa encarregada do Telégrafo. Se elas são para moleques, como inconsideradamente diz o Sr. Plancher no seu Spectador n. 37, esta imputação não pode recair sobre quem as copia tais quais lhe são enviadas, mas sobre quem as dá ou envia ao redator; (...) O que o Sr. Plancher sente é que se publique aqui tudo gratuitamente, podendo-o ser no seu Spectador em nítidos caracteres, pela minudencia de 40 réis por cada linha; mas nós começamos esta tarefa muito antes do Sr. Plancher tomar, ou lhe fazerem tomar a resolução de ser nosso Concidadão, e o povo desta Cidade, que para ela nos animou, e que é mais judicioso do que o considera Sr. Francês Brasileiro, acha que é melhor fazer seus anúncios grátis em os nossos maus caracteres, do que por dinheiro na sua linda folha. Tenha paciência Sr. Plancher (...) O respeitável público nos desculpará por esta primeira, e ultima vez ocupar-nos com esta resposta o espaço, que podia ser mais utilmente empregado em seu serviço⁹².

Nas páginas do *Diário do Rio*, encontramos uma rica fonte para compreender a sociedade imperial da década de 1820. Seu viés comercial e informativo nos trouxe a noção do dia a dia de uma cidade do século XIX, que era também a corte do Império Brasileiro. Também não podemos deixar passar por despercebido o seu interesse por uma gama de outros assuntos que visaram alcançar públicos diversos, a multiplicidade de assuntos tratados, para além de seus anúncios, a fim de trazer as “modernidades” e transformações do período.

Podemos dividir o *Diário* em três grandes temáticas, na primeira década de sua existência: o movimento comercial, o tema das novidades das ciências e das letras, e as publicações dos órgãos oficiais dos governos. Começando pelo movimento comercial, o leitor podia encontrar nas páginas do *Diário do Rio* quais mercadorias chegavam ao porto; o preço dessas mercadorias e de outras produzidas na região; anúncios de compra e venda de coisas variadas, usadas ou novas; compra, venda ou troca de escravos; anúncios de oportunidades de trabalhos; e quaisquer outros assuntos relacionados ao comércio local, com o interior ou com o exterior⁹³.

Outra grande temática do *Diário* foi sua sessão de anunciar novidades das ciências e das letras, como anúncios de novidades da botânica para curar doenças, dos livros de medicina que eram escritos na Europa, notícias científicas da Europa, de publicações religiosas sobre a moral e os bons costumes, novas invenções para modernizar o espaço urbano, livros sobre noções de gramática, matemática, cartografia, livros de filosofia e de história que foram traduzidos para o Português e chegavam às lojas brasileiras.

⁹²*Diário do Rio de Janeiro*, 28 de Setembro de 1824. P. 4.

⁹³ Ver exemplos dessas publicações no Anexo III dessa dissertação.

Já em 1821, trouxe notícias de inventos e descobertas que modernizaram o estilo de vida naquela época, numa seção intitulada “miscellanea curiosa, útil e instructiva⁹⁴”, principalmente nas áreas de medicina e das invenções. Essa seção não durou muito tempo, apenas treze edições do dia 05 de junho até 17 de junho de 1821⁹⁵. Entretanto, as notícias desse tipo frequentemente estiveram nas páginas do *Diário*. Exemplificando, no dia sete de junho de 1821, trouxe a notícia que em Vienna “Mr. Precht executou em grande um aparelho para iluminar, por meio do gás hidrogênio do edifício do instituto politécnico em Vienna⁹⁶”.

Tania Ferreira (2007, p. 44), ao analisar o periódico *O Patriota*, afirma que, no Brasil do século XIX, desenvolveu-se um “jornalismo cultura”, acompanhando o que na Europa já se fazia desde final do século XVIII. Em tal modelo de se fazer imprensa, segundo a autora, o redator trazia notícias, ensinamentos e orientações que julgavam ser úteis e importantes para o público leitor, numa tentativa de se aproximar e se tornar porta-voz desse público.

Ferreira (2007, p. 47) afirma que “a preocupação constante foi manter sempre bem distribuídos o conhecimento e as Luzes, informações de cunho literário, notícias políticas relevantes⁹⁷”, e continua, dizendo que outro tema de grande interesse desse jornal foi a medicina. Salvas suas diferenças de formato e estilo de publicação, tanto *O Patriota* quanto o *Diário do Rio de Janeiro* estiveram inseridos imprensa que se emaranhou no universo dos saberes, das chamadas Luzes da ciências, com o objetivo de incentivar a participação do público, “tratava-se de um projeto não só político, mas também educativo” (FERREIRA, 2007, p. 60).

Outra característica do *Diário* que é bem marcante, não só para a década de 1820, mas também para a década seguinte, foram as publicações oficiais do governo, de instituições como a Marinha, como a Santa Casa, do Banco do Brasil, decretos, editais e avisos, não só do governo imperial, mas também da câmara municipal da cidade do Rio de Janeiro e dos juizes de paz das freguesias. Tal característica, de publicar os atos do governo, nos levou a crer que essa foi a principal forma de subsistência da empresa do

⁹⁴*Diário do Rio de Janeiro*, 05 de junho de 1821. P. 4.

⁹⁵*Diário do Rio de Janeiro*, 17 de junho de 1821. P. 7.

⁹⁶*Diário do Rio de Janeiro*, 07 de Junho de 1821. P. 6.

⁹⁷FERREIRA, Tania M. T. Bessone da Cruz. *Redatores, livros e leitores em O Patriota*. In: Kury L, (org). *ILUMINISMO E IMPÉRIO NO BRASIL: O PATRIOTA (1813 - 1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007. 200 pp. (Coleção História & Saúde: Clássicos e Fontes). P. 47.

*Diário*⁹⁸, pois a arte tipográfica era custosa e os baixos preços de seus exemplares possivelmente não cobriam todos os gastos. Além disso, como já vimos, os demais anúncios particulares e de venda, perda ou roubo não eram cobrados.

Nelson Werneck Sodré, em seu livro “A história da Imprensa no Brasil” apresenta o *Diário* em seu momento de fundação, afirmando que:

Aparecendo quatro dias antes do juramento das Bases da nova Constituição portuguesa, isso em nada alterou sua orientação, desde que a folha era deliberadamente omissa nas questões políticas. Foi, realmente o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. (...) Do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo, e teve todas as características do jornal de informação. Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro. (SODRÉ, 1966, p. 58-59)

Sodré caracteriza o *Diário* como um jornal omissivo em relação a questões políticas, pois este se ocupou apenas de fornecer ao leitor o máximo de informações possíveis, sem se inserir em polêmicas políticas com opiniões próprias, como fizeram outros jornais da época, como o *Reverbero Constitucional*, o *Espelho*, o *Malagueta* e o *Correio do Rio de Janeiro*.

O autor ressalta esse caráter apenas informativo e omissivo às questões políticas, relatando que a folha não noticiou a Proclamação da Independência em suas páginas, inserindo, a partir de 24 de Setembro de 1822, editais e notícias oficiais do governo imperial. O mesmo aconteceu em outros jornais que circulavam, nesse momento, na corte. A data da notícia não foi muito diferente dos demais. O *Correio do Rio de Janeiro*⁹⁹, jornal de João Soares Lisboa¹⁰⁰, trouxe a notícia no dia 21 de setembro em sua publicação habitual e, no mesmo dia, ainda saiu mais uma edição Extraordinária em

⁹⁸ Não encontramos algum documento comprovando tais pagamentos por parte do governo para que o *Diário* publicasse seus anúncios; para o ano de 1853, encontramos uma carta de Antonio Paulino Limpo Abreu, então Ministro “dos negócios estrangeiros”, ao Visconde de Paraná, que era, no momento, o Presidente do conselho de ministros, em que acusa o recebimento do contrato celebrado entre o ministério e o *Diário do Rio de Janeiro*, para que este possa publicar todos os “atos oficiais e quaisquer peças e documentos que lhes forem submetidos(...)”. Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de. 1798 – 1883. Carta ao Visconde de Paraná. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos. Localização: 37ª, 01,002 nº 021.

⁹⁹ *Correio do Rio de Janeiro*. Edição extraordinária de 21 de Setembro de 1822. P. 4 - 6.

¹⁰⁰ Sobre o redator, ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. Disponibilizado em CD elaborado pela coleção Mineiriana. “Dicionário Bibliográfico Brasileiro – Edição Eletrônica”. “Português de nascimento, mas brasileiro pela Constituição do Império, faleceu em Couro d’Antas na província, hoje estado de Pernambuco, a 30 de setembro de 1824. Dedicando-se ao jornalismo, logo que foi proclamada a Independência, e fazendo oposição aos Andradas, foi por isso perseguido, esteve preso alguns meses no Rio de Janeiro e sentenciado a degredo por oito anos, do que foi perdoado pelo Imperador depois da dissolução da Constituinte.”

que continham os editais. O *Correio Brasiliense*, apenas na sua edição de dezembro, tratou o Brasil como Império independente. No dia 26 de setembro, foi a vez da *Gazeta do Rio de Janeiro* noticiar a emancipação, trazendo uma troca de cartas entre D. Pedro e seu Pai, além dos decretos e anúncios oficiais. Porém, o que diferencia o *Diário* desses outros jornais com relação a esse fato, é o caráter dos escritos acerca da Independência. Enquanto os jornais mais “panfletários” exaltaram o ocorrido, trazendo sonetos, poemas, hinos, o *Diário do Rio* apenas publicou os editais oficiais do governo¹⁰¹. Nesse mesmo dia, encontramos a publicação de uma nota de exaltação do Imperador, sem identificação do redator do *Diário* e sem identificação de que fosse uma publicação de terceiros¹⁰². O jornal seguiu a sua essência, publicando apenas as notícias oficiais, que, ao que tudo indica, foi a forma que o jornal encontrou para se manter recebendo pagamentos por publicar as notícias do governo.

Contudo, entendemos que, mesmo sendo em sua primeira década, um jornal informativo e comercial tido como o precursor dos jornais modernos, o *Diário*, já na década de 1820, teve um papel fundamental na organização dessa sociedade e em fomentar a nascente esfera pública brasileira. Com suas disseminadas páginas, seus anúncios, editais oficiais, os preços das mercadorias, os anúncios de loteria, as notícias particulares, compras, vendas, trocas, as novas invenções e avanços das ciências e da medicina, as novidades da literatura e os jornais, livros, folhetos que saíram à luz, trouxe para o público um mundo de informações úteis à vida cotidiana.

Uma historiadora que, recentemente, pesquisou e escreveu sobre o *Diário do Rio de Janeiro*, foi Myriam Paula Barbosa Pires, em sua dissertação de mestrado. Pires analisou (2008, p. 61), mais especificamente a “Typographia do Diário” e não sua folha homônima, mas destinou algumas páginas também aos anos iniciais do jornal. A autora atribui ao *Diário* um papel modernizador, como expressão de um “iluminismo tropicalizado”, o qual influenciado por intelectuais portugueses apresentou na Corte relevantes contribuições para seus anúncios e informações oficiais fomentarem o aumento do diálogo e da participação da sociedade na “incipiente esfera pública” que, segundo Pires, formava-se no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, dialogamos com a leitura de Pires, que o trata como um “familiar longínquo” do iluminismo europeu - segundo Lúcia Neves (1995. p. 126.), uma característica comum aos jornais do período, tanto os mais moderados quanto os mais

¹⁰¹*Diário do Rio de Janeiro*, 24 de Setembro de 1822. P. 1-2.

¹⁰²*Diário do Rio de Janeiro*. 24 de Setembro de 1822. P. 2 - 3.

radicais. Assim, após a maior liberdade de circulação de impressos e livros, começaram a publicar constantemente reflexões e citações de autores da ilustração europeia. Os moderados se fazendo valer, sobretudo, dos escritos de Burke, Montesquieu, Bentham e Benjamim Constant e os tidos como radicais de autores como Voltaire, Rousseau, Raynal e De Pradt (NEVES, 1995. p. 126).

Sobre essa questão da fomentação de uma “esfera pública” ou “opinião pública”, cabe destacar o que diz Lúcia Neves. Segundo a autora, essas novas publicações impressas vindas de Lisboa ou mesmo editadas no Rio de Janeiro permitiram uma maior circulação de ideias, não só entre os setores mais letrados, pois lembra que, naquele momento, leituras em voz alta e em grupo foram parte importante da vida em sociedade.

Em quase todos os periódicos pode ser encontrada a preocupação de dirigir ou de ser um porta voz da opinião pública. Sem dúvida, seria um anacronismo atribuir, nesse momento histórico, à ideia de opinião pública a concepção de pluralidade de indivíduos que se exprimem em termos de aprovação ou sustentação a uma ação, servindo de referencial a um projeto político “definido”, com o poder de alterar os rumos dos acontecimentos. Apesar disso, em 1821-1822, ela não era ignorada. Como informava o redator de *O Macaco Brasileiro*, o príncipe D. Pedro conhecia e buscava ‘este termômetro’, percebendo que o idolatravam pelo calor e energia com que soube merecer o título de Perpétuo defensor do Brasil. (NEVES, 1995. p. 133)

Lúcia Neves analisa essa nascente esfera pública e do público alfabetizado do Rio de Janeiro, que, segundo ela, foi comparável aos números europeus para o período da circulação das ideias liberais, sejam pelos escritos ou por leituras destes. Embora não negue a preocupação dos redatores da época em criar e conduzir essa “esfera pública”, nem que foi nesse momento, 1820 – 1822, que começou a emergir tal esfera no Brasil, a historiadora afirma que não se pode negligenciar o que foi feito para suprimi-la, como a abertura da devassa contra quem inflamasse a opinião pública autorizada por D. Pedro e praticada por José Bonifácio em outubro de 1822, conhecida como “Bonifácia”¹⁰³ (SCHIAVINATTO, 2014, p. 201 – 238). Assim, não é prudente delegar maior papel a essa esfera e ignorar a persistência da censura que dificultou - mas não fez com que não surgisse - seu desenvolvimento nesse momento, mesmo com maior abertura da liberdade de imprensa.

¹⁰³Sobre a Bonifácia, ver mais em: SCHIAVINATTO, Iara Lis. Ferreira, Paula Botafogo Caracchio. *As lembranças da “bonifácia”: entre a devassa de 1822 e o Processo dos cidadãos de 1824*. In RIHGB, Rio de Janeiro, A. 175. V. 462. Jan/Mar 2014.

O *Diário do Rio de Janeiro*, então, nasceu nesse momento de tensão. Por um lado, a demanda por uma ampliação da esfera pública; por outro, o controle do estado. Ser um jornal "informativo", naquele momento, era uma boa maneira de se consolidar no cenário da Imprensa periódica do Brasil, incluindo-se nessa gama de redatores que se preocuparam em criar e conduzir a esfera pública através de seus assuntos úteis, atos do governo, ciências, anúncios variados, navios que partiam e chegavam, etc.

Marco Morel (2005), no artigo “Independência no papel: a imprensa periódica” e em seu livro (2005) “As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820 - 1840)”, contribui para a visão da nascente esfera pública brasileira na medida em que entende a imprensa do início do século XIX como uma rede de espaços de sociabilidades interligadas, como as tipografias, as lojas que vendiam os jornais, as praças públicas e cafés em que foram lidos e outras formas orais ou manuscritas de informação. E não só o jornal como “espécie de papel sagrado ou exclusivamente elitista, já que seus conteúdos podiam relacionar-se de maneira dinâmica com a sociedade, apesar dos diferentes públicos a que cada periódico podia pretender alcançar, o que se verifica por certa variedade de linguagem, estilo e preço” (MOREL, 2005, p.617-626).

Nesse momento de surgimento da esfera pública no Brasil foi que também surgiu o *Diário do Rio de Janeiro*. Myriam Pires aborda o *Diário do Rio de Janeiro* nesse contexto como um propagador das ideias modernizadoras e sociais:

Ao contrário do que pregou a historiografia, seu redator, Zefferino Vito de Meirelles, através do *Diário do Rio de Janeiro*, criou um meio no qual apresentava e discutia preocupações sociais mais amplas, em que o público leitor, colaborador, anunciante, interagiu, participando da construção de uma nova sociedade, imersa nos rumos da modernização. (PIRES, 2008, P.67)

Esse era o propósito do *Diário*, nesse período da década de 1820, ser um jornal de grande difusão, que trazia à luz todas as informações às quais o público deveria se atentar. Ser útil, na medida em que não cobrava para se anunciar as mais diversas coisas, desde escravos fugidos e à venda, até confusões da vida cotidiana como roubos, assassinatos, dívidas, alugueis, amas de leite e quaisquer curiosidades que queria e fosse “lícito”¹⁰⁴ imprimir. Não era seu propósito, ao menos inicialmente, ser um jornal “panfletário”, como se costumava dizer, e não o foi por longos anos. Entretanto, não ser

¹⁰⁴ Zefferino Vito de Meirelles. “Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade”. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 1, 1º de Junho de 1821.

um jornal panfletário não significava não ser envolvido com a política ou que seus redatores não tivessem opiniões sobre o governo e a sociedade, o que muda é que preocupado com esses ideais de levar a “modernidade” à população, o *Diário* optou por um outro modelo de se editar um jornal, ao menos por todo o período do Primeiro Reinado.

Myriam Pires (2008, p. 90) apresenta uma análise dos assuntos tratados pelo *Diário* entre os anos de 1821 e 1825, segundo a autora, a maior parte dos anúncios que o jornal publicou foi referente a escravos, seja de venda, fuga ou compra. Depois, vêm assuntos gerais, que entendemos serem as notícias particulares, as notícias referentes aos atos do governo e da vida pública, diversidades, ciências e letras, modernidades, etc. Outros assuntos como militares, editais do governo, obras publicadas e avisos do redator são pouco expressivos, mas estiveram presentes em todas as edições.

Nos anos que se seguiram, até ao menos início de 1831, não houve mudanças significativas no teor do *Diário do Rio de Janeiro*, que se manteve seguindo as orientações de seu fundador em seu plano inicial para a criação do referido jornal, conforme já vinha se comportando até então. O mesmo não se pode dizer para os anos após a abdicação do Primeiro Imperador do Brasil, assunto que abordaremos no próximo tópico.

2.2 – A Experiência das Regências (1831 – 1833)

O período Regencial (1831 – 1840) é comumente visto como um período conturbado, desordenado, “anárquico” e, durante muito tempo, a imprensa desse período foi pouco estudada pela historiografia. Contudo, incentivados por novos métodos de se fazer a pesquisa histórica, principalmente com a ascensão da chamada “Nova história política” e “Nova história cultural”, a História da Imprensa ganhou um novo “boom” de trabalhos. E com esses novos trabalhos, as Regências têm sido alvo de muitas pesquisas, por se tratar de anos conhecidamente marcados pelo fervor político e, em decorrência disso, a propagação de inúmeros jornais, folhas, pasquins, impressos de todos os tipos.

Muitos autores atribuem a esse período a formação de uma embrionária “esfera pública” no Brasil, que começou a se formar em 1821 – 1822 e se “consagrou” no início da década de 1830. Como afirma Marcello Basile:

Evento emblemático, o 7 de Abril consagrou o espaço público como arena de luta dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais, marcando a emergência de novas formas de ação política, em momento no qual, transbordando a tradicional esfera dos círculos palacianos e das instituições representativas, tornava-se pública, e se assistia a uma rápida politização das ruas. (BASILE, 2010, p. 59)

A mesma noção de nascimento da esfera pública brasileira já estava presente no trabalho de Marco Morel:

O que começa a se marcar no Brasil dos anos 1830 é que algumas destas manifestações na rua (da mesma forma que os *meetings* que se desenvolviam com o cartismo inglês) passam a ter também conotação ligada à mudança de soberania, à interferência na vida pública fora da esfera de controle das autoridades vigentes, em outras palavras, começa a se esboçar uma dimensão vinculada à modernidade política, em que as reuniões se fazem em nome da soberania popular ou nacional. (MOREL, 2005, P. 161)

Ainda segundo Marco Morel, essa intensa atividade pública nas ruas da cidade do Rio de Janeiro pode ser dividida em duas dimensões, a de “antigo regime”, com as festas e espetáculos da Monarquia e da Igreja Católica e a outra dimensão, que seria um universo quase impalpável para os historiadores:

Que aparece nos registros como palavras isoladas, gritos, exclamações mais ou menos abafadas, enfim, vozes e gestos, violências e “anarquias” que circulavam pela cidade, oriundos de diversas camadas da população, (...) ocupando e afetando as ruas e praças da cidade. (MOREL, 2005, p. 157)

Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro e conseqüentemente a Corte do Império Brasileiro contaram com uma efervescência política de mobilização das ruas, uma “embrionária” esfera de opinião pública e as novas formas de sociabilidades que a vinda da Corte portuguesa em 1808, a independência em 1822 e as leis que garantiam uma maior liberdade de expressão puderam incentivar, como já observamos no primeiro capítulo.

No final dos anos 1820 e início da década de 1830, começaram a se organizar no Brasil três grupos políticos com ideologias e interesses antagônicos uns aos outros, são eles: “Liberais Moderados”, “Liberais Exaltados” e “Caramurus” ou “Restauradores”¹⁰⁵.

Para além da vida pública das ruas, diversas sociedades foram criadas nesse momento, não só na corte, mas se espalhando pelo império, a “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional”; a “Sociedade Federal”; a “Sociedade Conservadora da Constituição Jurada do Império do Brasil” e a “Sociedade Militar” são alguns dos exemplos dessas novas formas de associação para defenderem uma causa.

Tais Sociedades frequentemente noticiaram suas reuniões, suas atas e o nome de seus membros nos jornais e, com essa publicidade, ficou fácil notar como os conhecidos membros das três facções se inseriram e se utilizaram dessas formas de sociabilidade. A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em 1831, teve como conselheiro Evaristo Ferreira da Veiga, redator do principal jornal que propagou a política “Moderada”¹⁰⁶. A Sociedade Federal teve em sua criação, como seu segundo Secretário, Luis Augusto May¹⁰⁷, importante redator de periódicos tidos como exaltados.

Como podemos ver, novas formas de sociabilidades e de associativismo começaram a aparecer no período regencial. Ainda persistiram as sociedades secretas, como a Maçonaria, e também não deixaram de existir as ordens religiosas. Entretanto, as novas sociedades agora ganhavam publicidade, pois suas atas, seus membros e os horários de suas reuniões passaram a ser divulgados pela imprensa, expressando uma nova forma de fazer política, uma política que, cada vez mais, tornava-se pública, das ruas e das várias camadas da sociedade. E todas essas associações publicaram nas páginas do *Diário* seus anúncios, seus editais de criação, e também convocações para as reuniões. Por exemplo:

O Presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, participa a todos os membros dela que hoje há sessão às 14 horas da tarde.¹⁰⁸

¹⁰⁵ Tais classificações foram muito demarcadas por Marcello Basile; utilizamos aqui, assim como o autor, não apenas de forma didática, mas por perceber em nossas leituras dos jornais, em especial o *Diário* e a *Aurora Fluminense*, que eram facções bem demarcadas, organizadas com objetivos e que se identificavam por esses nomes. E, ainda sobre os Caramurus e Exaltados, ver: *Aurora Fluminense*, 18 de Setembro de 1833. P. 2.

¹⁰⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de Outubro de 1831. P. 4.

¹⁰⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de Janeiro de 1832. P. 2.

¹⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de Junho de 1831. P. 1.

A Sociedade Federal Fluminense, lendo com magoa na exposição chamada franca e resumida do Sr. Conrado Jacob Niemeyer, que vários membros da Sociedade Federal foram harmonizar com a Sociedade Conservadora para fazerem causa comum contra seus inimigos, me encarrega de rogar ao Sr. Conrado, para que haja declarar no prazo de oito dias quem foram os membros, sob pena de ser tido o Sr. Conrado como caluniador se não o fizer. Casa da Sociedade Federal aos 6 de Maio de 1832, 2º da Regeneração. E. C. dos Santos, Secretário da Sociedade Federal.¹⁰⁹

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, há de reunir-se em sessão pública no dia 2 de Julho, segundo o art. 15º dos estatutos; todos os sócios devem comparecer. José S. Rebello, 2º Secretário¹¹⁰.

Tendo vários militares de todas as classes acordado entre si o projeto de organizarem uma SOCIEDADE MILITAR, que ofereça proteção e socorro aos perseguidos, necessitados e que desperte o espírito de corporação tão necessário a sua dignidade (...)¹¹¹.

Ao largo dessa conjuntura, principalmente após 1831, foram editadas muitas folhas, pasquins, jornais deliberadamente criados para a propaganda política das “facções” então existentes. Contudo, O *Diário do Rio de Janeiro* vivenciou a experiência do Primeiro Reinado de forma diferente dos demais jornais, não trazendo suas opiniões claramente sobre os acontecimentos, embora desde seus primeiros anos já tivesse incorporado o noticiário oficial - extratos de debates ocorridos no senado, na câmara, para além dos anúncios do governo monárquico - e notícias de conflitos, guerras nos países estrangeiros, entre outras notícias políticas e de propagação do governo Imperial de D. Pedro I.

Nos chamados “jornais de opinião”, a partir de início dos anos de 1830, cujos assuntos apresentavam caráter diretamente político, seus cabeçalhos muitas vezes trouxeram sua linha de pensamento e as matérias trouxeram à tona a opinião explícita de seus redatores acerca dos episódios ocorridos (BASILE, 2004) - ainda que quase sempre anônimos ou com pseudônimos, o que não acontecia no caso do *Diário*. Até ao menos 1832, podemos perceber com nossas leituras, essas opiniões começam a estar claramente colocadas, porém, não se auto declarou um jornal pertencente a um determinado “partido político”¹¹². Como exemplificação, temos os seguintes jornais:

¹⁰⁹*Diário do Rio de Janeiro*, 8 de Maio de 1832. P. 1.

¹¹⁰*Diário do Rio de Janeiro*, 30 de junho de 1832. P. 1.

¹¹¹*Diário do Rio de Janeiro*, 24 de Agosto de 1833. P. 4.

¹¹² Apesar de utilizarem com frequência a palavra “partido”, esse ainda não era da forma como temos os partidos a partir de fins do século XIX e início do XX. Entretanto, optamos por utilizar aqui da mesma forma e com o sentido que os homens dessa época utilizavam esse conceito. Concordamos, assim, com Morel (2003, p. 32, 33), quando diz que: “O que se denominava partido político, na primeira metade do século XIX diferenciava-se da compreensão atual: era mais do que “tomar partido” e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em

Moderados - a *Aurora Fluminense*, *O Independente*, a *Astréia*; Exaltados – *A Nova Luz Brasileira*, *O Republico*, a *Sentinela da Liberdade*, o *Exaltado*; Restauradores ou Caramuru – *O Carijó*, *A Trombeta*, o *Caramuru*¹¹³.

FIGURA 6
Cabeçalho de quatro jornais do período regencial



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Tais cabeçalhos nos ajudaram a perceber a política que o jornal mais quis destacar como, por exemplo, *O Carijó* e *O Exaltado* trouxeram bem grande, antes de uma epígrafe que é um jornal político e literário; *O Caramuru* contém o seguinte subtítulo: “O Imperador D. Pedro II e a Constituição Jurada”, além da sua epígrafe “Eu não falo senão verdades puras”. O *Diário do Rio de Janeiro* não trouxe nenhuma epígrafe, o que identificamos ser, mais uma vez, sua indicação de se dizer um jornal que

determinados espaços associativos ou de sociabilidades, além de delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes. Tais grupos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não.”

¹¹³ Encontramos essa classificação em diversos autores, como, por exemplo, Nelson Werneck Sodré e mais recentemente Marcello Basile, mas foi de interesse para esta dissertação a leitura de partes dessas publicações para comprovarmos e podermos ler os debates travados entre as folhas, principalmente com o *Diário do Rio*.

não se vincula a opiniões políticas. Já *O Republico* apresenta três epígrafes ligadas às questões como a conquista da liberdade e a resistência à opressão dos governos.

Quando o governo é opressor e injusto, só se pode salvar o povo resistindo-lhe. A RESISTÊNCIA à opressão é de direito natural.

Povos livres lembrai-vos desta máxima – A liberdade pode se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar. Rosseau, Contrato Social.

Quando os governos, indo de encontro aos fins de sua instituição, atentam contra a Soberania Nacional, a INSURREIÇÃO é o mais sagrado dos direitos, e o mais indispensável dos deveres. Bonin, Dotrina Social¹¹⁴.

O *Diário do Rio de Janeiro* nem sempre se manteve da forma como foi criado e na qual se conservou durante a primeira década de sua existência. O *Diário* teve diversas cores e fases ao longo dos seus cinquenta e sete anos, não esteve sempre longe das polêmicas políticas do Império, a historiografia, seja ela mais clássica e a mais recente não se debruçou sobre essa mudança e atuação no período Regencial. Basile (2004, p. 442-443) e Sodré citam apenas que, a partir de 1831, o jornal passou a ser expoente da facção Caramuru. Em sua tese, Marcello Basile faz uma menção rápida ao caráter político do *Diário* e, em um artigo publicado posteriormente, traz uma pesquisa sobre os periódicos das três facções, exaltada, moderada e caramuru, entre os anos de 1831-1835, e não cita o *Diário do Rio de Janeiro* entre os caramurus para o período regencial (BASILE, 2006, p. 60-93). Werneck (1966, P. 142) afirma, em uma breve citação que, “o antigo *Diário do Rio* que, de jornal de anúncios, de *Diário da Manteiga* passara a servir à política caramuru.” Apenas cita, nessa passagem de seu livro, e quando passa a narrar a atuação dos jornais desse campo político, não menciona o *Diário*. Entendemos que esses dois autores não tinham por objetivo se deter a um jornal apenas, falam pouco sobre cada um, mas tratam de muitos jornais, fazendo assim comentários curtos para todos os periódicos.

Logo após o 7 de Abril, o *Diário* não fez nenhum grande editorial sobre os acontecimentos, apenas reproduziu os avisos oficiais da regência. Em sua primeira página, trouxe notícias dos “alvorços”, Juizes de Paz condenando os movimentos, classificando-os como desordeiros e afirmando que só atrapalharam o bom funcionamento da cidade e dos homens de bem. Ao mesmo tempo, os jornais moderados e exaltados trouxeram a glorificação desses movimentos, da mesma forma ocorreu na independência, como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação.

¹¹⁴*O Republico*, 01 de Janeiro de 1831.

Entretanto, antes do 7 de Abril, o *Diário* transcreveu algumas notícias, avisos contra as “perturbações da ordem pública” e não publicou nenhum incentivando a “revolução”:

Manoel Theodoro de Araújo Azambuja, cavalheiro da Ordem de Cristo, Juiz de Paz da Freguesia de S. José: Achando-me fora da cidade, quando infelizmente aconteceu haverem grupos de pessoas que atravessam as ruas do meu Distrito, perturbando a tranquilidade pública, imediatamente parti para esta Corte, logo que recebi participação de semelhantes fatos, aonde cheguei hoje 18 do corrente; (...) é de meu dever patriótico, (...) fazer saber meus compatriotas, que estou no exercício do meu emprego, e que serei efetivo a rondar dias e noites as ruas e bairros da minha freguesia, para prevenir qualquer procedimento que queiram ter os que premeditadamente pretendem perturbar a ordem, e insultar os meus compatriotas honrados, sacrificados ao bem da pátria e à manutenção do nosso Código sagrado – a Constituição. – Rio de Janeiro 18 de Março de 1831, Manoel Theodoro d’Araujo Azambuja¹¹⁵.

Portanto, como se pode notar, o jornal defendeu a manutenção da ordem do espaço público e da ordem constitucional, conseqüentemente. Assim, começou a chamar atenção pelo caráter político de suas notícias, editais e anúncios. A *Aurora* de 30 de Novembro de 1831 trouxe, na sua última página, uma correspondência indicando que o *Diário* estava “passando dos limites de seus anúncios” entrando no campo da política, afirmou que o correspondente do *Diário* quis impor sua opinião. Isso demonstra que a tal neutralidade dos anúncios foi algo que os próprios contemporâneos viram, não uma construção da historiografia, e que estes mesmos começaram a perceber a transformação do *Diário do Rio de Janeiro* nesse período.

A partir de então, classificamos o *Diário* como em uma nova fase, entendendo que, desse momento em diante, o jornal passou a publicar explicitamente sua opinião e posicionamento político acerca dos tão conturbados e polêmicos acontecimentos do período Regencial. É nesse período, mais especificamente Maio de 1833, que o jornal abriu espaço para as publicações do “Jurista”, pseudônimo do Visconde de Cairu, ferrenho defensor da ordem, da monarquia de D. Pedro I, escreveu muitos artigos contra os liberais e frequentemente foi protagonista de debates acalorados com o redator da *Aurora Fluminense*.

¹¹⁵*Diário do Rio de Janeiro*, 21 de Março de 1831.

2.3 – O Processo de abuso de liberdade de imprensa contra Nicolau Lobo Viana (1832)

No ano de 1832, saiu à luz um dos principais periódicos da política caramuru – *O Caramuru*. Um dia antes da sua primeira edição, 29 de fevereiro, o *Diário* trouxe em sua edição um suplemento de uma página inteira com os escritos do redator do novo jornal, no qual explicou sua linha política e a importância de seu jornal:

Em nossas colunas será toda gente tratada com decência, e combateremos partidos, opiniões, e crimes, e não pessoas. (...) Gladiaremos com os jornais sisudos da oposição, e do ministério, quando nossas opiniões se encontrarem com as suas; aos meros ralhadores de um, e outro partido, não daremos uma só palavra. Defenderemos com todas as nossas forças, a Constituição jurada, única taboa de salvação para o Brasil, propondo combater quantas ideias tendão a alterá-la, ou reforma-la, bem como essa federação monárquica, monstro até agora desconhecido em política, e cuja consumação traria ao Brasil montões d'estrágos, de ruínas, e a completa aniquilação social¹¹⁶.

Tal folha foi uma das impressões da Tipografia do Diário, que nesse período se destacou pela quantidade e variações de seus impressos. Nesse mesmo ano, Nicolau Lobo Viana, então dono da tipografia, foi processado e preso sob a acusação de abuso da liberdade de imprensa. A acusação partiu da responsabilização de Viana pelos números doze e dezoito do periódico *O Caramuru*, que foram impressos em sua tipografia sem a assinatura de um editor - segundo as leis do período, na falta do editor, quem se responsabilizaria pelo conteúdo escrito seria o impressor, ou dono do estabelecimento que imprimiu.

O processo, iniciado no dia 19 de Junho de 1832, teve como motivação o número doze do periódico *O Caramuru*, jornal vinculado à “Sociedade Conservadora da Constituição Política jurada no Império do Brasil”, que deu nome à facção política *Caramuru*. O Jornal e a chamada “facção” foram acusados de fazerem apologia à restauração de D. Pedro I. Em suas páginas se defendeu, dizendo que eram fiéis à constituição e ao novo imperador D. Pedro II; contra, portanto, qualquer tipo de alteração ou reforma na constituição brasileira. Afirmaram, ainda, que foram acusados de elogiar D. Pedro I e querer a restauração. Mas, em resposta, afirmaram:

É um erro, pois nos fariam retroceder, tanto se prova isto que infinitas vezes temos dito, no *Caramuru*, que reconhecemos os males que consigo traria uma

¹¹⁶Suplemento ao *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de Fevereiro de 1832.

restauração, que não trabalhamos para ela, e muito menos por meios revolucionários, que são o maior flagelo de qualquer nação; quando, em Abril do ano passado, dizíamos isto mesmo no Verdadeiro Patriota, na febre da revolução, como nos não inculcarão como restaurador?¹¹⁷

O Caramuru acusou o Governo “moderado”, a facção “jacobina”, de perseguição ilegal contra os membros da Sociedade Conservadora, já que esse tipo de associação era permitida nesse momento. Em diversos números do periódico, seu redator, David Pinto, relatou os abusos e a perseguição que o governo operou contra eles. Tratava-se, naquele momento, da Regência Trina Permanente (1831-1834), com Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Na pasta da Justiça, esteve um dos mais ferrenhos liberais Moderados da década de 1820 e 1830, o Padre Diogo Feijó, com quem o *Diário do Rio de Janeiro*, posteriormente, em 1833, iria travar grandes debates.

Sobre o mandato de prisão contra o redator, David Pinto, e a prisão do impressor do *Caramuru*, Nicolau Lobo Vianna, o jornal se manifestou da seguinte forma:

A prisão do responsável do *Caramuru*, e a do impressor não deixam bem ver que o nosso único crime, aos olhos dos tiranos, é escrevermos um periódico que os tem desmascarado, e que (com prazer o dizemos) merece o conceito dos imparciais de todos os partidos, que lhe dão uma extração pasmosa? Que cousa é ser perseguida por ser indiciado? Que cousa é perseguir por indícios em país constitucional?¹¹⁸

Citamos, aqui, a passagem do processo no qual o promotor do Juri, Saturnino de Souza e Oliveira¹¹⁹, fez a acusação contra Nicolau Viana e contra os escritos do número 12 do jornal *O Caramuru*:

Para mais dar força as suas provocações e sugestões em favor da restauração e por tanto da destronização do Senhor D. Pedro passa o escritor a falsa notícia de que o Governo das Nações da Europa tem enviado notas ao nosso governo exigindo a restauração de D. Pedro 1º, hoje Duque de Bragança, notícia inteiramente falsa, e só por esse escritor ‘insuntada’ para animar a facção [os caramurus] que estava prestes a aparecer, como apareceu com as armas na mão a três dias.(...)

Por quanto vê-se do mesmo N. 12 que o escritor se esforça por persuadir que o governo inventa uma rusga a fim de fazer marchar a força armada, e que o verdadeiro fim dessa estratagemas é prender o tutor de V. M. I. e a seu irmão e

¹¹⁷ *O Caramuru*, 28 de Maio de 1832.

¹¹⁸ *O Caramuru*, 01 de Junho de 1832.

¹¹⁹ Segundo Sacramento Blake, formado em direito pela Universidade de Coimbra, foi do Conselho de estado do Imperador, voltando ao Brasil se manteve na advocacia e atuou na criação dos Juizes de Paz e da Guarda Nacional. Sendo eleito o primeiro Juiz de Paz e comandante do Batalhão da freguesia do Sacramento. Ainda segundo Blake, prestou “relevantísimos” serviços à ordem pública em 1831 e 1832.

passa a aconselhar aos cidadãos armados que não se dizem iludir, o que importa o mesmo que dizer que não marcham, que não peguem em armas quando o governo lhes mandar, e pertencendo ao Poder executivo o emprego da força armada, tendo esse expedido várias ordens, e dado várias determinações para impedir o resultado dessa rusga, que de fato apareceu três dias depois. E que com tudo esse escritor diz ser um mero invento, uma falsidade, e estratégia do governo para um fim sinistro. É evidente que nesse artigo se acha uma provocação direta a quem se presta a qualquer maneira (ao menos não pegando em armas) o efeito das determinações do Poder executivo. Porque mais se acha tão bem como decreta provocação a que se desobedecesse as Leis, e quer isso incurso no art. 119 do Código. (...) É evidente que as sugestões do Caramuru, a que não se deixem iludir a cerca da rusga que diz inventada, são uma verdadeira e direta provocação a se desobedecer às Leis e às autoridades constituídas por elas, e por isso no caso de sofrerem as penas combinadas neste art. 119.¹²⁰

De fato, o desejo da restauração de D. Pedro I parecia ser a opinião e a posição do jornal. A retórica do jornal foi de que só falaram verdades e tudo que fizeram foi para o bem público, disseram que “buscaram denegrir a honra de uma associação [Sociedade Conservadora] cujo crime foi nem ser absolutista nem republicana!¹²¹”. Acusaram, ainda, que todos os ataques à suas vidas privadas se davam por seus redatores serem nascidos em Portugal, segundo eles “eram brasileiros pela constituição e não tinham fortunas¹²²”. Afirmava ainda, que a motivação da “perseguição” era o medo do governo regencial de que a opinião pública se manifestasse contra seus abusos absolutistas.

Nicolau Lobo Viana usou uma edição quase inteira de seu jornal (3 das 4 páginas), o *Diário do Rio de Janeiro*, para se expressar sobre sua prisão:

Nesta masmorra, à que me conduziu a mais negra das traições não me atormentam remorsos; tenho, pelo contrário, a alma tranquila. (...) Não se vê em toda esta manobra uma decida vontade, um plano combinado de me apanharem no laço que a iniquidade traçou para pilhar a boa fé? (...) Geme em uma masmorra um pai de famílias, um cidadão pacífico, enfim, um inocente. Se porém as paixões, o espírito de partido, e a tirania triunfam, eu resignado, mas ufano de minha inocência, esgotarei todos os recursos que as leis me facultam até encontrar a justiça. (...) Tendo pois completamente provado que não sou o responsável pelas doutrinas do *Caramuru* n. 12, continuarei a mostrar que tal doutrina não é criminosa. (...) No 2º P. supõem criminosa o Sr. P., uma doutrina sempre tida debaixo de hipóteses como que se possa julgar criminoso um suposto ato, e não realizado, chamando isto de provocar diretamente uma restauração; custa a crer que uma Jurisconsulta conceba tal coisa: e não vê o Sr. P. [David Pinto] que condenando essas hipóteses ataca de frente a Soberania Nacional, porque se a Nação Brasileira, por exemplo julgar que deve adotar hoje o que desprezou ontem, ou outra qualquer coisa que julgue boa o pode fazer, pois se o não pudesse não era

¹²⁰ Processo de abuso da liberdade de imprensa de 1832 contra Nicolau Lobo Viana. Sob guarda da Biblioteca Nacional – sessão de manuscritos.

¹²¹ *O Caramuru*, 04 de Agosto de 1832. P. 5

¹²² *O Caramuru*, 04 de Agosto de 1832. P. 5

Nação Livre, e sim escrava de um partido que se opusesse à sua Soberana vontade?¹²³

Certamente, a motivação da prisão de Vianna não foi apenas o desejo de achar um responsável pelo número acusado do jornal *O Caramuru*; a Tipografia do Diário imprimia, em 1832, diversos escritos da facção caramuru, o que decerto gerou tal perseguição. No jornal, *A Trombeta* do dia 03 de julho de 1832 vem em defesa do *Diário* e fez tal problematização:

Nenhum outro crime à voz publica atribui ao Sr. Vianna, se não o de imprimir em sua Tipografia periódicos de oposição ao governo!!! Sim, há muito se tem manifestado nas folhas da humana e liberal moderação a sanha contra o impressor por um único motivo: o ódio que se tem desenvolvido contra a sua imparcialidade, por não querer talvez consentir que só repercuta em sua imprensa o eco de uma facção absolutista e tirânica¹²⁴.

Para desfecho do referido caso, conforme o mesmo processo nos mostra, Nicolau Lobo Vianna foi apenas o impressor do jornal, dono da tipografia, e o artigo contido no número doze, do *Caramuru*, levado em consideração para o mandato de prisão foi de autoria de Eleutério José Garcia¹²⁵, que já respondia um processo e se encontrava foragido. Portanto, o promotor afirmou que Eleutério havia perdido seus direitos políticos e não poderia ser responsabilizado por esse escrito. Dessa forma, quem seria o responsável, já que *O Caramuru* estava sem responsável legal? Seria o Impressor, dono da tipografia do *Diário*, Nicolau Lobo Vianna. O jornal acusou o governo de comprar as testemunhas de acusação. Testemunhas estas das quais não constavam o nome no processo acusatório.

No processo, a defesa do advogado de Vianna, Ouvidio Saraiva de Carvalho, pareceu seguir um modelo: primeiro, fez uma defesa política e moral e, a seguir, a jurídica (sendo que uma compreendia a outra); acusou o promotor de perseguir politicamente Nicolau, a quem já havia ameaçado anteriormente; alegou que os artigos não foram restauradores ou sediciosos, antes saudosistas; rebateu a legalidade do processo recusando a tese da impossibilidade de penalização do autor (Eleutério Garcia). Essa defesa aparece na Corte de Apelação, visto que em um primeiro julgamento o réu havia sido condenado. A sentença final com a decisão de comutar a pena de Nicolau que inicialmente seria de um ano para seis meses de prisão veio de um

¹²³*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de Julho de 1832.

¹²⁴*A trombeta*, 03 de Julho de 1832. P. 2.

¹²⁵ Personagem que não conseguimos maiores informações a respeito.

decreto regencial do dia 10 de Outubro de 1832, assinado por Honório Hermeto Carneiro Leão¹²⁶, em nome do Imperador.

Passada a euforia por conta dessa ocorrida prisão, no restante do ano de 1832, percebeu-se que notícias de assuntos tratados no Senado vieram acompanhadas de relatos não oficiais, foram correspondentes que agora escrevem as notícias e não mais apenas extratos oficiais. Sempre valorizando a figura do Visconde de Cairú nos debates no Senado, que como veremos adiante, será um dos redatores do *Diário* a partir de 1833 sob o pseudônimo de “O Jurista”. O que fomentou ainda mais críticas e classificações políticas para o *Diário* vindas de jornais de posições contrárias às suas, como a *Aurora Fluminense*:

Da leitura de certos jornais, como por exemplo o *Carijó*, o *Diário do Rio*, etc., parece que o plano de derrubar a regência, e de governar pela força, não foi ainda abandonado. Os insultos contra alguns membros deste corpo irresponsável e as ameaças alegóricas da “folha de anúncios”, concordam perfeitamente com as vozes que se derramam entre o povo, e em que se procura lançar o ódio ou o ridículo sobre a regência atual¹²⁷.

2.4 – A Experiência das Regências a partir de 1833

Maior de 1833 marcou uma nova fase do *Diário do Rio de Janeiro*, começou a escrever para folha o “Jurista” com artigos permanentes na primeira folha de todas as edições a partir de então. Este, segundo o redator da *Aurora Fluminense*, foi um pseudônimo do Visconde de Cairú (José da Silva Lisboa). Seus artigos frequentemente foram artigos contrários às reformas constitucionais, defenderam e foram saudosos a D. Pedro I, sermões de religião e morais para dizer como a nação deveria ser governada, entre outros assuntos.

O Visconde de Cairu, ou José da Silva Lisboa, ou ainda o “Jurista”, segundo Sacramento Blake, nasceu na cidade da Bahia, em 16 de julho de 1756, e veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1835. Formado Bacharel em Direito Canônico e Filosófico pela Universidade de Coimbra, voltou à Bahia, onde lecionou por anos na cadeira de filosofia racional e moral e ainda grego. Segundo Sisson, teve grande importância no processo de abertura dos portos às nações amigas em 1808, quando

¹²⁶ Segundo Sisson, em outubro de 1832, com pouco mais de trinta e um anos, Carneiro Leão ocupava a pasta de Ministro da Justiça, fazendo parte do chamado “Gabinete de Setembro”. SISSON, S. A., *Galeria dos brasileiros ilustres*, v. I. Domínio público. p. 20 - 24.

¹²⁷ *Aurora Fluminense*, 27 agosto de 1832. P. 3.

aconselhou o império a fazer tal coisa¹²⁸. José da Silva Lisboa, como vimos no primeiro capítulo, também foi censor régio a partir da instalação da Tipografia no Brasil.

Segundo Pedro Meira (2001, p. 19), que analisou sua obra “Constituição moral e deveres do cidadão”¹²⁹, Cairú trouxe uma campanha moralizante em seus escritos, apoiado não só na literatura econômica mas também anunciando a preocupação com os costumes de civilidade e boas maneiras, propôs um “movimento mais brusco, com a correção incondicional e imediata das ações desviantes”.

José da Silva Lisboa aderiu tardiamente ao processo de independência, em 1821, tentando “reconciliar” Brasil e Portugal, escreveu um periódico que contou com sete edições, *O Conciliador do Reino Unido*, de 1821.¹³⁰ Em sua primeira linha já demonstra seu conteúdo e sua defesa do pertencer a Portugal, ou ser português.

Compatriotas de aquém e de além Mar! Amantes do Reino Unido e Portugal,
Brasil e Algarves e da Legítima Dinastia da Augusta Casa de Bragança. Que
duas vezes, depois de hórrida guerra e dominação estrangeira nos tem
restaurado o NOME e o SER de Portugueses!¹³¹

Entretanto, segundo Sisson, logo que o decreto das cortes constituintes determinou a volta de D. Pedro para Portugal, a extinção dos tribunais e outros direitos já anteriormente conquistados, Silva Lisboa foi um dos mais ferrenhos defensores dos direitos do então Príncipe Regente. Ainda segundo Sisson, “sempre em justo meio entre os extremos do poder despótico e furor popular”, defendendo o que segundo ele era o Verdadeiro liberalismo¹³².

Voltando a nos ater ao *Diário do Rio de Janeiro* e ao período em questão, tais publicações do “Jurista” vieram sempre precedidas por “pede-se-nos a publicação do seguinte”, um uso retórico para a defesa de que publicou qualquer coisa que chegava a ser pedida, entretanto, a essa altura, já não foi mais possível esconder seu viés político. A partir desse mesmo ano de 1833, em setembro, começou a aparecer outra seção do jornal intitulada “reflexões”, que apareceu frequentemente quando publicou alguma notícia, oficial ou não, e seu redator fez ali as ponderações que julgava necessárias.

¹²⁸ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*, v. I. Disponível em: Domínio público. P. 159

¹²⁹ LISBOA, José da Silva. *Constituição moral, e deveres do cidadão, com exposição da Moral Pública conforme o espírito da Constituição do Império*. (ed. AnoarAiex). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.

¹³⁰ *O conciliador do Reino Unido*, 1º de Março de 1821. P. 1.

¹³¹ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*, v. I. Disponível em: Domínio público. P. 159

¹³² SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*, v. I. Disponível em: Domínio público. P.160.

Assim, aos poucos, o *Diário do Rio de Janeiro* foi se transformando explicitamente em um jornal que serviu à política Caramuru, ultrapassando a sua fórmula de jornal informativo, mesmo que ainda insistisse em se dizer uma folha imparcial e sem partido.

Em quase todas as publicações do Jurista, veio uma saudação, lembrança ou citação a D. Pedro I, sempre de cunho saudosista e elevando seus feitos. Conseqüentemente, seus escritos foram, na maioria das vezes, agressivos e contrários ao governo Regencial, principalmente a Feijó, um de seus principais líderes no momento.

Mr. Bavoux, um dos Jurisconsultos mais ‘conspieuos’ da França, e atualmente um dos eminentes membros do Corpo Legislativo de Paris, em 1828 deu à luz nesta Capital a sua admirável Obra Jurídica Intitulada – Dos Conflitos, ou da Arrogância da Autoridade Administrativa do Poder Judiciário – Ele a dedicou ao Senhor D. Pedro I. A sua dedicatória é a mais categórica resposta que se possa dar aos redatores de periódicos do Rio de Janeiro, que ora fazem, ou pretendem fazer, bulha na terra, com indignas vociferações, e nefandas aspersões contra o Pai do nosso Augusto Monarca Constitucional o Senhor D. Pedro II¹³³.

Como era frequente, a *Aurora Fluminense* sempre o refutava:

Saudades quer o Jurista que haja no Rio pelo ex-monarca: quem veda aos saudosos que tenham sentimentos? O que não se quer é que eles artificialmente o assoalhem; para formarem um partido político perigoso; que estejam conspirando e tramando todos os dias a desordem e a perturbação do país. Quanto ao mais natural é que se lembrem com simpatia de D. Pedro esses que ele carregou de favores ou de uma dourada infâmia.¹³⁴

Por largo tempo, o “Sem partido” [outro pseudônimo de Cairu] convertido agora em “Jurista”, nos agrediu pelo Diário, sem que déssemos resposta a seus insultos, fugindo de uma polêmica na qual já de antemão sabíamos que as injúrias choveriam sobre nós, por conhecermos a índole e estilo delicado do nosso adversário. Porém, os artigos da primeira página do Diário do Rio repetiam-se; nós éramos ai sempre vítima, e herói o duque de Bragança;¹³⁵

Que alusões tão poéticas e que sátiras tão mordazes apresenta o Octogenário Senador [Cairú] no Diário da Manteiga! Seria bem bom que o Senado advertisse a seus membros, que a coisa mais feia e indecente que pode haver é um velho que não respeita em si mesmo o decoro próprio da idade.¹³⁶

O *Diário* esteve na “boca” dos periódicos cariocas, muito motivados pelas polêmicas escritas pelo “Jurista”; frequentemente seus artigos foram analisados por outros jornais de circulação da corte, sejam eles para apoiar ou denunciar suas linhas.

¹³³ *Diário do Rio de Janeiro*, 08 de Julho de 1833. P. 1.

¹³⁴ *Aurora Fluminense*, 15 de Julho de 1833. P. 3.

¹³⁵ *Aurora Fluminense*, 18 de Setembro de 1833. P. 3.

¹³⁶ *O Sete D’Abril*, 27 de Julho de 1833. P. 3.

Em 5 de Dezembro de 1833, o *Diário* fechou as portas pela primeira vez. Suas crescentes publicações de opinião acerca da política regencial motivaram um atentado à sede da Sociedade Militar e à sua tipografia, ficando o *Diário* uma semana empastelado, sem sair à luz.

O jornal voltou a aparecer no dia doze do mesmo mês, com apenas duas páginas (o que se normaliza seis edições depois), relatando brevemente o ocorrido e justificando sua ausência nesses seis dias que não chegou às casas de seus assinantes. Afirmou que “bem notório é desgraçadamente o motivo porque se suspendeu a publicação deste *Diário*”¹³⁷, mas argumentou não ter culpa, pois sua tipografia imprimiu qualquer folha, independente de partido ou doutrina. Descreveu, então, o que para eles aconteceu naquele dia 05 de Dezembro.

Invadida a nossa casa na tarde de 5 do corrente, arrombadas as portas e janelas, destruídos todos os prelos, móveis e mais utensílios tipográficos, dispersos e destruídos todos os impressos, anúncios publicados e por publicar, todo o tipo espalhado pela rua; ficou o nosso estabelecimento (do qual com mil fadigas tiramos a subsistência para nossa numerosa família) reduzida a nada, ou a um montão de ruínas¹³⁸.

O *Sete D’Abril* do dia 14 de Dezembro trouxe a transcrição de uma suposta convocação anônima, publicada em 5 de Dezembro, que, provavelmente, incitou tais acontecimentos contra a Sociedade Militar e a Tipografia do *Diário*:

Brasileiros! Hoje se reúne o Conselho da Sociedade Restauradora, que se encobre com o nome enganoso de Militar. Trabalham contra a nossa liberdade, e para entregar-nos ao jugo do Príncipe Português, que nos oprimiu por dez anos. (...) Reunamo-nos exaltados, moderados em face dessa Associação de malvados, de traidores à nossa querida Pátria, e sem faltar ao respeito, que se deve às Leis, e às Autoridades, aí mesmo formemos um requerimento em que se peça ao Governo a dissolução deste ajuntamento inimigo da nossa Pátria. Brasileiros, quando vemos o país ameaçado por vis restauradores a indiferença é um crime. Não hesitemos um momento. Um Patriota.¹³⁹

Tal movimento popular levou à repressão da Sociedade e criou condições para a suspensão José Bonifácio, retirado da tutoria de D. Pedro II. Através de um decreto da Regência de 14 de dezembro de 1833, Bonifácio resistiu e então foi preso e enviado para Paquetá. Segundo Marcello Basile (2004, p. 442), motivados por uma

¹³⁷*Diário do Rio de Janeiro*, 12 de Dezembro de 1833. P. 1.

¹³⁸*Diário do Rio de Janeiro*, 12 de Dezembro de 1833. P. 1.

¹³⁹*O Sete d’Abril*, 14 de Dezembro de 1833. P. 1.

representação à Regência feita pelos manifestantes, levada pelo Juiz de Paz, exigindo tais medidas, a suspensão do tutor e a dissolução da Sociedade Militar, acusados de serem os sustentáculos do Partido Restaurador. A dissolução da Sociedade Militar e o empastelamento do *Diário do Rio de Janeiro* foram parte desse movimento.

Enquanto diversos jornais publicaram artigos sobre o fatídico dia 5, o *Diário* se mostrou em uma enorme apatia durante o restante dos dias de dezembro de 1833, o que continuou no início de 1834. Em 16 de dezembro de 1833, *A Aurora Fluminense* fez o seguinte relato sobre o empastelamento do *Diário* em suas páginas:

Estamos de acordo com o Diário, em que lamenta a sua desgraça, e mesmo em quanto nota que a constituição e as leis protegem a sua indústria; porém não podemos deixar de admirar-nos, quando ele diz que nunca serviu a partidos. (...) O Diário do Rio a ano e meio, instrumento constante do partido retrógrado, não deixava perder uma só ocasião de meter a discórdia entre o povo e o governo, de pregar a gente simples e crédula as saudades do regime que acabou com o 7 de abril (...) Nós não recordaremos agora por miúdo tantas falsas doutrinas espalhadas pelo veículo do Diário do Rio, a sua primeira pagina, consagrada sempre à política da retrogradação (...) Para que serve pois agora negar a verdade conhecida por tal, mostrar que pretende continuar na mesma imparcialidade que antes teve, visto que lhe tece a apologia, e despertar assim todas as iras, todos os ressentimentos mal adormecidos? (...) ¹⁴⁰

Assim, percebemos o uso da imprensa para propagação das ideologias e doutrinas que cada redator acreditava. Ao transcrever esses extratos de jornais dialogando com o Diário, nossa intenção é mostrar a repercussão desse periódico nas folhas de opinião declaradamente da moderação ou da exaltação como forma de entender seu posicionamento e sua relevância para a sociedade e para a construção de uma cultura política do período. Entendemos, assim, o uso retórico da imprensa, levando em consideração a preocupação com quem está escrevendo, como, por exemplo, os escritos da *Aurora* em prol da facção moderada, os escritos do Caramuru em prol da facção homônima tida como restauradora.

Gradativamente, após seu empastelamento em Dezembro de 1833, percebemos no *Diário*, uma volta de publicações direcionadas à política caramuru apenas em meados de 1834, quando aconteceu no Senado a discussão sobre a volta de José Bonifácio à tutoria de D. Pedro ¹⁴¹. Claramente, o jornal mostrou em suas notícias uma inclinação para as defesas e falas do Visconde de Cairu, um de seus colaboradores do período, suas falas eram quase que as únicas a serem noticiadas nos artigos sobre os

¹⁴⁰ *A Aurora Fluminense*, 16 de Dezembro de 1833.

¹⁴¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de Julho de 1834.

debates no senado, que voltaram a ser frequentes na primeira página do *Diário*, provavelmente escritas pelo próprio Cairu.

Grande parte das publicações do segundo semestre do ano de 1834 foi destinada a falar sobre os avanços da religião católica nos EUA. E, após essa análise da religião norte americana, longos números vêm tratando da religião no Brasil. Não era comum assinatura dos artigos, mas, na edição 27 de outubro de 34, o jornal deixou claro que foi o próprio Visconde de Cairú quem escreveu sobre religião em suas primeiras páginas.

Foi nesse contexto em que o Rio de Janeiro recebeu a notícia da morte de D. Pedro I. Se, antes o *Diário* hesitava em saudá-lo (mesmo que discretamente o fizesse), agora ficou claro o seu saudosismo e a sua admiração pelo ex-imperador do Brasil. No dia em que publicou, pela primeira vez, a notícia de seu falecimento, gastou 3 das 4 páginas de sua edição falando sobre o acontecido e enaltecendo o morto e seus feitos, o que repetiria nos próximos números¹⁴², com notícias extraídas de jornais portugueses, poesias destinadas à seu funeral e à sua vida. Esse comportamento perdurou pelo restante do ano de 1834 e continuou em 1835.

Em 1835, o *Diário* ganhou um pouco mais de espaço para seus editoriais, avisos e notícias, diminuindo seu espaço para os tão famosos anúncios. Anteriormente, havia uma página e meia (oàs vezes menos) destinada ao editorial e o restante inteiro do jornal para anúncios e notícias particulares. A partir de então, o *Diário* passou a contar com duas folhas inteiras desses editoriais e mais o que quisesse publicar.

Logo na edição número seis de janeiro de 1835, trouxe um longo editorial sobre o mundo conflituoso dos jornalistas, afirmando a necessidade de uma união constitucional dos “colegas” e não uma busca desenfreada pelo título de mentores da “opinião nacional”. Como de costume, seu principal alvo foi a *Aurora*, dizendo que liberdade, honra e a vida do povo brasileiro estava ameaçada por seus escritos contra os jornalistas que fizeram oposição à regência. Fez essa ponderação, transcreveu um trecho retirado da *Aurora* e disse para o leitor retirar suas próprias conclusões.

Tal postura tornou-se frequente, trazendo extratos da *Aurora* ou de outros jornais da moderação, dizendo que quem iria dizer se estão certos ou errados seria o público leitor. Logo em seguida, trouxe suas reflexões que chegaram à conclusão de que esses jornais são manipuladores e a moderação foi a causa dos problemas do Brasil. Tais publicações do *Diário* vieram afirmando que o Partido da constituição deveria ser o

¹⁴²*Diário do Rio de Janeiro*, 28 de novembro de 1834.

único do Brasil, mas, por desgraça, foi assim. Em uma de suas reflexões sobre escritos da *Aurora*, enaltecendo o partido da moderação, disse assim:

Ouve a outra parte. Mas qual será o contraditor que diga palavra contra o intitulado partido da moderação, que faz ataque geral a ausentes e mortos e indefesos, cantando vitórias, respirando vingança e ostentando predomínios? Tudo tem seu tempo. Lá virá época que, desandando a roda da fortuna, a verdade apareça pura, toda, esplendida, triunfante¹⁴³.

Foi nessa conjuntura de embate do *Diário* com o atual governo que surgiu mais um periódico com quem teve o “prazer” de debater, dessa vez um periódico paulista escrito por Diogo Feijó e intitulado de “*O Justiceiro*”. Nesse efêmero periódico, Feijó lançou suas opiniões acerca da política imperial e sobre o que pensava de religião, o que gerou um bom debate com o redator do *Diário*, assuntos como o fim do celibato clerical e os ministérios são recorrentes desse embate.

Cairú rebateu duramente os escritos do Feijó sobre religião, com o argumento de que esse era um Padre e, mesmo assim, insultou o Santo Papa e pregou o fim do celibato abertamente nas páginas do seu jornal. Gastou tinta e mais tinta sobre o assunto do celibato clerical, a fim de desgastar a moral de Feijó, que viria a ser candidato à Regente contra Hollanda Cavalcanti, candidato que ganhou a defesa do *Diário*.

Na edição de 30 de Março de 1835 o *Diário* trouxe um longuíssimo editorial elencando sete escândalos ligados ao Sr. Feijó e porque esse não foi digno de voto para Regente do Império, seguiu nessa linha por algumas edições e, após essas diversas críticas ao futuro regente, começou a transcrever sermões do Padre Antônio Vieira sobre política e moral com o objetivo de catequizar seus leitores sobre suas opiniões e mostrar qual era a moral que o governo deveria seguir.

Refutação de elogios do Feijó: A Igreja aborrece o sangue (muito mais nos seus ministros) e o espírito de ambição desordenada. Depois de tantas demonstrações que tem aparecido nos mais acreditados periódicos da Corte, sobre o caráter sanguinário e ambicioso do Padre Feijó, não valia a pena a refutação dos elogios que os seus partidaristas, (os quais tem o liberalismo na boca e o despotismo no coração) hão ultimamente feito desse Varão de sangue, a fim de iludirem a alguns eleitores incautos¹⁴⁴.

Passada a eleição para Regente Uno, Feijó sendo eleito com todas as dificuldades que encontrou para montar um ministério e governar, o *Diário* trouxe

¹⁴³*Diário do Rio de Janeiro*, 23 de Janeiro de 1835. P. 2.

¹⁴⁴*Diário do Rio de Janeiro*, 03 de Abril de 1835. P. 1.

muitos editoriais sobre esse assunto a fim de desgastá-lo. Eram frequentes também extratos de jornais de outras províncias com notícias das revoltas que ocorriam em diversos cantos do Brasil. Ou seja, demonstrando definitivamente o abandono da sua falsa neutralidade.

Período conturbado, esse do governo de Feijó, que o *Diário* acompanhou dia após dia através de suas publicações. Diversos foram os artigos escritos ou transcritos por esse jornal a fim de criticar e apontar erros do governo Feijó, que, ao assumir o cargo, encontrou diversas dificuldades para montar sua equipe ministerial, que teve uma alta rotatividade em seus nomes. O segundo ministério foi formado em fevereiro de 1836, menos de quatro meses após a formação do primeiro, o que demonstra já a instabilidade que seria esse período. Tal fato foi muito destacado pelo *Diário*, essa instabilidade política e formação de quatro ministérios em apenas dois anos em que Feijó ocupou o cargo de Regente Uno.

A dificuldade em que se tem achado o Exm^o. Sr. Feijó de formar um Ministério é um prognóstico bem triste para sua administração; a escusa daqueles que pertencem à oposição pode explicar-se, e atribuir-se a dois motivos que são bem airosos e que se tem dado muitas vezes: ou não querem servir com um Regente em quem não confiam, ou querem servir acendendo ele a certas condições estabelecidas: porém o que admira, o que nos causa estranho é a esquiva daqueles que tem interesse no crédito da nova administração, que lhe são afetos, e que deverão por consequência remover quaisquer dificuldades que empecem a marcha do novo governo. (...) se o Exm^o. Sr. Feijó quiser livrar a sua administração de uma formidável escolha, preencha o Ministério somente com homens de Oposição, que formem um sistema e que deem ao governo diversa direção daquela que ele até hoje tem seguido; cumpre contemporizar e não é desairoso nos Governos Representativos entregar-se a Não do Estado à oposição quando é ela Maioria.¹⁴⁵

De seu grupo de homens de confiança, ao que tudo indica, apenas Limpo de Abreu teve uma real significação política no cenário Imperial. A Legislatura de 1836 teve uma configuração não muito favorável, com menos deputados da moderação eleitos do que na anterior, quando os regressistas assumiram uma maioria na câmara dos deputados e complicou ainda mais a vida do Regente. Esse contexto levou-o a renunciar em Setembro de 1837, declarando-se profundamente doente.

Habitualmente, em sua primeira publicação de cada ano, o *Diário do Rio de Janeiro* trouxe uma reflexão sobre o ano que se findou. Na reflexão sobre 1837, ele trouxe a satisfação por dois sucessos que julga o Brasil ter obtido: “a demissão do Exm^o.

¹⁴⁵*Diário do Rio de Janeiro*, 04 de Março de 1836. P. 1.

Sr. Diogo Antonio Feijó do subido cargo de Regente do Império, e a revolta ‘Sabiniana’ da Bahia.”¹⁴⁶

Com esse novo período anunciado, o chamado “Regresso Conservador” o *Diário* voltou a defender o governo Regencial, agora comandado pelo arranjo do Regresso, com que apoiou sua formação e sua ascensão ao poder. Para além dos escritos sobre a política local, garantiu a manutenção de suas sessões como as obras publicadas, compras, vendas, aluguéis, notícias particulares, assim continuou a imprimir muitos anúncios.

Cidadãos que estão iludidos com ficções, refletir sobre vossos interesses e bendizei os Regressistas: eles não querem a destruição da vossa liberdade civil, nem mesmo a sua restrição é ela o objeto do vosso culto, e tal sua sustentação deve propugnar até o extremo: Os Regressistas querem a Reforma de vossa liberdade política com o justo fim de proteger o que de mais caro tendes, querem a reforma desta para consolidar aquela; (Do Aristarco)¹⁴⁷

Neste capítulo, procuramos trabalhar com todo o período do *Diário do Rio de Janeiro*, que analisaremos ao longo desta dissertação. Foi interessante fazer uma trajetória mais geral para que o leitor possa perceber que o *Diário* não foi o mesmo jornal de sempre, tampouco o mesmo da época de sua criação. O *Diário do Rio de Janeiro* da década de 1820 certamente se modificou drasticamente, porém, sem perder elementos de seu plano de estabelecimento de 1821. Entendemos o *Diário* dessa época não como uma folha omissa à política, como se costumava dizer a historiografia, mas como uma folha informativa, com atuações bem definidas e que, a partir desse propósito de ser um jornal universal, de chegar ao máximo de casas, conseguiu interferir na vida pública da corte com um papel fundamental na organização dessa sociedade e de contribuição para a nascente esfera pública brasileira, constituindo o hábito de se ler jornais diariamente.

Mesmo compreendendo o *Diário do Rio de Janeiro* como uma folha inicialmente informativa, como já falamos no parágrafo acima, percebemos que, desde sua criação, esteve muito preocupado com o modo de vida dos portugueses que viviam no Brasil, até porque seu dono era um deles, um jornal muito próximo ao governo de D. Pedro I, e que, apesar de ter outras fontes de renda (as subscrições), recebia possivelmente pagamentos para publicação de notícias oficiais. O que queremos dizer

¹⁴⁶*Diário do Rio de Janeiro*, 02 de Janeiro de 1838. P. 1.

¹⁴⁷*Diário do Rio de Janeiro*, 31 de Março de 1836. P. 1.

com isso? Concluimos, em nossa pesquisa, que o *Diário do Rio de Janeiro*, desde sua criação, foi um jornal que procurou conservar os valores do governo monárquico de D. Pedro I e a ordem pública. E fez isso ao divulgar as notícias do governo, quando o Imperador abdicou o *Diário*, passou a se posicionar claramente sobre os acontecimentos e principalmente contra a Regência Moderada.

O que como vimos que com essa mudança na linha de suas publicações, a partir de início da década de 1830, passando o *Diário* a ser reconhecido por seus opositores como uma folha Caramuru e, mais tarde, Regressista, contendo intensos debates com o governo regencial e com os periódicos de opiniões políticas diferentes das suas.

No terceiro e último capítulo, trabalharemos o *Diário de Rio de Janeiro* na visão de algumas folhas que circularam no período regencial, com o objetivo de entendermos o jornal por outra perspectiva que não a de que o próprio disse sobre si ou pelo que a historiografia já retratou. E também a compreensão da imprensa periódica nos anos de 1831 – 1837 no Brasil.

CAPÍTULO 3

O *Diário do Rio de Janeiro* e a imprensa da Corte durante a Regência

A partir do ano 1821, como já discutimos no primeiro capítulo, com os acaloramentos dos debates do Vintismo português pela maior abertura da imprensa que as Cortes portuguesas propiciaram e pela efervescência política que antecedeu a Independência, muitos periódicos iniciaram suas publicações. Tais folhas foram diversas em relação aos seus assuntos, aspecto, inclinação de opinião política e formatação. Entretanto, quase todas tiveram em comum uma questão, debateram entre si ou, pelo menos, mencionaram-se com frequência. O *Diário do Rio de Janeiro*, por exemplo, noticiou todas as folhas que saíram à luz na corte, o que também era comum na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Dessa forma, neste capítulo, nosso objetivo será mostrar tal interação entre as folhas, principalmente no que se refere a citações, embates, debates e diálogos com o *Diário*.

Nos primeiros anos de publicação do *Diário*, durante toda década de 1820, houve poucas interações com os demais jornais que circularam na corte, pois o jornal manteve sua fórmula de não entrar em debates políticos e se limitar a reproduzir notícias, editais oficiais, anunciar livros, novidades científicas e anúncios diversos. Frequentemente, as únicas referências que esses outros periódicos fizeram ao *Diário* foram sobre seus anúncios, as publicações que sua loja vendia e algumas reclamações por anúncios falsos ou mentirosos veiculados em suas páginas, que o *Diário* não rebateu.

Como já demonstramos nessa dissertação, tal característica do *Diário* não se manteve para os anos que se seguiram e, a partir de finais da década de 1820, passou a modificar lentamente suas publicações e começou a intervir nos assuntos políticos do Império. Ainda que lenta e discretamente, firmou-se como um jornal voltado para a discussão política a partir da abdicação, passando a travar grandes debates com alguns periódicos do período regencial - o que não o impedia de continuar sendo um jornal com forte viés informativo e comercial.

Ao analisarmos a *Gazeta do Rio de Janeiro*, percebemos pouca interação desse periódico com o *Diário*. Ambos circularam ao mesmo tempo por um ano, pois a *Gazeta*, em Agosto de 1822, extinguiu suas publicações. O periódico pouco mencionou sobre o

Diário do Rio de Janeiro, um exemplo é que não noticiou sua fundação como costumava fazer com outras folhas e periódicos.

Só encontramos alguma referência ao *Diário* na edição do dia 17 de Novembro de 1821, quando publicou um aviso criticando um anúncio que saiu e repudiaram, assim, a forma com que o *Diário* publicava qualquer escrito que chegasse a suas caixas como se fossem verdades absolutas. No entanto, em sua opinião, na maioria das vezes foram mentirosos. O anúncio em questão foi publicado pelo *Diário* no dia 10 de Novembro de 1821¹⁴⁸ e o conteúdo fazia menção ao rateio dos bens de um suposto falido. Em contrapartida, esse homem publicou na *Gazeta*, desmentindo o anúncio do *Diário*, dizendo ser este mentiroso¹⁴⁹. O periódico acusado não respondeu à acusação.

Outra rusga entre os anunciantes apareceu na *Gazeta* do dia 22 de Dezembro do mesmo ano. Entretanto, a resposta do personagem que se sentiu prejudicado pelo anunciante do *Diário* saiu em uma folha avulsa da *Gazeta*, à qual não tivemos acesso. Constando assim, apenas o anúncio de que, em uma folha separada, entregue junto daquela edição da *Gazeta* traria a resposta. Esta, porém, não foi localizada nos arquivos da Biblioteca Nacional.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (2007, p. 199), o *Diário*, quando começou a ser editado, foi a maior concorrência para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, justamente por possibilitar a publicação de anúncios gratuitos, enquanto a *Gazeta* cobrava por linha para publicá-los. O *Diário* também fez pouca menção aos escritos da *Gazeta*, anunciou apenas as publicações que saíram à luz e forma encontradas para comprar em sua loja.

Percebemos, então, que não havia muita interação do primeiro jornal impresso no Brasil com o *Diário do Rio*. Entretanto, as páginas desse periódico serviram de espaço para o até então redator da *Gazeta*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Na segunda edição do mês de Agosto de 1821, o *Diário* trouxe a notícia particular de que o tal redator não era mais o responsável pela *Gazeta*. A partir daquele dia, continuando a notícia, indicou que a venda da *Gazeta* passou a ser realizada em outro local, mais central, especificamente na loja de Silva Porto, na Rua da Quitanda¹⁵⁰. No dia oito do mesmo mês, transcreveu uma notícia do mesmo redator despedido em que pediu que o *Diário* reproduzisse a carta da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da

¹⁴⁸*Diário do Rio de Janeiro*, 10 de Novembro de 1821. P. 6.

¹⁴⁹*Gazeta do Rio de Janeiro*, 17 de Novembro de 1821. P. 4.

¹⁵⁰*Diário do Rio de Janeiro*, 02 de Agosto de 1821. P. 5.

Guerra que o demitia e a sua resposta¹⁵¹. Nada se publicou na *Gazeta* sobre a carta de Guimarães, apenas as palavras do ex-redator em seu último dia de trabalho, antes da carta ser publicada pelo *Diário*.

Foi possível acompanharmos alguns debates mais significativos nas páginas de outros periódicos, principalmente nas da *Aurora Fluminense* e do *O Sete d’Abril*, periódicos de orientação liberal moderada, mas apenas para o início da década de 1830. Também trataremos, aqui, das folhas exaltadas como *O Jurubeba dos Farroupilhas*. Acreditamos ser a percepção do *Diário do Rio de Janeiro* pelos outros periódicos, contemporâneos a ele, de fundamental importância nesta dissertação, para termos a noção de sua difusão e posições políticas, além de compreendermos com uma visão “de fora” e não apenas o que o jornal falava de si ou o que a historiografia afirma.

3.1– As polêmicas correspondências publicadas pelo *Diário do Rio de Janeiro* (1831 – 1832)

Até o ano de 1832, todas as publicações que trouxeram polêmicas políticas de alguma forma vieram na seção de notícias particulares, normalmente na terceira página de cada edição. Essas notícias formam assinadas por algum correspondente sob um pseudônimo que sempre era inventado de acordo com o assunto da correspondência. Por exemplo, “Um Guarda municipal”, “Um brasileiro imparcial”, “Um que está pronto para tudo”, “O amigo da verdade”, etc.

A *Aurora Fluminense*, que se tornou uma grande opositora do *Diário*, questionava a forma como foram recebidas essas cartas ou que, na verdade, na visão deles, não foram enviadas por correspondentes quaisquer, mas sim por amigos da facção conservadora que se reuniram na tipografia do *Diário* para inventar e deliberar as “calúnias” que foram publicadas nas páginas daquele periódico. Afirmava, ainda, que não iria gastar tempo respondendo tais injúrias, pois o que o *Diário* queria era incitar a população das classes mais inferiores, com uma ou outra exceção¹⁵². Porém, o que vemos é o contrário, pois, em quase todos os números do período de 1832-1833, a *Aurora* rebateu muitos dos escritos da chamada “folha da manteiga”.

A *Aurora Fluminense* foi o jornal que mais observou e debateu com tais correspondências. Periódico fundado em 1827 e dirigido por Evaristo da Veiga, com o

¹⁵¹*Diário do Rio de Janeiro*, 08 de Agosto de 1821. P. 4 – 6.

¹⁵²*A Aurora Fluminense*, 30 de Novembro de 1832. P. 3.

subtítulo “Jornal Político e Literário”, afirmou, logo em sua primeira página de 21 de Dezembro de 1827, que:

Assim qual seria o nosso mais sagrado dever se não o de concorrermos por nossos trabalhos para mantermos o pacto legislativo, que liga a Nação ao Soberano, este é, pois, o nosso nobre encargo¹⁵³.

Tal jornal foi um dos principais expoentes da facção moderada que começou a se formar em 1826, no Rio de Janeiro, e ganhou forma quase concomitantemente à sua criação. *A Aurora Fluminense* manteve suas publicações até 1836, momento em que a facção perdeu força e acabou se desestruturando completamente em 1837 (BASILE, 2004). Ou seja, permaneceu circulando por todo esse período de advento e declínio dos liberais moderados na corte.

A *Aurora* publicou suas edições periodicamente, três vezes por semana, com regularidade nas publicações, permanecendo uma longa quantidade de tempo em circulação. Segundo Basile (2004), tal regularidade sinalizava a importância e a forte presença dos liberais moderados na opinião pública, que, nesse momento, esteve mais inclinada a apoiar o Governo Regencial, sugerindo que isso se deu pela boa organização do grupo.

Em 8 de Outubro de 1828, a *Aurora* caracterizou alguns dos jornais que circularam naquele ano, na corte:

Dois periódicos, verdadeiramente úteis, dividiam entre si a tarefa de nos avisarem dos preços dos gêneros, das entras e saídas dos navios, perdas, achados, escravos fugidos e outros objetos de interesse popular e de todo inocente. O primeiro até na antiguidade (o Diário do Rio) conservando a sua cor primitiva, continua a limitar-se aos fins para que se destinou, e a sua carreira monótona, mas tranquila lhe granjeia a benevolência universal¹⁵⁴. (BASILE, 2004, P. 24)

O segundo periódico, de acordo com a *Aurora*, era o *Jornal do Comércio*, que começou a circular no ano 1827, e, para além de informar as pessoas sobre os assuntos diversos que o *Diário* também abordou, tratou sobre política, dedicando duas de suas quatro páginas este fim¹⁵⁵.

¹⁵³A *Aurora Fluminense*, 21 de Dezembro de 1827. P. 1.

¹⁵⁴A *Aurora Fluminense*, 8 de Outubro de 1828. P. 2.

¹⁵⁵O *Jornal do Commercio*, 01 de Outubro de 1827.

No dia 11 de Setembro de 1829, nas páginas da *Aurora Fluminense*, encontramos a relação dos jornais existentes que, naquele momento, no Rio de Janeiro e nas demais províncias do Brasil, classificaram todos os jornais como “livres” ou “ministeriais”. Temos a seguinte designação para os jornais do Rio de Janeiro: Livres – *A Malagueta, Astréa, Luz Brasileira, Aurora Fluminense*; Ministeriais – *Do Diário Fluminense, O Jornal do Commercio, O Analista, O Currier do Brésil*. E, por fim, diz que “há também o *Diário do Rio*, unicamente de anúncios¹⁵⁶”.

Durante os dois anos que se seguiram, não encontramos outros grandes questionamentos ao *Diário do Rio* vindos da *Aurora Fluminense* ou de outros periódicos. Apenas foi lembrado por seus concorrentes devido aos seus muitos e, às vezes, polêmicos anúncios.

Já em 1831, quando vimos que o *Diário* passou a destinar mais tinta de suas penas para falar da vida política da corte, começaram as matérias mais ofensivas ao jornal, trazendo as críticas ao modo de pensar do mesmo. A primeira grande polêmica que envolveu esses dois jornais foi sobre a criação das Guardas Nacionais.

O *Diário do Rio* de Janeiro tem saído ultimamente, por vezes, além dos modestos limites do seu domínio, fazendo pequenas inserções no campo da política¹⁵⁷.

As Guardas Nacionais foram criadas a partir de debates na Assembleia Geral e sancionada pela Regência em 18 de Agosto de 1831¹⁵⁸, com objetivo de proteger a “Constituição, a liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”¹⁵⁹. Tal criação foi motivada, em grande parte, pela revolta de Julho de 1831, pois, apesar de já se encontrar em tramitação, foi promulgada com certa rapidez após as repressões dessa revolta¹⁶⁰.

A correspondência que motivou tal artigo da *Aurora Fluminense* saiu no *Diário* do dia 26 de Novembro de 1831. Nesta, um correspondente com o codinome de “Um

¹⁵⁶ *A Aurora Fluminense*, 11 de Setembro de 1829. P. 2.

¹⁵⁷ *A Aurora Fluminense*, 30 de Novembro de 1831. P. 4.

¹⁵⁸ Lei de 18 de Agosto de 1831 que dispõe sobre a criação das Guardas Nacionais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html> Acesso em: 15/08/2016.

¹⁵⁹ Lei de 18 de Agosto de 1831 que dispõe sobre a criação das Guardas Nacionais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html>. Acesso em: 15/08/2016 .

¹⁶⁰ BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na corte regencial. *Tempo*, Niterói, v. 11, n.22. 1007. P. 31 – 57.

guarda municipal”, questionou a recém-criada lei, principalmente no que se refere à nomeação do Estado Maior do batalhão, questionando ainda como seria essa escolha, pois, segundo ele, a lei não era clara. Defendeu que a nomeação desse Estado Maior deveria ser entre os oficiais já nomeados, principalmente entre os postos de comandante, major e ajudante. E, por fim, que esses postos deveriam ser votados pelos oficiais, que são eleitos pelos soldados. Tal provocação é pelo motivo de que diz, no final da correspondência, que:

Os que pregam diferentes ideias querem como já disse, ou algum posto para si, ou para pessoa de sua “pandilha”. Dentre os seis Capitães se deve escolher o Comandante, e o Major e dentre outros Oficiais e oficiais inferiores, o Ajudante e o Alferes Porta-Bandeira e etc.¹⁶¹

Segundo o correspondente da *Aurora*, a lei foi bem clara e o “um guarda municipal” queria impor a sua opinião¹⁶². Conforme o jornal, a lei determinou que para o Estado maior o cidadão poderia votar em qualquer um que fizesse parte do batalhão, afirmando que “livre fica, por conseguinte, ao votante escolher dentre os membros de todo o batalhão aquele que julgar mais apto para cada um destes cargos¹⁶³”.

Porém supor que todo o que não foi eleito oficial ou inferior é um refugio de que se não há de lançar mão para coisa alguma, tornar o corpo dos oficiais um circulo aristocrático e privilegiado dentre os quais a força tenham de ser sacados os membros que hão de compor o Estado Maior, sem que, alias, semelhante determinação apareça na lei; é ter muito pouco a igualdade dos cidadãos que formam a G. N. e querer impor como preceito a vontade caprichosa do Sr. Correspondente. (...) Ademais, onde nenhum preceito restringe a liberdade de escolha, esta só deve ter como regra as qualidades do candidato, comparado com os quesitos que o cargo exige.

O debate acerca das Guardas Nacionais permaneceu durante mais de um ano nas folhas desses jornais e, em Agosto de 1832, ainda era esse o debate entre a *Aurora* e o *Diário*. Entretanto, as críticas da *Aurora* começaram a se basear em dizer que o *Diário do Rio* pregou a restauração de D. Pedro I e atacou os “moderados”, através de frases que o *Diário* inseriu em algumas correspondências, como “tem o povo fluminense dado provas de sua fidelidade ao herdeiro Imperial”¹⁶⁴. A *Aurora* afirmava:

¹⁶¹*Diário do Rio de Janeiro*, 26 de Novembro de 1831. P. 2 - 3.

¹⁶²*A Aurora Fluminense*, 30 de Novembro de 1831. P. 4.

¹⁶³*A Aurora Fluminense*, 30 de Novembro de 1831. P. 4.

¹⁶⁴*A Aurora Fluminense*, 10 de Agosto de 1832. P. 3.

Enganam-se os ‘carunchosos’ contrarrevolucionários restauradores: o seu emperramento não dará em resultados senão males e dissensões intestinais no Brasil (...). Deixaremos de boa vontade aos anunciantes do *Diário* o prazer de injuriar grosseiramente os moderados, isto é, os homens cujos princípios, influência e trabalho conseguiram afastar de nossos lares a anarquia, embotar o fio dos punhais, desarmar os braços assassinos, (...) e de julho de 1831, conduzir o Brasil inteiro, livre e monárquico constitucional a Julho de 1832. Quantos daqueles que hoje assim escrevem e falam foram pelos moderados salvos do cacete e da faca em maio e Junho de 31”¹⁶⁵.

No número seguinte do *Diário*, um anunciante respondeu a tais ponderações da *Aurora*, dizendo que não foi a alegria dos correligionários de D. Pedro I que foram visíveis na opinião, mas sim os desmandos dos moderados, com mortes, deportações e horrores dos “cães de fila”¹⁶⁶. A partir desse momento, todos os demais comentários acerca dos escritos do *Diário* foram o classificando como uma folha de interesses Caramuru e, portanto, restaurador.

Ainda em 1832, o *Diário* tentou se vincular à ideia de imparcialidade que permeou grande parte de suas edições até esse momento. Por isso, suas notícias e polêmicas políticas vieram sempre assinadas por pseudônimos de assinantes da folha, que poderiam ser até mesmo palavras do redator. A partir de Agosto de 1832, também começou a publicar notícias das seções do Senado, sempre na visão de uma pessoa que exaltava o Visconde de Cairu e suas ideias. Pensamos ter sido o próprio Visconde que havia começado a escrever para o *Diário* e se consolidou, no ano seguinte, sob o pseudônimo de “O Jurista”.

No dia 24 de Agosto desse mesmo ano, os dois periódicos trocaram insultos entre si, a *Aurora* escreveu um artigo falando sobre a moderação e como ser extremista, ou, em suas palavras, a exageração política foi prejudicial aos Estados e, se um partido possuía tal exagero, a tirania era inevitável¹⁶⁷. No que tange ao *Diário*, afirmou que esse se ocupava muito em bater e “destróçar” o partido Moderado e junto aos

Anúncios de venda de presuntos, manteiga, farinha, amendoim, de mocambas bonitas, perfeitas e elegantes, aparecem contra os moderados, artigos de política profunda que honrariam as mesmas páginas do *Caramuru* ou da *Trombeta*¹⁶⁸.

Concluindo que:

¹⁶⁵A *Aurora Fluminense*, 10 de Agosto de 1832. P. 3.

¹⁶⁶*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de Agosto de 1832. P. 3.

¹⁶⁷A *Aurora Fluminense*, 24 de Agosto de 1832. P. 2.

¹⁶⁸A *Aurora Fluminense*, 24 de Agosto de 1832. P. 2.

Se o *Diário do Rio* continuar nesta marcha, dentro de pouco tempo ninguém há de conhecê-lo. Será o publicista de quase todas as tabernas, e casa de mantimentos, em vez de ser o repertório dos preços correntes dos gêneros, e o indicador de todas as exigências e necessidades comezinhas¹⁶⁹.

Já nas páginas do *Diário* desse mesmo dia, publicou-se uma longa correspondência sobre o posicionamento e voto do Deputado Evaristo da Veiga, redator da *Aurora*, no debate sobre a Lei de Anistia, em que Evaristo defendeu que não se concedesse anistia aos Caramurus, adeptos da restauração e, segundo ele, “partido antinacional”. Com isso, o correspondente do *Diário* rebateu, dizendo que, em sua opinião, Evaristo estava problematizando isso para não conceder anistia a ninguém¹⁷⁰.

O jornal de Evaristo, principal alvo das correspondências e escritos anônimos do *Diário*, procurando se defender de tais letras, escreveu sobre periódicos que, segundo o redator, sem mostrar seus rostos proferiam ataques, essa prática de cartas foi abusiva e não condizia com a intelectualidade dos que as escreveram:

Aqueles que nos ferem, escondem-se nas trevas do anônimo, ou por detrás de algum obscuro testa de ferro e daí nos lançam os seus tiros: qual é a razão por que não aparecem a rosto descoberto para que o público julgue entre eles e nós?¹⁷¹

Vai se introduzindo entre nós o mau estilo e abuso das cartas supostas, atribuindo-se a varões conspícuos, graves e sisudas palavras improprias de sua capacidade intelectual e não poucas vezes indignidades muito alheias do seu caráter¹⁷².

E nessa mesma edição do dia 27 e Agosto de 1832, apresenta em mais uma seção do jornal, uma correspondência entre a Sociedade Federal do Rio de Janeiro e a mesma sociedade da cidade da Bahia. O assunto dessa carta era a Sociedade Fluminense informando a outra sociedade sobre os feitos de um “partido liberticida” que segundo eles, estava cada vez mais ativo e se mostrando por meio de periódicos com as ideias de restauração. Nesses escritos, o *Diário do Rio* foi detalhado como folha que saudava a volta de D. Pedro I ao lado dos periódicos que representavam claramente a facção Caramuru.

¹⁶⁹A *Aurora Fluminense*, 24 de Agosto de 1832. P. 2.

¹⁷⁰*Diário do Rio de Janeiro*, 24 de Agosto de 1832. P. 3.

¹⁷¹A *Aurora Fluminense*, 27 de Agosto de 1832. P. 1.

¹⁷²A *Aurora Fluminense*, 01 de Maio de 1833. P. 4.

Da leitura de certos jornais, como por exemplo o *Carijó*, o *Diário do Rio*, etc., parece que o plano de derrubar a regência, e de governar pela força, não foi ainda abandonado. Os insultos contra alguns membros deste corpo irresponsável, e as ameaças alegóricas da “folha de anúncios”, concordam perfeitamente com as vozes que se derramam entre o povo, e em que se procuro lançar ou o odioso ou o ridículo sobre a regência atual¹⁷³.

As correspondências da seção “notícias particulares” do *Diário* incomodaram também periódicos representantes da facção Exaltada. *O Jurujuba dos Farroupilhas*, em setembro de 1831, escreveu artigos que afrontaram essas cartas, dizendo que estas só serviam para “incendiar os brasileiros contra o comércio, afugentar capitães e perseguir portugueses¹⁷⁴”. Porém, as maiores interações do *Diário* foram mesmo com a imprensa moderada, que, no momento, dirigiu as Regências.

No dia 03 de Setembro de 1831 o *Diário* publicou uma carta em que alertava o Governo sobre os membros da facção exaltada, chamando-os de “anarquistas”, e afirmavam que estes eram assassinos e estariam preparando para o dia 07 de Setembro, dia da Independência, aparecer na cidade: “Os chamados Salvadores da Pátria, que dizem morta, porque assim a desejam ver, maquinam tramas por todos os meios para verem realizados seus intentos. A dias falam eles que o dia sete do corrente é quando devem principiar os assassinatos”¹⁷⁵.

O aviso não se concretizou ou, segundo o mesmo correspondente, em outra carta publicada no dia dez daquele mesmo mês: “os anarquistas desesperaram-se de ver descobertos e malogrados seus infames projetos” e que era este correspondente o responsável pelo ataque não ter acontecido, pois devido seu aviso os anarquistas desistiram¹⁷⁶. Os jornais moderados não fizeram grandes alardes dessa correspondência e desse indício de revolta em suas páginas.

Segundo Basile (2004), alvoroços parecidos com esse foram, muitas vezes, motivados pela imprensa, que, em sua maioria, era vinculada a alguma das três facções atuantes na corte, na medida em que veicularam em suas páginas notícias que incitaram a opinião pública com suas rugas mútuas. Ainda segundo o autor, tais desentendimentos foram, muitas vezes, estimulados, no início do Governo Regencial, por uma busca de mais espaço no poder. Dessa maneira, Exaltados sentiram-se prejudicados, pois, mesmo que tenham contribuído para abdicação de D. Pedro I no ato

¹⁷³ *A Aurora Fluminense*, 27 de Agosto de 1832. P. 3 – 4.

¹⁷⁴ *O Jurujuba dos Farroupilhas*, 12 de Setembro de 1831. P. 3.

¹⁷⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 03 de Setembro de 1831. P. 3.

¹⁷⁶ *Diário do Rio de Janeiro*. 10 de Setembro de 1831

de Sete de Abril, todas as fatias a serem repartidas da Regência haviam sido tomadas pelos Moderados. Esse sentimento de traição, possivelmente, motivou tais movimentos revoltosos e o acaloramento dos debates impressos (BASILE, 2007, p. 31-57).

3.2 – Caramurus, Moderados e Exaltados, a disputa pelo poder regencial e seu reflexo nos periódicos

Entre os anos de 1830 a 1833, a legislatura da Câmara dos deputados era composta por cem cadeiras, aumentando para cento e quatro em 1834. Como sabemos, o cenário político do momento era dividido entre as três facções - Moderada, Exaltada e Caramuru. E, segundo levantamentos de Marcello Basile (2009, p. 185-219), oitenta e nove deputados podiam ser identificados por tendência política, ficando a composição dessa casa da seguinte forma: quarenta e sete pertencentes aos Liberais Moderados, trinta e cinco aos Caramurus e apenas sete aos Liberais Exaltados.

As principais lideranças dessas facções, nesse período, para os liberais moderados foram Evaristo da Veiga, Diogo Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcellos, José Bento Ferreira de Mello, Odorico Mendes, Hermeto Carneiro Leão e Francisco de Paula Araújo. Entre os caramurus, foram Hollanda Cavalcanti, Jose Bonifácio de Andrada, Martim Francisco, Pedro de Araújo Lima, José Clemente Pereira, Montezuma, Antônio Rebouças e Lopes Gama. E para os liberais exaltados os nomes mais representativos foram os de Antônio Ferreira França, Ernesto Ferreira França, Venâncio Henriques de Rezende, Lino Coutinho, José Mendes Vianna e Luiz Augusto May (BASILE, 2009, p. 185-219). Ambas as facções tiveram deputados que também foram fortes influenciadores da opinião pública com suas colaborações para periódicos.

Essas composições e facções bem definidas não continuam para a legislatura seguinte, que vai de 1834 a 1837, pois o momento era de transição para o que se chamou de Regresso, de redefinição política dessas lideranças e de mutações dessas facções, o que, conforme Basile (2009, p. 185-219), acabou por gerar a divisão entre Liberais e Conservadores que marcou todo o segundo reinado.

A imprensa caramuru e exaltada foi vista por seus adversários moderados como uma ameaça à monarquia, pois afirmaram que os periódicos *O Carijó*, *O Caramuru*, *O Exaltado*, *A Trombeta* e o *Diário do Rio de Janeiro* circularam nas outras províncias. O redator da *Aurora* temeu que nessas localidades a população pensasse que só existia a “contrarrevolução” ou a “restauração”, o que para Evaristo seria fatal para a existência

do Estado: “tais escritores são os maiores inimigos da monarquia, que julgam, a seu modo, sustentar¹⁷⁷”.

Outro assunto que gerou polêmica entre as facções e, conseqüentemente, entre os periódicos foi a situação dos “adotivos” portugueses que moraram em terras brasileiras¹⁷⁸. Na edição de cinco de Setembro de 1832, a *Aurora* afirmou que esse foi o tema das intrigas pelo qual as folhas caramurus espalharam e incitaram a facção exaltada contra a moderada. De acordo com a *Aurora*, os restauradores afirmaram que os moderados foram contra os adotivos e que incentivaram os exaltados a maltratá-los de formas variadas¹⁷⁹.

Segundo Gladys Sabina Ribeiro (2006. p. 113-141), os periódicos moderados, até bem perto do dia da Abdicação de D. Pedro I, em 1831, tiveram um tom ameno e conciliador para tratar os portugueses instalados no Brasil e o próprio governo do Imperador, o que se alterou nas vésperas desse acontecimento. Começaram os “virulentos” artigos a esse respeito em finais do ano de 1830, com a *Astréa* criticando o governo, os ministros e certo tipo de proteção que esses deram aos portugueses. Tais ideias se aprofundaram e pretenderam fazer a população pensar se D. Pedro I defendeu interesses nacionais ou os portugueses.

A *Aurora Fluminense* fez escritos parecidos, no dia 16 de Março de 1831, trouxe notícias sobre o florescimento das confusões de ruas e afirmou serem portugueses, que se intitularam “portugueses brasileiros”. Os responsáveis por tais badernas, segundo o redator da *Aurora*, são: “espécies de criaturas que não conhecemos, “monstruo” idade política de que não há notícias, pois é impossível pertencer a duas nações ao mesmo tempo¹⁸⁰.”

Daí em diante, para se defender [A *Aurora*] das acusações de jornais como *O Moderado*, que diziam que *A Aurora* tinha justamente abandonado o tom de moderação, pôs-se a analisar os fatos de uma outra forma: 1º) falava em “facção lusitana” que deveria ser inibida em seus interesses porque não era brasileira, tendo chegado depois da independência, e julgava-se a única a querer proteger o Trono do imperador contra a Federação, além de almejar a recolonização mediante o uso de duas “armas”: a) incutir nos adotivos a ideia de que os liberais queriam esbulha-los dos empregos, especialmente dos cargos eletivos; b) a noção de que “os patriotas queriam escravizar ou oprimir os homens de cor” (...) 3º) comentava as atitudes dos bravos patriotas, denominados ora “brasileiros”, ora “fluminenses”, contra os habitantes da Cidadela que julgavam a si mesmo portugueses – publicou um requerimento

¹⁷⁷ *A Aurora Fluminense*, 10 de Setembro de 1832. P. 3.

¹⁷⁸ *A Aurora Fluminense*, 05 de Setembro de 1832. P. 4.

¹⁷⁹ *A Aurora Fluminense*, 05 de Setembro de 1832. P. 4.

¹⁸⁰ *A Aurora Fluminense*, 16 de Março de 1831. P. 2.

dos “Cidadãos Brasileiros” informando os crimes do partido lusitano, pedindo o restabelecimento da ordem e do sossego público. (RIBEIRO, 2006, p. 124-125)

Nesse momento, a *Aurora* creditava a participação popular a dois fatores. Primeiro à incitação dos “ultraliberais”, que chamaram de anarquistas até há pouco tempo antes do 7 de Abril e que depois se aproximaram para a derrubada do Imperador. Como também à atuação dos periódicos governistas portugueses, que a *Aurora* chamou de restauradores ou recolonizadores, afirmando que esses jornais queriam semear a discórdia entre as cores e matar brasileiros, chamados vulgarmente de cabritos (RIBEIRO, 2006, p. 126).

Segundo Gladys (2006. p. 137), o importante naquele momento foi a disputa pela participação nas ruas, muito mais do que a questão da disputa pela nacionalidade. Ainda segundo a autora, estavam em jogo os locais próprios de moradia, comércio e o espaço de trabalho, lazer, e, se de um lado os brasileiros atacaram os portugueses, de outro, os portugueses atacaram os brasileiros com a questão da cor.

No periódico *A Verdade*, de 24 de maio de 1832, folha identificada com os moderados, redigido por Saturnino de Sousa e Oliveira¹⁸¹, ao falar da prisão de Nicolau Lobo Vianna, dono do *Diário do Rio de Janeiro*, apresentou a polêmica dos adotivos. Afirmou que Vianna usou desse jargão, de dizer que os moderados perseguem os adotivos, para prendê-lo e que assim se entrelaçou ainda mais nas conivências com a facção caramuru.

Pretende o Sr. Impressor do Caramuru justificar-se da acusação que lhe fizemos de conivência com este partido, e para isso publicou a sua correspondência avulsa: mas dela mesma se descobre mais essa conivência; ele ali ainda diz que ser cidadão brasileiro adotivo é na nossa opinião uma prova de ser inimigo do Brasil. Esta baixa e sádica intriga desse partido não pode pegar contra nós¹⁸².

Na *Verdade*, do dia 23 de junho de 1832, publicou-se uma correspondência em que se acusou Nicolau Lobo Vianna de conivência com os escritos do *Caramuru*, fato que o levou para a cadeia nesse mesmo ano. Vianna afirmou ser contra o Brasil, o país ao qual devia a sua fortuna. E completou, dizendo que, mesmo com todo o crime contra a liberdade de imprensa, ele ainda foi tratado de maneira diferenciada, constatando que

¹⁸¹Saturnino de Sousa e Oliveira foi o promotor do processo de abuso da liberdade de imprensa movido contra Nicolau Lobo Vianna, dono do Diário do Rio de Janeiro. Ver páginas 65-71 dessa dissertação.

¹⁸²*A Verdade*. 24 de Maio de 1832. P. 1.

não foi uma prisão como as usuais no período, pois o delegado apenas mandou que comparecesse na delegacia, sem o uso de força¹⁸³.

O *Diário do Rio de Janeiro* sempre foi um jornal que esteve preocupado com a questão dos portugueses que viviam no Brasil. Seu primeiro dono foi um desses adotivos e, em seguida, seu segundo dono, Nicolau Lobo Vianna, também era nascido em Portugal. Assim como esse foi um tema de importância para a política caramuru, defender os adotivos brasileiros foi de igualmente importância para o *Diário do Rio de Janeiro* desde sua fundação.

Avançando para outros assuntos que geraram debates entre os periódicos da Corte, em maio de 1831, com o recém-formado governo regencial, iniciou-se na Câmara um debate sobre possíveis reformas na constituição brasileira. Na imprensa, rapidamente ganhou as páginas dos periódicos “exaltados” (BASILE, 2009, p. 188) e, entre os deputados os “moderados”, encarregaram-se de apresentar um pedido de abertura de comissão especial¹⁸⁴ por intermédio do deputado Cesário de Miranda Ribeiro. De imediato, houve recusa e argumentação dos representantes da facção Caramuru com a fala de Hollanda Cavalcanti. Estes estruturaram sua defesa com base nos artigos 174 e 175 da Constituição, afirmando que para tal feito era necessário que se fizesse o pedido por escrito para a comissão de constituição, e não que se solicitasse de antemão uma comissão especial, pois esta deveria concluir se eram possíveis ou não as reformas pretendidas e a forma como estas deveriam se dar. Lembraram, a todo momento, que a Câmara não era Assembleia Constituinte e, por isso, estavam autorizados a revisar a Constituição¹⁸⁵, ressaltando o também Caramuru, Luiz Cavalcanti, que “a constituição é hoje o símbolo da união do Brasil; o que se convinha sem duvidar respeitar até os precedentes da Câmara dos Srs. Deputados, muito mais cumpria que se conservasse o maior respeito à lei fundamental¹⁸⁶”.

¹⁸³A *Verdade*. 23 de Junho de 1832. P. 4. Sobre esse caso, ver também o segundo capítulo desta dissertação.

¹⁸⁴Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos deputados. Segundo ano da segunda legislatura. Sessão de 1831. Coligidos por Antonio Pereira Pinto. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878, Tomo 1º . P. 12 -13. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27659>. Consultado em: 17/08/2016.

¹⁸⁵Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos deputados. Segundo ano da segunda legislatura. Sessão de 1831. Coligidos por Antonio Pereira Pinto. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878, Tomo 1º . P. 13. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27659>. Consultado em: 17/08/2016.

¹⁸⁶Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos deputados. Segundo ano da segunda legislatura. Sessão de 1831. Coligidos por Antonio Pereira Pinto. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878, Tomo 1º . P. 14. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27659>. Consultado em: 17/08/2016.

Depois de debates na Câmara em que os exaltados e moderados concordaram que deveriam reformar a Constituição e os caramurus, por outro lado, discursavam contra, foi aprovado o requerimento do Sr. Cesário Miranda de Ribeiro. Foi aprovado nesse mesmo dia, 6 de Maio de 1831. O *Diário do Rio de Janeiro* nada noticiou sobre esse fato no momento, a *Aurora* também não se manifestou. Isso só foi ocorrer mais tarde, quando esses debates atingiram níveis mais elevados de discussão, em 1832, 1833 e 1834 com a promulgação do ato adicional. Um ano após o projeto começar a ser debatido na câmara, ele chegou ao Senado e o *Diário* noticiou com uma pequena nota, dizendo que em 8 de Maio de 1832 entrou em discussão o projeto das reformas¹⁸⁷. A partir de então, trouxe toda a discussão feita no Senado, acompanhando as falas do Visconde de Cairu condenando o projeto. O *Diário* utilizou-se do exemplo da França, em que, segundo o jornal, as reformas e a revolução feitas naquele país não haviam trazido a tranquilidade necessária para rebater o argumento de que as reformas trariam estabilidade e paz ao país.

A França não se acha tranquila, nem florente, ainda que “blasone” de vitórias e das suas inovações e das reformas; ela se vê ameaçada de novas convulsões internas e hostilidades externas provocadas pelas suas desordenas ainda não terminadas depois de tanta efusão de sangue¹⁸⁸.

Assim, concluiu que também para o Brasil essas ideias foram equivocadas, se o objetivo era alcançar a estabilidade.

Revejam nestes espelhos cristalinos os entusiastas, ainda de boa fé, os olheiros da França. Embora vociferem a federada “mestrança” aos exaltados reformadores da Constituição do Império do Brasil, que foram ali mendigar os modelos para a súbita mudança da Legislação Fundamental, sem esperar por época propícia à revisão do Sistema Jurado. As mesmas causas produziram iguais efeitos¹⁸⁹.

Foi a partir de maio de 1833 que José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, começou mais claramente a escrever para o *Diário*, conforme já vimos no segundo capítulo, sob o pseudônimo de “O Jurista”. Seus escritos, que normalmente vinham na primeira página, contribuíram para os debates entre os periódicos contemporâneos a eles, principalmente à *Aurora Fluminense*. E, como já falamos em algumas linhas acima, suspeitamos de que antes, a partir de 1832, o Visconde de Cairu já contribuía

¹⁸⁷*Diário do Rio de Janeiro*. 8 de Maio de 1832. P. 1.

¹⁸⁸*Diário do Rio de Janeiro*. 9 de outubro de 1832. P. 1.

¹⁸⁹*Diário do Rio de Janeiro*. 9 de outubro de 1832. P. 1.

para o *Diário* discretamente, com os relatos do Senado em que ele foi frequentemente o protagonista dos debates transcritos nas páginas do periódico.

Nessas publicações do Jurista, constatamos a forte presença do saudosismo em relação a D. Pedro I, em que sempre continham citações ao ex-Imperador, comentários agressivos e contrários ao governo Regencial, em que os moderados lideraram ao ir contra principalmente a Feijó. Essas novas publicações que o *Diário* passou a incorporar atraíram ainda mais a atenção dos outros jornais. A *Aurora* do dia 3 de junho de 1833 traz a primeira citação ao Jurista, que anteriormente utilizava o nome de “O sem partido”, firmando seu caráter de defensor do primeiro Imperador:

O frenesi do apologista do Senado e de D. Pedro (sob a sua pena estas duas entidades se confundem) tem chegado ao auge da demência. Mal disfarçado agora com o nome de – Jurista, põe-nos como escravos que D. Pedro forrou¹⁹⁰.

O periódico *O Sete d’Abril* também se despertou para as publicações de Cairu. Conforme Basile (2004, p. 35), esse jornal fundado em janeiro de 1833 e findado em 1839, inicialmente atrelou-se à facção moderada, ainda que fizesse muitas críticas aos seus companheiros e à facção em suas folhas. Em 1834, já bastante indisposto com tal grupo, despontou como um dos principais percussores do Regresso. No dia 15 de junho de 1833, trouxe em sua primeira página um artigo, criticando as posturas do *Diário do Rio* através das publicações do Jurista.

O Jurista é um embusteiro que os quis enganar com a citação de uma legislação antiga e bárbara que tem como ele caducado, e que não só se opõem ao costume dos povos civilizados, mas ainda a nossa legislação que condena à pena de prisão com multa o indigno que intentar escravizar alguém que esteja no gozo de liberdade¹⁹¹.

As duas citações acima, da *Aurora Fluminense* e de *O Sete d’Abril* se referem aos escritos do Jurista para o *Diário do Rio*, no dia vinte e nove de maio de 1833¹⁹², em que o mesmo, ao exaltar D. Pedro I, afirma que as alforrias que foram dadas até a abdicação do Imperador poderiam ser revogadas por ingratidão. Tão afirmação é refutada por esses dois jornais com a justificativa de que a lei citada pelo Jurista era antiga e caduca.

¹⁹⁰A *Aurora Fluminense*, 03 de Junho de 1833. P. 2.

¹⁹¹*O Sete d’Abril*, 15 de Junho de 1833. P. 1.

¹⁹²*Diário do Rio de Janeiro*, 29 de Maio de 1833. P. 1.

Os jornais desse período fizeram resenhas sobre o cenário da imprensa no Rio de Janeiro e, às vezes, até nas demais províncias. Em janeiro de 1833, publicou-se nas páginas do *O Caramuru* "uma resenha do jornalismo no Rio de Janeiro"¹⁹³. Tal resenha consistia em mostrar quem eram os redatores, sua vinculação política e o estilo da escrita de cada periódico. A *Aurora* repercutiu esse escrito questionando a forma com que o periódico exaltou as folhas restauradoras e até as exaltadas em desfavor das outras moderadas¹⁹⁴ concluindo sua reclamação afirmando que para tal resenha não precisava gastar muita tinta e páginas, era só ter nomeado as folhas caramurus "e exclamar: são todas hábeis, decentes, lógicas, verdadeiras, inteligentes, ótimas e excelentes. Tudo mais foi inútil"¹⁹⁵. Sobre o *Diário*, a resenha do *O Caramuru* diz o seguinte:

É de propriedade do Sr. Nicolau Lobo Viana; pai de uma família numerosa, e que foi para a cadeia vítima da mais bárbara, iníqua e atroz prepotência do malvado, e turco Júri do Rio de Janeiro, e por influência do infame promotor que já na *Verdade* o havia ameaçado de assassinato. O *Diário do Rio de Janeiro*, de mero jornal de anúncio se converteu em jornal de oposição; os interessantíssimos discursos do Sr. Visconde de Cairu; os comunicados sobre a federação; e as correspondências tem lhe dado um valor real; os jacobinos, conhecendo o perigo que podia resultar-lhes de um tal jornal que entra por todas as casas e cujas doutrinas, por consequência vão penetrar todas as classes do estado, estabeleceram um chamado *Diário de Anúncios* e tem andado por aí a agarrar gente para o assinar¹⁹⁶.

Com essas palavras, *O Caramuru* descreveu o *Diário do Rio* e, com a grande preocupação que os periódicos moderados tinham em combater essa folha, podemos constatar que o *Diário* ainda tinha preservado seu impacto na sociedade fluminense nesse período, depois de doze anos de sua criação. Por ser uma folha com muitos anúncios, com informações que eram consideradas úteis e, até então, sem se envolver com os assuntos de rusgas políticas, podemos inferir seu grande potencial de alcançar as mais diversas camadas da população. A *Aurora* corroborou para esse entendimento quando afirmou que o *Diário* era um grande influenciador das camadas mais baixas e "seu efeito é funesto; que a sua vulgarização extrema nas classes menos bem educadas da sociedade vi envenenar uma boa parte do povo"¹⁹⁷.

¹⁹³ *A Aurora Fluminense*, 30 de Janeiro de 1833. P. 3.

¹⁹⁴ *A Aurora Fluminense*, 30 de Janeiro de 1833. P. 3.

¹⁹⁵ *A Aurora Fluminense*. 30 de Janeiro de 1833. P. 3.

¹⁹⁶ *O Caramuru*. 23 de Janeiro de 1833. P. 2.

¹⁹⁷ *A Aurora Fluminense*. 19 de Abril de 1833. P. 2.

3.3 – Moderados, Caramurus, exaltados e o Regresso Conservador

Assim como a *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, *O Sete d’Abril*, redigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, dedicou grandes espaços de suas páginas para confrontar as ideias restauradoras de Cairu. Em 6 de agosto de 1833, imprimiu um texto de duas colunas, ocupando toda sua primeira folha com ofensas à pessoa de Cairu, afirmando ser este fiel à D. Pedro I pelo título de Visconde que lhe foi dado. Outra questão que era recorrentemente utilizada para ofender o Jurista, não só por esse jornal¹⁹⁸, foi a sua idade avançada - setenta e sete anos. Chegavam a afirmar que era “um velho as bordas da sepultura¹⁹⁹”.

O Sete d’Abril afirmou, em 14 de setembro de 1833, que o *Diário do Rio de Janeiro*, através do Jurista, foi o jornal que induziu as outras folhas caramurus a continuarem seus escritos ou estimulou a criação de novos jornais:

Há mais folhas caramurus do que tigres, ou do que baratas e centopeias quando há mudança de tempo. O Diário dos monturos, pai de todas, enriquecido pelo Jurista, vai desmoralizando o povo “inexperito” à causa da benta esmola²⁰⁰;

Durante todo o restante do ano de 1833, *O Sete d’Abril*, em todas as suas edições, escreveu notícias sobre o *Diário da Manteiga* ou sobre o seu redator, Visconde de Cairu. Em todos esses escritos, encontramos o argumento da restauração, o chamado à população para que defendesse o trono de D. Pedro II e virulentos ataques à pessoa do Cairu. Era constante esse tipo de menção aos outros jornais da corte, entretanto, não com essa periodicidade. Isso nos leva, mais uma vez, à conclusão de que era grande o alcance do *Diário do Rio*, devido à sua preocupação em rebatê-lo e em lhe descredibilizar perante a população leitora. Um ano mais tarde, o mesmo jornal mencionou o *Diário* ainda como um jornal “extensamente derramado entre o povo da capital”.

O Sete d’Abril foi um dos jornais que também utilizou com frequência os apelidos dados ao *Diário do Rio de Janeiro*, um deles era o “Diário das mocambas”, devido a seus muitos anúncios de vendas de escravas, junto do “Diário da Manteiga”,

¹⁹⁸ A *Aurora* frequentemente utilizou desse recurso para ofender e desacreditar o Visconde de Cairu.

¹⁹⁹ *O Sete d’Abril*, 6 de Agosto de 1833. P. 1.

²⁰⁰ *O Sete d’Abril*, 14 de Setembro de 1833. P. 2.

esse era o que mais frequentemente aparecia – “O Sr. V. Cairu reconheceu-se escravo forro de D. Pedro: se não, leia-se o que diz o Jurista no Jornal das mocambas”²⁰¹.

Em março de 1835, encontramos uma curiosa correspondência no *Sete d’Abril*, acusando o então redator da primeira página do *Diário do Rio de Janeiro* de agredir as mulheres. Essa correspondência teve como assinatura “uma brasileira”, o que não era comum para o período. Como todas essas publicações foram assinadas por codinomes, não podemos saber ao certo se foi escrita por uma mulher ou por um homem, mas é interessante que tal publicação questionasse o porquê do acirramento de suas penas com as mulheres, afirmando que as mulheres não foram responsáveis por nenhum dos fatos que os restauradores repudiavam, nem a “revolução de sete de abril, nem as reformas”, dizia a correspondente:

Ouçã, pois o Sr. Inimigo injusto das mulheres os conselhos que lhe dirige uma fluminense que educa 9 filhos: recorra ao Pai celeste para que lhe perdoe os seus grandes pecados; digo grandes, porque é homem e os homens são a causa do estado em que se acha hoje todo o mundo, e a eles devem tantas brasileiras virtuosas as lagrimas de sangue que têm derramado vindo nas masmorras seus maridos e filhos, vítimas de guerras injustas e desnecessárias²⁰².

A correspondência acima começa dizendo que o redator do *Diário do Rio de Janeiro* disse a seguinte frase: “ditosa é a porta em que sai uma mulher morta”²⁰³. Não encontramos, nesse jornal, um número específico em que tal insulto se concretizou com a frase citada. No entanto, durante metade do mês de fevereiro e todo o mês de março de 1835, o *Diário* dedicou sua primeira página a questionar o Padre Feijó, que afirmou ser a favor do casamento dos padres. Feijó utilizou seu periódico paulista *O Justiceiro* para fazer declarações desse tipo. Para defender o celibato clerical, o redator do *Diário*, Visconde de Cairu, utilizou, entre outras razões, o trabalho que uma família dava aos homens, que deveriam como chefe familiar, sustentar suas esposas e seus filhos. E, segundo Cairu, isso não seria possível aos padres, pois não conseguiriam conciliar a vida familiar com a vida religiosa.

Conforme já debatemos no segundo capítulo desta dissertação, essas investidas do *Diário* contra Feijó se deram por ocasião da disputa ao cargo de Regente Uno, em que este representou os moderados. Cairu defendeu e fez campanha para o candidato

²⁰¹*O Sete d’Abril*, 6 de Junho de 1833. P. 3.

²⁰²*O Sete d’Abril*, 21 de Março de 1835. P. 4.

²⁰³*O Sete d’Abril*, 21 de Março de 1835. P. 4.

que representou os caramurus, Hollanda Cavalcanti, que, em seguida, foi derrotado por Feijó²⁰⁴.

Em novembro de 1836, o *Diário* começou uma série de artigos intitulados “Da influência dos governos sobre o caráter e costumes dos povos²⁰⁵”. No primeiro artigo, do dia 16 desse mesmo mês, abordou como governos que elaboraram e seguiram boas leis também alcançaram os bons costumes da população, citando o exemplo de Roma. O assinante desses artigos se designou “O Cincinnato²⁰⁶”. Ao que tudo indica, foi um líder dos Romanos que, segundo o mesmo artigo, “dirigindo o arado coberto de poeira e suor, ali mesmo recebendo as insígnias do poder supremo, corria em socorro da pátria, a defendia e salva, largando, antes de expirar o termo, as honras e o poder²⁰⁷”.

Nesse momento em que se concretizou o Regresso, podemos encontrar nas páginas de alguns jornais, até então moderados, como *O Sete d’Abril*, a aproximação entre caramurus e moderados. *O Sete d’Abril*, no final de 1836 e no início de 1837, reproduziu muitos dos artigos escritos pelo “Cincinato” para o *Diário*, que diziam respeito à política e opiniões contrárias à regência Una de Feijó, culminando com sua renúncia em setembro de 1837²⁰⁸.

De acordo com Basile (2004, p. 125-128), *O Sete d’Abril* foi um dos jornais que propagou tais ideias. O autor aponta que o avanço do Regresso Conservador acabou por acalmar a imprensa da corte, por derrubar de vez as três facções então existentes - caramurus, moderados e exaltados.

Nesse período, findou-se a publicação da *Aurora Fluminense*, que, durante nove anos (1827 – 1835)²⁰⁹, foi um dos principais expoentes da política moderada. Seu redator, Evaristo da Veiga, escreveu uma carta a seu irmão explicando o motivo de sua extinção: “Depois da morte de D. Pedro, e descrédito da opinião republicana, o que resta de mais importante, é a correção e emenda dos ensaios imprudentes na Legislação²¹⁰”. Entretanto, após dois anos e meio, em maio de 1838, voltou a fazer suas

²⁰⁴ Ver página 78 dessa dissertação.

²⁰⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de Novembro de 1836. P. 1.

²⁰⁶ O Cincinato já assinava escritos do *Diário*, pelo menos desde o dia 4 de Agosto de 1836. *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de Agosto de 1836. P. 1.

²⁰⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de Novembro de 1836. P. 1.

²⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 02 de Janeiro de 1838. P. 1.

²⁰⁹ *A Aurora Fluminense*, 21 de Dezembro de 1835.

²¹⁰ VEIGA, Evaristo Ferreira da. *Carta de Evaristo Ferreira da Veiga a seu irmão Bernardo, expondo-lhe alguns dos motivos que o levaram a parar com o jornal “Aurora Fluminense”*. *Comentários sobre o momento político; desejo de substituição do regente, descrédito da opinião republicana e falta de firmeza nas opiniões políticas*. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1836, pp. 1v. e 2. I H. G. B. Lata 350, doc. 72. Carta consultada nas páginas de BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em Construção*:

publicações, mantendo suas ideias de um espírito de moderação, de progresso regular e de justiça, em que essencialmente reside a fonte do bem e da verdade²¹¹.

O Regresso como movimento político que acabou por determinar o fim das facções, até então existentes, e que, desde o final de 1834 já entraram em decadência, com a morte de D. Pedro I, sinalizando o fim dos movimentos restauradores e o descrédito das ideias republicanas. Basile (2004, p. 451) demonstra, na conclusão de sua tese, os motivos que levaram à falência tais facções. Segundo o autor, os caramurus tiveram perdas significativas, como o fim da sociedade militar, diversos partidários presos, jornais incentivadores encerrados e suas maiores pautas políticas derrotadas com o Ato Adicional de 1834 (com a exceção do Senado vitalício, que foi mantido): a manutenção de um governo centralizado e a Constituição de 1824 sem alterações. Os exaltados, mesmo com a vitória de ter conseguido colocar em discussão as reformas e a aprovação de algumas de suas reivindicações, foram derrotados nas ruas e no legislativo, com a sua pouca representatividade, o que, segundo o autor, pode ter sido pelo custo das negociações pelas reformas. Já os moderados foram bem sucedidos na tarefa de silenciar seus opositores, mas também receberam duros desgastes. Isso fez com que, mesmo com o esvaziamento das outras facções, não conseguissem se organizar e enfrentassem muitas divisões internas e divergências políticas entre seus membros, “cedendo assim terreno aos regressistas emergentes”.

O Diário do Rio de Janeiro, em março de 1836, publicou um artigo retirado do *Diário de Pernambuco* em que expressou sua opinião favorável sobre o Regresso, caracterizando tal arranjo político como um defensor da monarquia e da constituição, e reformador das leis que o “espírito revolucionário” ditou²¹².

O regresso não é o que espalham os desacreditados progressistas do estado revolucionário, isto é o de voltarmos para o antigo estado de despotismo, que não casa com as ideias sublimes dos regressistas. O Regresso político de que se trata é a reforma das leis ditadas pelo espírito revolucionário. Os regressistas querem Constituição, e Constituição que proteja os bons e castigue os maus; desejam que se eliminem de nossos códigos de Leis que só protegem ladrões e assassinos, leis que são as protetoras do crime; em suma os Regressistas querem de fato, e não somente em papel, como desgraçadamente temos, Monarquia e Constituição²¹³.

projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. Rio de Janeiro, 2004 [Tese de Doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. P. 451.

²¹¹ *A Aurora Fluminense*, 2 de Maio de 1838. P. 1.

²¹² *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de Março de 1836. P. 1.

²¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de Março de 1836. P. 1.

Esse rearranjo político fez com que toda a nascente esfera pública que apareceu na corte no período estudado entrasse em uma espécie de retração, com a saída de cena de moderados, exaltados e caramurus (BASILE, 2004, p. 450-451).

Neste último capítulo, procuramos compreender um pouco do universo da imprensa da década de 1830 na Corte Imperial, através das interações que o *Diário do Rio de Janeiro* travou com as demais folhas do período, em especial os jornais vinculados à facção moderada que foram os que mais debateram com os escritos do *Diário*. Ao passarmos pelos conturbados acontecimentos dessa época, vimos a ascensão da esfera pública tendo a imprensa como espaços do debate da política, seu esvaziamento com o início do Regresso e concomitante desaparecimento das três facções - moderada, exaltada e caramuru.

Foi importante adentrarmos no universo dos outros periódicos e ler o que eles afirmaram sobre o *Diário do Rio*, sejam suas provocações através dos muitos apelidos adquiridos ao longo de seus anos de publicação, por seus muitos anúncios gratuitos que fizeram concorrência com os demais que eram pagos ou por seus posicionamentos políticos que, segundo a *Aurora Fluminense*, fugiram dos limites de seus anúncios²¹⁴.

Tais análises, a partir dos outros jornais, foram importantes para a constatação do *Diário do Rio de Janeiro* como um jornal bastante difundido, que levou os ideais conservadores dos Caramurus e, a partir de 1835, comungou com o Regresso para muitos lares.

²¹⁴ A *Aurora Fluminense*, 30 de Novembro de 1831. P. 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pretendemos, nesta dissertação, foi analisar o primeiro periódico diário a ser impresso no Brasil, o *Diário do Rio de Janeiro*, entre os anos de 1821-1837, recuperando o que já se tem de historiografia a esse respeito junto à leitura contínua desse jornal e a relação com os demais que foram impressos no mesmo período, a fim de compreendermos a trajetória do *Diário do Rio de Janeiro* e sua contribuição para o fomento da então nascente esfera pública na corte.

Entendemos que o processo de instalação da primeira tipografia em terras brasileiras se deu tardiamente, apenas em 1808, com a chegada da Família Real, considerando que na Europa já existiam oficinas desde o século XV²¹⁵. Entretanto, não consideramos que houve um atraso significativo para o surgimento da imprensa periódica propriamente dita. Como argumentamos no primeiro capítulo, os primeiros anos de atividade impressa no Brasil caminharam em lentos passos e só se desenvolveram com mais intensidade a partir de 1821 com a efervescência política dos debates em torno do processo de Independência que se deu em 1822. Com isso, muito se afirmou que foi atrasada a sua implantação por aqui.

Para pensar sobre esse possível grande atraso dos jornais no Brasil, procuramos compreender como esse processo se deu em alguns outros países como Portugal e França. Chegamos à conclusão de que, mesmo nesses países em que as tipografias já funcionavam desde o século XV, a imprensa periódica, os jornais, só se desenvolveram em um período de grande intensidade dos debates públicos, no caso da França, a partir da Revolução Francesa em 1789, e, em Portugal, com a revolução do Porto em 1821²¹⁶. Nesses países, até esses anos, apenas poucos jornais circularam na França, somando-se quatro e, em Portugal, apenas a Gazeta de Lisboa teve uma expressão significativa. Com o estourar desses processos, na França, passaram a circular mais de trezentos periódicos e, em Portugal, em 1789. Processo semelhante ao que aconteceu no Rio de Janeiro, de 1808 até 1821, apenas três jornais circularam, são eles: A Gazeta do Rio de Janeiro, O Correio Braziliense e O Patriota, saltando para o número de dezessete entre os anos de 1821-1822, anos de intensificação dos debates sobre a Independência.

²¹⁵HESSE, Carla. *Transformações econômicas na edição*. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996. P. 127.

²¹⁶NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas constitucionais: cultura e política (1820 – 1823)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003. P. 43.

Nesse contexto, foi fundado o *Diário do Rio de Janeiro*, no ano de 1821, inserido num estilo de publicação que visou levar à população as modernidades das Ciências e das Luzes, da literatura, do comércio e das Artes, um jornal informativo. Traçando a trajetória desse periódico, procuramos demonstrar ao leitor suas nuances enquanto um jornal que permaneceu sendo editado durante cinquenta e oito anos e que, ao longo desse tempo, passou de um jornal informativo a um jornal que discutiu e se posicionou politicamente. Concluímos que o *Diário* não foi o mesmo jornal de sempre, tampouco o mesmo da época de sua criação, desde a década de 1820 até o início dos anos 1830 se modificando drasticamente, porém, sem perder elementos do seu plano de estabelecimento de 1821.

O *Diário* do Rio de Janeiro, durante o Primeiro Reinado, não foi uma folha omissa à política, como se costumou dizer Nelson Werneck Sodré²¹⁷, mas sim uma folha informativa, com atuações bem definidas e que, a partir desse propósito de ser um jornal universal, de chegar ao máximo de casas, conseguiu interferir na vida pública da corte, tendo um papel fundamental de organização da sociedade e de contribuição para a nascente esfera pública brasileira, contribuindo para criar o hábito de se ler jornais diariamente.

Constatamos que, desde sua criação, esteve muito preocupado com o bem estar dos Portugueses que viviam no Brasil, tendo em vista seu dono ser um deles; um jornal que veiculou todas as decisões e atos de D. Pedro I e que, apesar de ter outras fontes de renda (as subscrições, por exemplo), recebeu, possivelmente, pagamentos para publicação de notícias oficiais. Isso nos possibilitou concluir que o *Diário do Rio de Janeiro*, desde sua criação, foi um jornal que procurou conservar os valores do governo monárquico de D. Pedro I e a ordem pública. Assim, quando o Imperador abdicou, o *Diário* passou a se posicionar claramente sobre os acontecimentos e principalmente contra a Regência gerida pelos moderados. O *Diário* do Rio começou, então, a ser reconhecido por seus jornais concorrentes, como uma folha que atendia aos ideais caramurus e após 1834 aos Regressistas.

Por fim, localizamos os debates entre o *Diário do Rio de Janeiro* e os demais periódicos regenciais, demonstrando essa sua transição para um jornal que debatieu as ideias políticas postas na opinião pública, compreendendo o *Diário* também a partir dos escritos de outros jornais, fossem eles da política caramuru, moderada ou exaltada.

²¹⁷SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966. P. 58-59.

Desse modo, pudemos observar características da Imprensa periódica no período regencial, momento novamente de efervescência política que fomentou novos jornais serem editados, aumentando o ritmo dos debates entre os redatores, uma característica da Imprensa periódica que atuou na Regência.

Sabemos que esse trabalho não se esgota aqui. Muito ainda se tem para fazer em se tratar da história da imprensa do período regencial, principalmente, ainda são necessárias pesquisas de maior fôlego sobre os demais jornais que circularam no Rio de Janeiro. Também seriam interessantes pesquisas que se debruçassem mais especificamente nos muitos anúncios que o Diário do Rio de Janeiro publicou em suas páginas, uma fonte rica para compreensão da sociedade brasileira no período Imperial.

ANEXO I

Decreto de 13 de Maio de 1808 – Institui a Imprensa Régia no Rio de Janeiro

DECRETO

38

TEndo-Me constado, que os Préllos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o feu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido; e procurará dar ao emprego da Officina a maior extensão; e lhe dará todas as Instrucções, e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oito centos, e oito. =

Com a Rubrica DO PRINCIPE RE GENTE N. S.

Regist.

Fonte: Hemeroteca Digital Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/projetos/expo/djoaovi/imprensaioanino.html>

ANEXO II
Periódicos que circularam no Rio de Janeiro entre 1808 – 1822

Nome do Periódico	Redator*	Anos de circulação	Tipografia impressora
Correio Braziliense	Hipólito José da Costa	1808 – 1822	Tipografia de W. Lewis, Paternoster-Row. Londres
Gazeta do Rio de Janeiro	Tiburcio José da Rocha Manuel Ferreira de A. Guimarães Francisco Vieira Goulart.	1808 – 1822	Impressão Régia
O Patriota	Manuel Ferreira A. Guimarães	1813 - 1814	Tipografia Nacional
O Amigo do Rei e da Nação	Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva	1821	Tipografia Nacional
O Bem da Ordem	Francisco Vieira Goulart	1821	Tipografia Nacional
O Conciliador do Reino Unido	José da Silva Lisboa	1821	Tipografia Nacional
Diário do Rio de Janeiro	Zeferino Vitor de Meirelles Antônio Maria Jourdan	1821 - 1878	Tipografia Nacional Tipografia do Diário
Dispertador Brasiliense	Francisco da França Miranda	1821	Tipografia Nacional
O Espelho	Manuel Ferreira de A. Guimarães	1821 - 1823	Tipografia Nacional
O Jornal de Annuncios		1821	Tipografia Nacional
A Malagueta	Luis Augusto May	1821 – 1832 (não regular)	Tipografia Moreira e Garcez
Reverbero Constitucional Fluminense	Januário da Cunha Barbosa Joaquim Gonçalves Ledo Bernardo José da Gama	1821 – 1822	Tipografia Moreira e Garcez Tipografia Nacional Tipografia de Silva Porto e Cia
Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Comum	José da Silva Lisboa	1821 – 1822	
O Constitucional	Francisco Vieira Goulart José Joaquim da Rocha Padre Belchior Pinheiro de Oliveira	1822	Tipografia do Diário
O Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense	José Joaquim Gaspar do Nascimento José Batista de Queiroz	1822	Tipografia Nacional Tipografia Moreira e Garcez

Correio do Rio de Janeiro	João Soares Lisboa	1822 - 1823	Tipografia de Silva Porto e Cia
Reclamação do Brasil	José da Silva Lisboa	1822	Tipografia Nacional
O Papagaio	Luís Moutinho de Lima Alves e Silva	1822	Tipografia Moreira e Garcez
O Macaco Brasileiro	Manuel Zuzarte Pedro da Silva Porto	1822	Tipografia de Silva Porto e Cia
O Regulador Brasilico-Luso	Francisco de Sampaio Antônio José da Silva Loureiro	1822 - 1823	Tipografia Nacional

Fonte: Consultas realizadas no site da Hemeroteca Digital e Anais da Biblioteca Nacional. Ano 1965 – volume 85. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_085_1965.pdf.

*Aqui estão relacionados os redatores desses jornais de sua fundação até o ano de 1822 apenas, alguns periódicos tiveram outros redatores ao longo de sua existência.

ANEXO III

Exemplos de Seções de anúncios do *Diário do Rio de Janeiro* em sua primeira década.

Figura 1

ALUGUEIS.

16 Aluga-se huma loja na rua de traz do Carmo quem a pretender dirija-se a dita rua N. 15 canto da rua da Cadeia.

17 Precisa-se huma preta que saiba cosinhar o ordinario, curubar, e engomar lizo; quem a tiver e a queira alugar, dirija se á rua das Mestrecas casa N. 15.

Diário do Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1823. P. 3.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 2

AMAS DE LEITE

19 Quem tiver huma ama de leite que queira alugar, dirija-se a rua Direita N. 11.

20 Quem quiser comprar huma preta com eria de 5 a 6 mezes, com muito leite, de Nação Mina, procure na rua do Alecrim N. 119, que lá achará com quem ajstar.

Diário do Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1823. P. 3.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 3

NOTÍCIAS PARTICULARES.

25 Precisa-se falar com o Sr. João de Mello Barreto Vienna, e como se ignora a casa da sua residencia, pedem por que se roga queira por este Diario declarar a casa da sua residencia, para se tratar negocio de grande interesse do dito Sr.

Diário do Rio de Janeiro, 09 de Agosto de 1823. P. 3.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 4

OBRAS PUBLICADAS.

Sahio á luz o Conselho da Boa amizade, ou Projecto de Reconciliação entre os dois Emissarios. Vende-se na loja de Livros de Silva Porto, na rua da Quitanda, esquina de S. Pedro.

A manhã sahirá pelo mesmo author o primeiro mandamento do Dialogo Politico, ou duas palavrinhas a cerca do Veto, e vender-se ha nos lugares do costume.

Diário do Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1823. P. 2.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 5

VENDAS.

1 No armazem N. 116 na rua do Rozario, vendem se às libras, os seguintes generos; queijo parmesão 640, dito londrino 640, dito Olandez 160, salame de Bolonha 640, salsinas dito 240, ervilhas novas 50, sevadinha do Norte primeira qualidade 80, segunda 60, mexilhões de aveiro 240 em escabeche, carne de porco do Norte 100, de vaca dito 80, grãos de bico 100, passas novas 200, figos 200, ameixas 320, xocolate de Lisboa 240, salmão 240, e sardinhas de Portugal a 4 por 20 réis.

Diário do Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 1826. P. 4.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 6

TELEGRAPHO.

Partes dadas no dia 8.

Entrarão ás Lanchas Senhora do Carmo; de S. Sebastião em 6 dias; Aurora, de Santos em 5 dias; passageiros José Rodrigues de Oliveira, Major, e Antonio Damaso dos Santos, Alferes, Milicianos; João da Costa Ferreira, Vito Ribeiro, José Martins dos Montes, José de Pinho, José Gomes da Costa José Mazinho de Bitancourt; e hum Francez, a canoa Conceição da Mangaratiba em 1 dia arribadas, que tinhão sahido hontem Bom Sucesso para a Ilha Grande; Conceição e Senhora do Carmo para Paraty Fica á barra hum Bergantim Inglez.

Diário do Rio de Janeiro, 09 de Agosto de 1823. P. 4.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Figura 7

PREÇOS CORRENTES.				
DOS GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO				
Do dia 31 de Janeiro de 1826.				
GENÉROS	QUALIDADES	PREÇOS	POR	OBSERVAÇÕES.
Assucar de Campos	Redondo...	2U500 a	ARROBA	Últimas vendas.
"	meio redond.	2U400 a		
"	Batido.....	2U300 a		
"	meio batido	2U200 a		
"	Mascavo...	1U900 a	}	Nominal.
"	da Terra Redondo.....	2U400 a 2U500		
"	meio redondo	2U300 a 2U400		
"	Batido.....	2U200 a 2U300		
"	meio batido...	2U100 a 2U200	}	" Poucos no mercado.
"	Mascavo.....	1U800 a 1U900		
"	de Santos Fino.....	2U200 a 2U300		
"	Redondo.....	1U800 a 1U900		
"	Mascavo.....	1U600 a 1U700	}	" Pouco no mercado, e os possuidores esperão alcançar melhor preço.
Algodão.....	Minas Novas	5U000 a		
"	Geracs.....	4U000 a		
"	Santos.....	7U000 a 7U800		
Arroz d'	Terra.....	5U400 a 6U000	Sacca } le 6 arr. }	
"			"	
Agoardente.....	Cana.....	66U000 a 68U000	Pipa	"
"	Cachaça.....	52U000 a 51U000	"	
Café....	primeira.....	2U700 a 2U800	aroba	" Pouco no mercado, e vendas lemitadas.
"	segunda boa	2U600 a 2U650	"	
"	ordinaria.....	2U400 a 2U550	"	
"	Escolha	1U700 a 1U800	"	
Couro	Rio da Prat. }	168 a 172	£ }	" De pezo grande, ha poucos no mercado.
"	Rio Grande }		" }	
"	de 18 a 20 £ }	170 a	" }	" Nominal.
"	18, 22 £ }		" }	
"	de Cavallo	700	"	
Cabello	de dito.....		Hum arroba	" Bons ha muito poucos em ser. Pouca sahida.
"	Chifres.....	8U500 a 9U000	por 100 £	
Ipecacuanha.....		U900 a		
Tabaco.....	Mapendim....	4U000 a 4U200	arroba	
"	Piedade	3U200 a	"	
Tapioca		4U000 a	Saco de }	" Boa não ha.
Tatagiba.....		U320 a U360	2 Alq. }	
Cambio.....			arroba	
sobre Londres... }	53½ 54	60 dias. Nominal.		

COHN & Ferreira Correctores, rua da Aliandega N. 3, segundo corredor vindo da rua Direita do lado esquerdo.

Diário do Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 1826. P. 4.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas:

Processo de abuso da liberdade de imprensa de 1832 contra Nicolau Lobo Viana. Sob guarda da Biblioteca Nacional – sessão de manuscritos.

1798 – 1883. Carta ao Visconde de Paraná. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos. Localização: 37ª, 01,002 nº 021.

Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de. 1798 – 1883. Carta ao Visconde de Paraná. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos. Localização: 37ª, 01,002 nº 021.

VEIGA, Evaristo Ferreira da. *Carta de Evaristo Ferreira da Veiga a seu irmão Bernardo, expondo-lhe alguns dos motivos que o levaram a parar com o jornal “Aurora Fluminense”. Comentários sobre o momento político; desejo de substituição do regente, descrédito da opinião republicana e falta de firmeza nas opiniões políticas.* Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1836, pp. 1v. e 2. I H. G. B. Lata 350, doc. 72. Carta consultada nas páginas de BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial.* Rio de Janeiro, 2004 [Tese de Doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. P. 451.

Fontes publicadas:

BRASIL. Leis etc. Coleção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. P. 29-30. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>.

Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa. Lisboa. Tipografia de J. F. M. de Campos, 1821. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/992.pdf> Consultado em 18/07/2016

Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos de 1789. Disponível em: <http://www.ambafrance-br.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem> Consultado em 19/07/2016.

Coleção de leis do Império, 2/3/1821. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> Consultado em: 19/07/2016

Constitucion Política de la Monarquia Española, 1812. Cadiz en la Imprensa Real: MDCCCXII. Disponível em: <http://www.congreso.es/docu/constituciones/1812/P-0004-00002.pdf> Consultado em 20/11/2016.

Lei de 18 de Agosto de 1831 que dispõe sobre a criação das Guardas Nacionais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html> Acesso em: 15/08/2016.

Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos deputados. Segundo ano da segunda legislatura. Sessão de 1831. Coligidos por Antonio Pereira Pinto. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1878, Tomo 1º . P. 12 -13. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27659>. Consultado em: 17/08/2016.

Zeferino Vito de Meirelles. “*Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade*”. Diário do Rio de Janeiro, nº 1, 1º de Junho de 1821.

Periódicos consultados:

A Trombeta

A verdade

Astrea

Aurora Fluminense

Correio Braziliense

Correio do Rio de Janeiro

Correio Mercantil

Diário do Rio de Janeiro

Diário Mercantil

Gazeta do Rio de Janeiro

O Astro de Minas

O Caramuru

O Conciliador do Reino Unido

O Jornal do Commercio

O Jurujuba dos Farroupilhas

O Patriota

O Repúblico

O Sete d'Abril

O Spectador Brasileiro

Dicionários:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. P. 87. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/opini%C3%A3o> Consultado em 23/07/2016.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/jornal>. Consultado em 25/05/2016>.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>. Consultado em 25/05/2016>.

Referências bibliográficas:

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Rio de Janeiro. 2004 [Tese de Doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*. In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania(organizadores). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BASILE, Marcello. *O “negócio mais melindroso”: reforma constitucional e composições políticas no Parlamento Regencial (1831 – 1834)*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

BASILE, Marcello. *Revolta e cidadania na corte regencial*. Tempo, Niterói, v. 11, n.22. 2007.

BASILE, Marcelo Otávio Néri de Campos. *O Laboratório da Nação: A era regencial (1831 – 1840)*. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010. V.2.

CABRAL, A. do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881.

- CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese de doutorado história social. Campinas: Unicamp, 2001.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. UFJF. 2013. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Tania M. T. Bessone da Cruz. *Redatores, livros e leitores em O Patriota*. In: Kury L, (org). *ILUMINISMO E IMPÉRIO NO BRASIL: O PATRIOTA (1813 - 1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007. 200 pp. (Coleção História & Saúde: Clássicos e Fontes).
- KURY, Lorelai. *A ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813 – 1814)*. Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro. 2011. V. 4, n. 2.
- HESSE, Carla. *Transformações econômicas na edição*. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.
- IPANEMA, Cybelle. Marcelo de Ipanema. *Silva Porto: Livreiro na Corte de D. João, editor na independência*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- LISBOA, José da Silva. *Constituição moral, e deveres do cidadão, com exposição da Moral Pública conforme o espírito da Constituição do Império*. (ed. AnoarAiex). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821 – 1823)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de laRocheffoucauld*. Unicamp. Tese de Doutorado. ANO. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>.
- MOREL, Marco. *A Independência no papel: a imprensa periódica*. In: JANCSÓ István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco. *Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfose da imprensa no Brasil*. In: Neves, Lucia Maria Bastos P, *Livros e Impressos, retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2009.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831 – 1840)*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.
- MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In De Luca, Tania Regina; Martins, Ana Luiza. Org. *História Imprensa no Brasil*. 2.ed. 3º reimpressão – São Paulo: contexto, 2015.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas constitucionais: cultura e política (1820 – 1823)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro. Revan: Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Leitura e leitores no Brasil, 1820 -1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder*. In: Revista *Acervo*. Rio de Janeiro, v.8, número 01/02. Janeiro/ Dezembro. 1995.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Opini3n P3blica: Brasil*. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario Político y Social Del Mundo Iberoamericano*. Madrid: Ministério da Cultura, 2009.

NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de Imprensa no Imp3rio brasileiro. Os debates parlamentares (1821 – 1840)*. USP. 2010. Dissertaç3o de mestrado.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. *Impress3o, sociabilidades e poder: tr3s faces da tipografia do Di3rio na corte do Rio de Janeiro (1821 – 1831)*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertaç3o de Mestrado.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “*A Opini3o P3blica tem sido o molho do pasteleiro*”: *O Caramur3 e a conservaç3o*. In: CARVALHO, Jos3 Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira. (Orgs) *Perspectivas da cidadania no Brasil Imp3rio*. Rio de Janeiro: Civilizaç3o Brasileira, 2011.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Causa Nacional e cidadania: a participaç3o popular e a autonomia na imprensa carioca do in3cio dos anos 1830*. In: NEVES, L.M.B.P.; MOREL, M.; FERREIRA, T.M.B.C. *Hist3ria e Imprensa: representaç3es culturais e pr3ticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A. FAPERJ, 2006.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500- 1822)*. S3o Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988 (ed. fac-similar).

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Ferreira, Paula Botafogo Caracchio. *As memoraç3es da “bonif3cia”: entre a devasse de 1822 e o Processo dos cidad3os de 1824*. In RIHGB, Rio de Janeiro, A. 175. V. 462. Jan/Mar 2014.

SCHWARCZ, L3lian. STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. S3o Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A imprensa peri3dica na 3poca joanina*. In. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Das. *Livros e impressos: retratos dos setecentos e dos oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2010

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros ilustres*. – Bras3lia. Senado Federal, 199. V.I. p. 120. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1027/209292_vI.pdf?sequence=7
Consultado em 20/08/2016.

SLEMIAN, Andrea. *Vida pol3tica em tempos de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. S3o Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966.